



Organização Não Governamental de Ambiente, de Utilidade Pública, com atividades desde 1981

Associado fundador da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente | Membro de: EEB | Seas At Risk | Green Budget Europe | PASC CC

Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; A.D.Praia da Madalena; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; FPCUB; LOURAMBI; Marés; OIKOS; PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral; Associação de Defesa do Património de Mértola; REAL21; Amigos dos Açores; SETA, CNE



Década dos Desertos e do Combate à Desertificação (2010 a 2020)



Década da Biodiversidade (Living in Harmony with Nature) (2011 a 2020)



Relatório de Atividades E Relatório de Contas 2016

Aprovado a 26/03/2017

**Marlene Marques
Presidente da Direção**

Lisboa, 26 de Março de 2017

ÍNDICE

| | |
|---|------------|
| ÍNDICE | 2 |
| Objetivos e Prioridades | 3 |
| Visão | 3 |
| Missão | 3 |
| Análise FOFA do GEOTA | 3 |
| Princípios de ontem e hoje | 3 |
| Prioridades de intervenção externa..... | 4 |
| Prioridades de intervenção interna | 4 |
| Equipa | 4 |
| Sumário Executivo de 2016 | 5 |
| Quem fez o quê em 2016? | 6 |
| Órgãos | 6 |
| Áreas de Trabalho/Atividades | 7 |
| Áreas temáticas..... | 7 |
| Água | 7 |
| Avaliação de Impacte Ambiental..... | 7 |
| Biodiversidade..... | 7 |
| Conservação da Natureza | 7 |
| Consumo Responsável | 7 |
| Energia e Clima..... | 7 |
| GEOTAMAR..... | 8 |
| Resíduos | 9 |
| Ordenamento do Território e Mobilidade..... | 9 |
| Reforma Fiscal Ambiental (RFA) | 9 |
| Projetos de educação, informação e intervenção ambiental..... | 9 |
| Projeto Rios Livres | 9 |
| GEOTALINE | 10 |
| Coastwatch @ | 10 |
| Projeto O Meu Eco-Sistema @ | 15 |
| Projeto BiodiverCidade@..... | 15 |
| Estratégia de Comunicação para o GEOTA | 16 |
| TerraSeixe - Grupo Biodiversidade..... | 16 |
| Projetos colaborativos | 18 |
| Plataformas inter-associativas e projetos na área dos recursos hídricos | 18 |
| Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada | 18 |
| Representações junto de ONG ou similares | 21 |
| ATTCEI - Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento | 21 |
| Agência Oeste Sustentável..... | 21 |
| CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA | 21 |
| C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, WWF Mediterrâneo - Portugal) | 21 |
| MIA – Movimento Ibérico Anti-Nuclear | 21 |
| PASC - CC | 22 |
| PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo | 22 |
| Plataforma de Defesa das Árvores..... | 22 |
| PONG Pesca | 23 |
| EEB/BEE – European Environmental Bureau | 23 |
| Seas At Risk | 24 |
| GBE | 24 |
| Representações em Organismos | 24 |
| Conselho Nacional da Água (CNA) | 24 |
| Comissão de Acompanhamento do Parque Natural de Montesinho (1) | 24 |
| Conselho Estratégico Do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (CE-PNSAC) (1) | 24 |
| Compromisso para o Crescimento Verde..... | 25 |
| Conselho de Região Hidrográfica do Norte (1)..... | 25 |
| Comissão de Acompanhamento do Aproveitamento Hidrelétrico de FozTua (1)..... | 25 |
| Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (*)..... | 25 |
| Conselho Consultivo da Reserva Natural Local do Estuário do Douro (*)..... | 25 |
| Logística | 26 |
| Secretariado e apoio técnico..... | 26 |
| Equipamento | 26 |
| Serviços externos..... | 26 |
| Recolha de Consumíveis de Informática e outros materiais | 26 |
| Sede (obras e manutenção)..... | 27 |
| ANEXO 1 - LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2016 | 28 |
| ANEXO 2 - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2016..... | 66 |
| ANEXO 3 - LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS E REUNIÕES EXTERNAS – 2016 | 112 |
| ANEXO 4 - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2016 | 118 |
| ANEXO 5 - GEOTA na Rede | 121 |
| RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2016 | 122 |
| Análise de Contas | 122 |

Objetivos e Prioridades

Ao longo do ano de 2016, pretendeu-se dar cumprimento aos seguintes aspetos, derivados do programa de mandato:

Visão

Pretendemos ser a ONGA nacional de referência em matéria de doutrina de ambiente e desenvolvimento.

Queremos destacar-nos tanto pela competência das nossas posições como pela paixão com que somos capazes de as defender.

O desenvolvimento sustentável que queremos não se cria unilateralmente. Vamos procurar activamente parcerias e alianças com sectores da sociedade com quem temos interesses comuns. Trata-se simultaneamente de construir soluções melhores, e de alargar a nossa base de apoio e capacidade de mobilização.

Missão

O GEOTA cria cidadãos empenhados, motores de soluções eficazes e equitativas para promover o património natural e cultural, em Portugal e no Mundo.

Análise FOFA do GEOTA

Conhecemos o GEOTA fruto da reflexão realizada. Identificamos onde intervir:

| | Forças | Fraquezas |
|--------------------------|---|---|
| Factores Internos | Reconhecimento e Credibilidade do GEOTA: <ul style="list-style-type: none">• Solidez de Princípios• Qualidade técnica Gente com paixão e com ideias: <ul style="list-style-type: none">• Capacidade para inventar novas abordagens e pô-las em práticas | <ul style="list-style-type: none">• Insuficiência de quadros• Falta de participação• Desproporção entre solicitações e meios• Défice de comunicação (interna e externa)• Ausência de estrutura organizacional interna |
| | Oportunidades | Ameaças |
| Factores Externos | <ul style="list-style-type: none">• Vontade de participação na sociedade: potencial de voluntariado e exercício de cidadania ambiental• A importância do Ambiente é reconhecida por toda a sociedade: falta integrar esta convicção na prática quotidiana | <ul style="list-style-type: none">• Sociedade de consumo: perda de valores, greenwashing frequente• Sociedade civil fraca |

Princípios de ontem e hoje

Mantemos a coerência de princípios que caracterizam o GEOTA:

- Sustentabilidade
- Competência
- Independência
- Serviço de interesse público
- Voluntariado
- Irreverência
- Associativismo

Prioridades de intervenção externa

Acreditamos na inovação do fazer baseada na responsabilidade partilhada e envolvimento de múltiplos parceiros.

| Domínios de ação Projetos/acções | Reflexão e doutrina política | Campanhas de intervenção | Educação | Alianças e parcerias |
|-------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|----------|---|
| Reforma Fiscal Ambiental | XX | X | X | Estado, empresas, universidades |
| Consumo Sustentável | X | XX | X | Consumidores, empresas |
| Paul de Tornada | X | X | XX | Município, escolas, sector turismo, universidades |
| CoastWatch | | X | XX | ONG, escolas, Administração Pública |
| Rios Livres | X | XX | X | ONG, empresas, advogados |
| O Meu Eco-Sistema | | X | X | Empresas, autarquias, ONG, universidades |
| Ordenamento do Território | X | X | X | ONG, empresas, Estado, universidades |
| Energia e clima | X | X | X | Estado, ONG, empresas, universidades |

Prioridades de intervenção interna

Estamos empenhados em:

- **Comunicação:** discutir e implementar uma estratégia mais eficaz de comunicação, interna e externa; entre outros aspetos, relançar o boletim informativo e instituir a comunicação com os associados via correio eletrónico;
- **Reorganizar procedimentos:** melhorar a eficiência do funcionamento e coordenação, clarificar atribuição de pelouros e delegação de competências;
- **Reorganizar e redinamizar grupos de trabalho:** garantir capacidade de resposta mais eficaz às intervenções prioritárias e apoio ao relançamento ou criação de novos grupos;
- **Novos projetos/ações:** Disponibilizar as condições necessárias para atrair e apoiar a criação de novos projetos/ações
- **Angariar associados:** por em prática estratégia proactiva de captação e envolvimento de novas pessoas, com alvos prioritários;
- **Estratégia financeira:** atuar com uma visão de longo-prazo, com objetivos anuais definidos em indicadores de desempenho e, em diversificar as fontes de financiamento;
- **Dinamizar a imagem do GEOTA:** promover uma imagem mais jovem que ajuda a atrair novos voluntários.

Equipa

Porque acreditamos que através do trabalho de equipa, da partilha de ideias e da sua diversidade se criam sinergias que geram mudança de paradigmas é objetivo desta lista envolver todos os associados do GEOTA, com os contributos que cada um tiver disponibilidade para dar promovendo o/a:

- Envolvimento regular em projetos ou grupos de trabalho;
- Colaboração técnica pontual nas áreas de especialidade;
- Colaboração em campanhas;
- Receção de informação e sua divulgação junto de familiares, amigos e colegas.

Sumário Executivo de 2016

O ano de 2016 foi marcado por alguns acontecimentos internacionais a diferentes escalas.

- Grande agitação política e militar no Médio Oriente.
- Atentados terroristas em várias cidades da Europa, Medio Oriente, EUA e Ásia.
- Agravamento da crise humanitária dos refugiados do Médio Oriente
- Tendências de desregulação da regulamentação ambiental na Europa
- Negociações do TTIP e CETA. As primeiras num impasse com o resultado das eleições presidenciais nos EUA..

Novos desafios colocados pela COP22 (Marraquexe) e na implementação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, numa Europa em recessão, onde as preocupações ambientais estão na agenda mas continuam a transparecer pouco na definição para um novo paradigma de desenvolvimento.

Continuação da colaboração na iniciativa do anterior governo e prosseguida por este: “Compromisso para o Crescimento Verde”. O GEOTA participou de forma crítica e construtiva no processo sem ter assinado o termo de adesão devido à presença no documento de referências com que não podemos concordar, nomeadamente em relação ao Plano Nacional de Barragens e ao setor mineiro.

Água: Continuámos a dar grande destaque ao trabalho desenvolvido pelo grupo Rios Livres para o Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH). Os esforços realizados com a Plataforma Salvar o Tua, no sentido de parar uma barragem em construção (Foz Tua) não foram bem sucedidos. O GEOTA obteve o prolongamento do Projeto "Let the Rivers Flow Freely" (Rios Livres) atribuído *pela Fundação suíça MAVA Fondation pour la Nature*, por um período de 9 meses após outubro 2016.

Energia: Este é um sector crítico para tornar a economia mais competitiva e simultaneamente reduzir os custos para famílias e empresas e os danos ambientais, pelo que se continuou a desenvolver esforços nesse sentido, nomeadamente na CCV.

Ordenamento do Território e Mobilidade: 2016 foi um ano de consequências das novidades legislativas no sector do Ordenamento do Território, nomeadamente com a publicação dos novos regulamentos jurídicos da edificação e urbanização, dos instrumentos da gestão territorial e da conservação da natureza e da biodiversidade, entre outros. Foi também aprovada a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, que poderá vir a ser um importante documento para a orientação e promoção de boas práticas para o desenvolvimento do território. Foi dado um contributo para a temática do Ordenamento do território e (Mobilidade) e Transportes da iniciativa “Compromisso para o Crescimento Verde” bem como foi continuada a colaborações para 3 casos: Grândola, Praia do Telheiro e Jamor.

Reforma Fiscal Ambiental: Em 2016 marcamos como o ano do arranque da "Economia Verde" em Portugal ainda com tímidos contornos.

Solos: A União Europeia e Portugal carecem de aprovação da Diretiva Estratégica de Solos que enquadre legalmente os passivos industriais existentes, obrigue à sua resolução e evite a sua criação, pelo que uma parte do trabalho com a tutela foi nesse sentido.

Conservação da Natureza: Continuação do trabalho no âmbito do C6 e manutenção da Reserva Natural Local do Paul de Tornada e do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada com os respetivos parceiros.

O GEOTA registou mais de 75 representações em eventos e reuniões externas promovidos por outras entidades.

A produção de opinião manteve um ritmo considerável, com 27 posições e comunicados publicados. Foram registadas 42 referências na comunicação social, podendo ter ocorrido outras que não se conseguiu detetar. Foram efetuadas mais de 90 representações externas em eventos ou reuniões com outras entidades.

Legendas utilizadas neste relatório:

[1] LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2016

[2] LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS – 2016

[3] LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2016

[4] LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2016

[5] GEOTA NA REDE

[6] RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2016

[7] ANÁLISE DE CONTAS 2016

(1) – Representação em nome das ONGA, gerida pela CPADA

(MR) – Marca Registada no INPI

© – Coordenador/a

Quem fez o quê em 2016?

| Órgãos | Equipa |
|---|--|
| Assembleia Geral Reunião ordinária da Assembleia-geral em 29 de Março de 2016 | Presidente: João Miguel Dias Joanaz de Melo Vice-presidente: Maria Isabel Lopes Moura Teixeira Secretária: Ana Filipa Ribeiro Ramalhete Suplente: João Carlos Pires Caninas |
| Comissão Executiva A CE reuniu numa base semanal durante 2016 | Presidente: Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques Tesoureiro: Carlos Miguel Murta do Sacramento Vice Presidente: Patrícia Latino Tavares Rocha Vogal: Olga Alexandra Romão Branco – Vogal: Luís Miguel Batista Jerónimo – Suplentes: António Miguel Portugal Galvão Pedro Campos Rodrigues da Costa |
| Conselho Fiscal Realizou-se uma reunião para apreciação dos documentos a aprovar na Assembleia Geral. | Presidente: Maria da Conceição da Costa Martins Vogal: Maria da Graça Silva Mourão Serpa Vogal: Joaquim Manuel da Rocha Afonso Suplente: Maria de Fátima Mata Monge Valverde |
| Direção Reuniões mensais em 2016. | Comissão Executiva e coordenadores de grupos e Projetos |
| Conselho Geral Não ocorreram reuniões deste órgão durante 2016. | Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação: ADAPA, AEAT, Amigos da Beira, Azórica, FPCUB, Oikos Leiria, PATO, Palhota, Lourambi, A.D. Praia da Madalena, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE |

Áreas temáticas

Água

A área da água foi dominada principalmente pela atividade no projeto Rios Livres e pela participação no Conselho Nacional da Água e do grupo de trabalho da água do EEB.

Consultar as seções respetivas neste documento.

Avaliação de Impacte Ambiental

Foram elaborados os pareceres de EIA em consulta do público que constam da lista de posições do GEOTA.

Consultar a tabela de posições do GEOTA em 2016

Biodiversidade

Ver apontamentos sobre o projeto TerraSeixe

Justin Roburg-Söndergaard ©

Com participação pontual:

Miguel Jerónimo

Vanessa Passeiro

Ana Ferreira

Marlene Marques

Conservação da Natureza

Em 2016 a atividade do GEOTA nesta área teve como principais aspetos:

- Manutenção da atividade do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Prof. João Evangelista (CEEPT) em conjunto com a Associação PATO;
- Projeto “BiodiverCidade” – manutenção do registo e intervenções pontuais, Desenvolvimento do Blogue e da página Facebook;
- Acompanhamento dos trabalhos da plataforma C6.

(ver seções respetivas neste relatório)

Consumo Responsável

Patrícia Latino Tavares (C)

- Durante todo o ano de 2016, procedeu-se à informação aos consumidores de matéria relevante sobre o consumo sustentável através das redes sociais, nomeadamente de informação sobre alimentos equilibrados, sobre produtos mais amigos do ambiente e atitudes mais sustentáveis.

- Elaboração da Comunicação aos associados do Geota da Posição "Simplificar e desburocratizar é poupar recursos" - Jun 2016

- Foi recebida a resposta da ASAE ao Documento sobre o impacto ambiental do empacotamento dos talheres na distribuição de refeições em escolas e universidades.

- Foi enviada carta à Autoridade Marítima sobre a distribuição de sacos de plástico nas praias com a venda de bolos, aguardando-se resposta.

- Participação no projecto "Cidadania global e ecologia integral" - Nov 2016

- Acompanhamento de toda a informação relevante sobre a negociação do Tratado TTIP e do CETA. Reuniões com outras organizações ambientais sobre este tema.

- Acompanhamento do dossier dos OGM.

Energia e Clima

João Joanaz de Melo ©

Reunião com Ministro do Ambiente: tema energia e clima.

Pedro Mota

Representações diversas relacionadas com o Acordo de Paris.

Representação do GEOTA no grupo de trabalho temático Energia e Clima (GTT-EC) da Coligação para o Crescimento Verde: 3 reuniões em 2016.

Resposta ao questionário da Climate Action Network (CAN) para o “Climate Change Performance Index 2017”.

Representação do GEOTA em reunião da CAN, 15 Dezembro 2016.

GEOTAMAR

© José Maria Candeias

11 de Janeiro – Reunião com a Ministra do Mar Ana Paula Vitorino:

Discussão dos trabalhos do GEOTA no âmbito do mar. Apresentação do Projeto Coastwatch e das suas potencialidades para o cumprimento das políticas internacionais e da cidadania oceânica. Discussão dos eixos de maior importância; Conhecimento, Economia e Transportes. (Participantes – MM, HC, JJM, JMC)

(coordenação com a equipa do CW e Helder Careto)

14 de Janeiro – Seminário Coastwatch Liceu Camões:

Apresentação dos resultados das campanhas Coastwatch aos alunos do Liceu Camões (resultados tese José Candeias). (Participantes: JMC)

22 de Janeiro – Evento Bandeira Azul Instituto Politécnico de Leiria:

Banca do GEOTA no evento. Promoção do GEOTA e dos seus projetos, nomeadamente o Paul de Tornada e o Coastwatch. (Participantes: JMC)

30 de Janeiro – 1ª reunião GEOTAMAR:

Discussão do âmbito do grupo e possíveis áreas de intervenção do grupo. (Participantes: MM, JMC, Catarina Miranda)

3 de Fevereiro – Reunião com Eng. Oliveira e Carmo DGPM:

Reunião com o Eng. Oliveira e Carmo na DGPM, para discutir possíveis parcerias com o GEOTA. (Participantes: MM, JMC)

22 de Fevereiro – Participação na Comissão de Acompanhamento do POMAR2020, numa representação provisória das ONGA [1]

Discussão do ajustamento dos moldes do programa POMAR2020 aos diferentes preponentes. (Participantes: JMC)

1 de Março – Acompanhamento de alunos do Liceu Camões numa campanha Coastwatch no programa Biosfera:

Orientação de um grupo de alunos na realização de uma amostragem para o projeto Coastwatch, e participação do mesmo no programa Biosfera. (Participantes: MM, JMC)

20 – 22 de Abril – Formação em Direito do Mar, Proteção do Ambiente Marinho e Legislação Europeia. Projeto SOPHIA, Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa. (Participantes: JMC)

16 de Maio – Think Tank ODS:

Discussão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para Portugal. Participação na discussão sobre os objetivos centrados no mar. (Participantes: HC, JMC)

25 de Maio – Moderação e participação no Seminário Coastwatch Instituto Espanhol Oeiras:

Moderação das apresentações dos alunos sobre o Coastwatch e apresentação sobre lixo marinho e Coastwatch. (Participantes: JMC)

7 – 8 de Julho – Seminário Coastwatch 2016:

Moderação de debates, apresentação do documentário “The End of the Line”, participação em mesa redonda sobre a educação ambiental no âmbito do mar.

15 – 17 de Setembro – Participação da 1ª Conferência Portuguesa sobre Lixo Marinho APLM:

Apresentação dos resultados da tese José Candeias e participação nas atividades da conferência. (Participantes: JMC)

17 de Novembro – Reunião Internacional do Coastwatch:

Reunião com Coastwatch Irlanda e Espanha para a discussão do futuro do projeto e novas atividades a realizar. Consolidação do novo questionário. (Participantes: MM, TL, JMC)

Resíduos

Foi realizada atividade na área, em particular com o Projeto “O Meu Eco-Sistema®” e a participação em eventos dentro da temática, citados na lista de representações.

Foram feitas duas intervenções na Direção do GEOTA relativas à problemática da privatização do setor dos resíduos e suas consequências, do ponto de vista económico e ambiental.

SFF vide as secções correspondentes.

Helder Careto ©

Saúde Martins

Ordenamento do Território e Mobilidade

Preparação de reunião com Ministro do Ambiente, tema ordenamento e mobilidade.

Preparação de posições e reuniões (C6, SEONTC, posição pública) sobre a extinção dos planos de ordenamento das áreas protegidas.

Reuniões com grupos parlamentares: tema mobilidade e transportes.

Representação do GEOTA no grupo de trabalho temático Transportes da Coligação para o Crescimento Verde.

Reuniões com partidos relativas à mobilidade em Lisboa no âmbito da preparação das próximas eleições autárquicas.

Irina Gomes ©

Pedro Costa

Filipa Ramalhete

Graça Serra

J. Joanaz de Melo

Eduardo Zúquete

Nádia Pedroso

Ricardo Próspero

Helder Careto

Reforma Fiscal Ambiental (RFA)

Ronda de reuniões com todos os grupos parlamentares, Setembro-Novembro 2016 (por ordem de realização: PAN, PEV, PCP, BE, PS, CDS-PP e PSD) para apresentar e discutir as propostas do GEOTA para o Orçamento de Estado 2017. Temas prioritários eleitos: Energia e clima, Mobilidade e Transportes, Ordenamento do território e biodiversidade.

Documentos de referência: “10 propostas para o Orçamento de Estado 2017”, 4 p; nota de imprensa, 21 Outubro 2016; “Posição sobre o Projecto de Reforma da Fiscalidade Verde” de Outubro 2014.

Acompanhamento dos trabalhos do Green Budget Europe (GBE).

João Joanaz de Melo ©

Pedro Mota,

Eduardo Zúquete

Com participação pontual:

Pedro Santos, Ana Brazão

Projetos de educação, informação e intervenção ambiental

Projeto Rios Livres

Ver informações sobre a atividade realizada no URL: <http://rioslivresgeota.org/>

Ana Brazão ©

Pedro Santos

Ana Bento

GEOTALINE

Saúde Martins (C)

Foi continuada a atualizados os dados de associados do GEOTA por via de contacto telefónico e correio eletrónico, com apoio da base de dados de associados em uso no GEOTA;

Apoio pontual: Helder Careto, Teresa lemos

O GEOTALINE, através do envio de informação selecionada e regular aos associados por via eletrónica permitiu difundir de modo mais alargado conteúdos de interesse ambiental geral e divulgar iniciativas que o GEOTA e rede de instituições que nos contatam vão organizando.

Em 2016 foram emitidas **53** comunicações aos associados por via desse canal.



Coastwatch®

Estas atividades contaram com a colaboração de uma docente em destacamento no GEOTA através do Projeto de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente.

Teresa Lemos ©

Carla Pacheco

Atividade 1 | Campanha Coastwatch Portugal 2015-2016

- Tipo de iniciativa: Campanha Coastwatch Portugal 2015-2016
- Data: de setembro 2015 a julho 2016
- Âmbito nacional
- 3000 participantes em que cerca de 80% são jovens

Com participação efetiva:

Teresa Lemos

Carla Pacheco

Projeto de âmbito europeu que consiste na caracterização ambiental da faixa costeira por voluntários na época pós-balnear e que permite monitorizar os ecossistemas subjacentes, assim como, despertar o gosto pela observação e preservação da Natureza e do património natural. Em Portugal, este projeto de cidadania participativa ativa é coordenado pelo GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.

Com participação pontual:

Helder Careto

José Maria Candeias

Esta atividade de voluntariado estimula a *cidadania participativa* e o desafio é caracterizar o estado de conservação da biodiversidade e as pressões a que o litoral está sujeito e *recolher informação* de valor científico para intervenção junto dos principais decisores.

Divulgação do Projeto Coastwatch a nível nacional através dos órgãos de comunicação social e da internet através de sites, blogs e redes sociais;

Realização de ações informativas gratuitas €W para todos os participantes durante 3 dias no Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada;



Difusão do Projeto Coastwatch em eventos de carácter ambiental:

- Evento Bandeira Azul Instituto Politécnico de Leiria
- Festival Terras Sem Sombra
- Escola Secundária de Camões
- Programa minuto verde da Quercus na RTP1
- Instituto Camões
- Semana infantil no Parque D. Carlos I das Caldas da Rainha

Produção e desenvolvimento de materiais de apoio, disponíveis na página, para a monitorização do litoral;

Disponibilização dos documentos necessários para a monitorização e inserção dos dados - formulários *online*, questionários, mapas, etc;

Análise, apresentação e divulgação dos dados recolhidos nos levantamentos de campo;

Reunião de coordenação europeia do projeto.

Parcerias e apoios:

No âmbito das atividades desenvolvidas no projeto Coastwatch, o GEOTA contou com protocolos de parceria com aproximadamente 50 entidades, que colaboram como coordenadores regionais e locais do projeto – Associações, ONGAs, Municípios, escolas, áreas protegidas, etc.

Apoios - Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Instituto Português do Desporto e da Juventude, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Divulgação das ações:

As ações realizadas foram divulgadas e promovidas através da publicação de conteúdos nas diversas páginas do GEOTA e Coastwatch, e na comunicação social:

URL: <https://www.facebook.com/CW.Coordenacao.Nacional/>

URL: <http://coastwatchnacional.wix.com/coastwatch-portugal>

URL: <http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/default.asp>



Divulgação do Projeto Coastwatch na Escola Secundária de Camões



Monitorização CW na Ria Formosa por alunos do Ens. Secundário de Loulé



Programa minuto Verde da Quercus na RTP1 sobre o Projeto Coastwatch



Monitorização CW no âmbito do Festival Terras sem Sombra

Atividade 2 | Seminário Coastwatch/Rios Livres 2016

Seminário Coastwatch/Rios Livres 2016

Coastwatch Europe - Seminário Nacional sob o tema "Vamos Devolver os Rios às Praias"

- Local: Parque Biológico de Gaia
- Data: 07 de Julho a 08 de Julho de 2016
- Organização: GEOTA | Universidade Lusíada do Porto | Parque Biológico de Gaia
- 70 participantes
- Ação de Formação Creditada para Docentes
- Registo nº CCPFC/ACC-87076/16
- Nº de créditos: 0,6
- Destinatários: Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Anualmente, é organizado um seminário de apresentação dos resultados da monitorização do ano em causa, associado à formação de professores e com a participação dos coordenadores regionais do Coastwatch (representantes das entidades que desenvolvem o projeto em parceria com o GEOTA), tais como Câmaras Municipais, Uniões e Juntas de Freguesia, ONG, Instituições de Ensino, ICNF e outros.

A campanha deste ano (2015-2016) decorreu sob o tema "Vamos Devolver os Rios às Praias", associando-se à gestão dos rios e as implicações das atividades humanas nesses meios sobre os ecossistemas e à erosão costeira, numa coordenação com o projeto Rios Livres que o GEOTA desenvolve desde 2011 com o objetivo de preservar os rios selvagens de Portugal.

No programa, contou-se com a participação de peritos em vários temas, destacando-se a erosão costeira, ocupação e ordenamento do litoral, impactes ambientais e socioeconómicos das barragens, gestão de recursos hídricos e bacias hidrográficas, Lixo Marinho, Educação e Direito do Mar, bem como das tutelas do Ambiente e da Educação.

Apoios:

Câmara Municipal de Gaia, Parque Biológico de Gaia, Associação de Professores de Geografia, Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Instituto Português do Desporto e da Juventude, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Ver mais em

<http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultEventViewOne.asp?eventsID=337>

Divulgação das ações:

As ações realizadas foram divulgadas e promovidas através da publicação de conteúdos nas diversas páginas do GEOTA e Coastwatch, e na comunicação social:

URL: <https://www.facebook.com/CW.Coordenacao.Nacional/>

URL: <http://coastwatchnacional.wix.com/coastwatch-portugal>

URL: <http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/default.asp>

Com participação efetiva:

Teresa Lemos

Carla Pacheco

Ana Brasão

Pedro Santos

Ana Bento

Helder Careto

Marlene Marques

José Manuel Candeias



Seminário Coastwatch/Rios Livres 2016



Seminário Coastwatch/Rios Livres 2016

Atividade 3 | Campanha Coastwatch 2016-2017

- Tipo de iniciativa: Campanha Coastwatch Portugal 2016-2017
- Data: de setembro 2016 a julho 2017
- De âmbito nacional



Foi concebido um PITCH para o CW: Os riscos e impactes da atividade humana sobre o litoral são um problema crescente que exige políticas e medidas concretas e o envolvimento dos cidadãos. O Coastwatch, coordenado há 27 anos pelo GEOTA, é um dos modos como a sociedade civil pode contribuir eficazmente para esse propósito.

A campanha do Coastwatch deste ano (2016-2017) decorre sob o tema "Turismo Sustentável no Litoral", associando-se à riqueza dos recursos naturais do litoral português e as implicações das atividades turísticas sobre os ecossistemas.

Divulgação do Projeto Coastwatch a nível nacional através dos órgãos de comunicação social e da internet através de sites, blogs e redes sociais;

Realização de ações informativas gratuitas para todos os participantes durante 3 dias na Praia de Salir do Porto e Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada;

Acompanhamento de Saídas de Campo Coastwatch com alunos do 1º ciclo na Praia da Foz do Arelho e São Martinho do Porto;

Difusão do Projeto Coastwatch em eventos de carácter ambiental:

- 1ª Conferência Portuguesa sobre Lixo Marinho FCUL | 15 - 17 Setembro 2016
- Seminário Litoral Sustentável no Liceu Camões
- Divulgação do Projeto Coastwatch em Oeiras na sessão de apresentação do Programa de Educação Ambiental
- Festival Sustentabilis em Lisboa

Produção e desenvolvimento de materiais de apoio, disponíveis no site para a monitorização do litoral;

Disponibilização dos documentos necessários para a monitorização e inserção dos dados - formulários online, questionários, mapas, etc;

Análise, apresentação e divulgação dos dados recolhidos nos levantamentos de campo;

Patrocinador da campanha: Oceanário de Lisboa

Parcerias e apoios:

No âmbito das atividades desenvolvidas no projeto Coastwatch, o GEOTA contou com protocolos de parceria com aproximadamente 50 entidades, que colaboram como coordenadores regionais e locais – Associações, ONGAs, Municípios, escolas, áreas protegidas, etc.

Com participação efetiva:

Teresa Lemos

Carla Pacheco

Com participação pontual:

Helder Careto



Monitorização com alunos do 1º ciclo da Foz do Arelho



Monitorização CW com alunos do Ensino Secundário da Escola Secundária de Loulé



Monitorização CW com alunos do 1º ciclo da Foz do Arelho

Apoios - Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Instituto Português do Desporto e da Juventude, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Divulgação das ações:

As ações realizadas foram divulgadas e promovidas através da publicação de conteúdos nas diversas páginas do GEOTA e Coastwatch, e na comunicação social:

URL: <https://www.facebook.com/CW.Coordenacao.Nacional/>

URL: <http://coastwatchnacional.wix.com/coastwatch-portugal>

URL: <http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/default.asp>

Actividade 4 | Conferência Internacional Coastwatch 2016

Conferência Internacional Coastwatch 2016 sob o tema Turismo Sustentável no Litoral

- 16 de novembro |
- Oeiras | Templo da Poesia – Parque dos Poetas
- Ação de formação de curta duração creditada para professores
- 60 participantes

Comemorando o dia 16 de Novembro Dia Nacional do Mar e lançando a campanha do Coastwatch 2016-2017, o GEOTA, com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras, organizou nesta data uma conferência Internacional subordinada ao tema da campanha e associada à formação de professores. A conferência decorreu no Templo da Poesia (Parque dos Poetas) em Oeiras.

A Conferência contou com a participação de peritos na temática do Turismo Sustentável, destacando-se os recursos naturais, governança do litoral, pressões da atividade humana sobre o litoral e as boas práticas para um turismo sustentável no litoral.

Parcerias e apoios :

Apoios - Câmara Municipal de Oeiras, Associação Professores de Geografia, Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Instituto Português do Desporto e da Juventude, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Patrocinador: Oceanário de Lisboa

Divulgação das ações:

As ações realizadas foram divulgadas e promovidas através da publicação de conteúdos nas diversas páginas do GEOTA e Coastwatch, e na comunicação social:

URL: <https://www.facebook.com/CW.Coordenacao.Nacional/>

URL: <http://coastwatchnacional.wix.com/coastwatch-portugal>

URL: <http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/default.asp>

Com participação efetiva:

Teresa Lemos

Carla Pacheco

Com participação pontual:

Helder Careto

Sofia Gomes

Programa no URL:
<http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultCategoryViewOne.asp?categoryId=732>---[consultado em data 08/02/2017]





link para mais informação:

<http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultCategoryViewOne.asp?categoryId=732>

<http://www.cm-oeiras.pt/agenda/Paginas/ConferenciaInternacionalCoastwatch16denovembronoAuditorioDoTemplodaPoesianoParquedosPoetas.aspx>

https://www.facebook.com/events/1092907144163705/?active_tab=about

Projeto O Meu Eco-Sistema®

www.omeueco-sistema.pt

O projeto O Meu Eco-Sistema® é uma iniciativa que visa promover a cidadania e a sensibilização ambiental servindo como ponte entre cidadãos com as diferentes entidades responsáveis de forma a contribuir para a melhoria dos serviços em meio urbano e do ambiente.

No ano 2016, realizaram-se 4 reuniões com outras entidades potenciais parceiros.

Além destas reuniões foi realizada a partilha de conteúdos relevantes para o projeto produzidos por parceiros em redes sociais e no Website e a realização atividades de sensibilização em conjunto com parceiros do projeto.

Foram criados acessos para todos os parceiros poderem aceder às suas páginas dedicadas onde podem visualizar as observações das suas áreas.

Foram feitos teste e revisão de funcionalidades em exploração, com correção de conteúdos.

Realização de relatório anual às entidades financiadoras e parceiros.

Participação nos concursos Cidades Analíticas e no Green Project Awards.



Manutenção do www.omeueco-sistema.pt e do www.geota.pt no mesmo alojamento por questões funcionais e económicas.

Projeto BiodiverCidade®

Em 2016 promoveu-se a publicação de conteúdos partilhados nas redes sociais relacionados com o tema do ambiente urbano e biodiversidade nas cidades, garantindo a manutenção do bloque e página Facebook do Projeto



Helder Careto (C)

Apoio secretariado e contabilidade: Saúde Martins.



Hélder Careto (C)

Marta Sousa

Estratégia de Comunicação para o GEOTA

O site do GEOTA é um repositório de posições e conteúdos produzidos pelo GEOTA e de fácil acesso, constituindo assim uma “memória” digital e pública dos últimos anos.

Foi possível assegurar a manutenção do blogue com o mesmo nome, que apresenta já perto de 12 000 visualizações.

Concebeu-se e desenvolveu-se uma Estratégia para angariação de associados, assente no desenvolvimento de parcerias celebradas e em novos modos de promoção do trabalho desenvolvido pelo GEOTA, com aplicação no último trimestre do ano. Na página do GEOTA encontra-se uma chamada para essa campanha.

Ocorreu um esforço consistente de multiplicação dos conteúdos pelas diversas páginas e redes sociais de modo a potenciar a sua utilização, nomeadamente, com a página do GEOTA no Facebook.

Foram colocados *online* mas ainda não publicados 3 livros do GEOTA: Turismo e Desenvolvimento Sustentável 1 e 2 e Como Implementar uma Recolha Seletiva.

Conseguiu-se o aproveitamento de recursos angariados através de protocolos com a U. Lusófona e outras entidades para colocação de estagiários curriculares de licenciatura e CET a colaborar na área da comunicação digital.

Hélder Careto

Teresa Lemos



TerraSeixe - Grupo Biodiversidade

The focus of the GEOTA Grupo Biodiversidade (GGB) over this period has been the identification, design and formulation of the TerraSeixe project. Other areas of activity included maintaining relationships with the group, Movimento Gaio* (previously Movimento Terra Queimada). (*[Facebook](#))

The report starts with the latter before providing a summary in respect of the TerraSeixe project, hereafter TerraSeixe.

MOVIMENTO GAIO

Contact with this group has been maintained through the GGB co-ordinator in communication with Bernardo and Teresa Markowski. Most has been via telephone, where Bernardo would provide feedback regarding their actions. It was not until October that Bernardo asked the GGB to assess the possibility of creating a project to help fund the activities of the then, Movimento Terra Queimada (MTQ). The GGB co-ordinator responded to this request asking for more details about what type of project MTQ envisaged. Not much developed from this communication however as Bernardo became more involved with the planting on the Baldio da Ameixeira. The result was that the GGB co-ordinator (JRS) then went to see the work being done by MTQ on the Baldio da Ameixeira on 10 December 2016.

Justin Roborg-Söndergaard
(Group Co-ordinator)

Miguel Jerónimo

Maria do Rosário Oliveira

Marlene Marques



To date nothing much has progressed regarding the initial request to identify a possible project. The constraints include the distance to meet with Bernardo and the Movimento Gaio, including the fact that this group is currently involved with planting and are seldom in their office over this period.

More contacts are needed and a better idea of what Bernardo envisages needs to be discussed, e.g. the creation of a green belt across the Serra de Freita.

No GEOTA costs were involved in the actions above.

TERRASEIXE

This report is based on the Action Programme and Tasks for this period (AP&T).

| Month | AP&T | Outcomes |
|----------|---|---|
| jan/2016 | - Develop Ribeira de Seixe (RS) project concept - Meet with António Lambe (AL) | - Develop concept document - Field trips x 2 |
| fev/2016 | - Meet with AL. - Finalise project concept document | - Field trips x 1 - Writing of concept document |
| mar/2016 | - Finalise project concept document - Enter protocol: GEOTA/Ação Ambiental (AA) | - Draft concept document published - Protocol negotiations begin |
| abr/2016 | - Protocol finalised | - Protocol: GEOTA/AL |
| mai/2016 | - RS project proposal presentation to interested group. | - Presentation successful: Rosário Oliveira (RO) & Miguel Araújo interested (MJ). |
| jun/2016 | - Refine concept document/produce technical proposal - Negotiate professional contracts and funding - Field trip & visit to Odemira Câmara Municipal (CMO) - Meeting at Vila Nova de Milfontes (CCDR Alentejo) | - Technical proposal completed - Funding provided by AL. - Contracts negotiated with RO & JRS - Field trip with JRS, RO, & AL - Workshop attended (JRS, RO & Miguel Jerónimo) |

CONTRACT PERIOD STARTS

| | | |
|----------|--|---|
| jul/2016 | - Prepare AP&T for period: jul – set 2016 - Technical documents produced - Prepare CM meetings (Aljezur & Monchique) - RS field trip with experts | - AP&T approved by GEOTA Executive Council (GEOTA EC) - MJ (GGB) - MJ & GEOTA EC - 7 experts incl. JRS, AL & RO |
| ago/2016 | - Meeting with MA, CIBIO/InBio (U. Évora) - Technical documents required. - Finalise RS presentation | - Identified aspects for cooperation between CIBIO/InBio Climate Adaptation Programme & the RS project. Attended by JRS, RO, MJ, AL. - Work completed by MJ & AF (GGB) - RS presentation completed (RO, JRS, GEOTA EC) - Meeting attended by MM, JRS, RO & |

Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação @/ Equipa

| | | | |
|----------|--|---|-------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> - Meeting: CM Aljezur (CMA) | protocol pending | 117.15€ |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Meeting CM Monchique (CMM) - Meeting with Junta de Freguesia Odeceixe (JFO) | <ul style="list-style-type: none"> - Meeting attended by MM, JRS, RO, AL & protocol pending - Meeting with JFO president (JRS, AL) – GEOTA provided with office facility in Odeceixe for RS project | 110.20€ 20.90€ |
| set/2016 | <ul style="list-style-type: none"> - Meeting with CCDR Algarve (CCDR/Alg) – project funding - Initiate CRESC application - Renegotiate professional contracts (JRS) | <ul style="list-style-type: none"> - Meeting attended by MM, AL, JRS, RO - Identify criteria (RO, JRS) - Contracts renewed for 3 months – RO, JRS (out – dez 2016) | 186.60€ |
| out/2016 | <ul style="list-style-type: none"> - Follow up on protocols (CMA, CMM, U/Évora, U/Lisboa) - Meeting with ICNF & APA (Algarve) - Initiate CRESC application | <ul style="list-style-type: none"> - Follow up done (RO, GEOTA (MM, MJ)) - Meeting attended by MM, JRS, AL & RO - 1st draft (RO, JRS) | 135.90€ |
| nov/2016 | <ul style="list-style-type: none"> - Field trip with JFO - 2nd CRESC draft produced - New protocol: U/Algarve | <ul style="list-style-type: none"> - Field trip to identify land options (JRS, AL) - RO, JRS, GEOTA EC (MJ) - Protocol (MJ / GEOTA EC) | 90.80€ |
| dec/2016 | <ul style="list-style-type: none"> - CRESC application - Negotiate professional contracts and budget (JRS, AL) - Finalise outstanding protocols | <ul style="list-style-type: none"> - RO, JRS, MJ, GEOTA EC - AL to fund: Renewed contract: RO; Renegotiated contract: JRS; New contract: MJ; Expenses: GEOTA - MJ/GEOTA EC. | |

Projetos colaborativos

Coordenação (C) / Equipa

Plataformas inter-associativas e projetos na área dos recursos hídricos

Plataforma Salvar o Tua

Website: <http://www.salvarotua.org/>

Ver mais informação sobre a atividade realizada na seção dedicada ao projeto Rios Livres

Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista (GEOTA/PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada

Teresa Lemos

Carla Pacheco

Parceria – Associação PATO, Câmara Municipal das Caldas da Rainha

Atividade | Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada

O CEEPT é um equipamento de Educação e Sensibilização Ambiental para a Sustentabilidade aberto ao público em geral, com especial enfoque para grupos de escolas desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário com integração de alunos com *necessidades educativas especiais*. O Centro funciona como espaço interpretativo e de apoio à Reserva Natural Local do Paul de Tornada.

A Reserva Natural Local do Paul de Tornada é uma zona húmida classificada a nível nacional (Reserva Natural Local integrada na Rede Nacional das Áreas Protegidas) e a nível internacional (Sítio Ramsar).

Ao longo de 2016 o GEOTA, em parceria com a Associação PATO e com o apoio da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, assegurou a gestão, promoção e dinamização do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada. O Centro esteve aberto ao público nos dias úteis ao longo de todo o ano e durante as ações previstas que tinham lugar ao fim de semana e feriados.



Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Prof. João Evangelista

Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação @/ Equipa

O Centro contou com a colaboração de uma docente em destacamento no GEOTA através do Projeto de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente.

Dotado de um Plano de Atividades Anual e um Serviço Educativo, realizaram-se ao longo do ano diversas atividades de Educação e Sensibilização Ambiental para a Sustentabilidade (visitas de estudo, atividades experimentais, ateliers de ocupação dos tempos livres, caminhadas, ações temáticas), ações de formação e exposições, entre outras:

- 2 fevereiro – Centro Ecológico Educativo do Paul de tornada – Prof. João Evangelista e Reserva Natural Local do Paul de Tornada:

- Comemoração do Dia Mundial das Zonas Húmidas – visitas de estudo e ateliers

- 12 Março – Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Prof. João Evangelista:

- Ação de Informação Erasmus+

- 14 maio – Reserva Natural Local do Paul de Tornada:

- Observação de aves

- 5 junho - Reserva Natural Local do Paul de Tornada:

- Formação - Plantas Comestíveis e medicinais

- Junho – setembro – Galeria de Exposições do Espaço de Turismo da Caldas da Rainha, Restaurante Pachá e Casa Antero

- Exposição de Ilustração Científica

- Agosto - Reserva Natural Local do Paul de Tornada:

- Caminhadas de verão

- 17 e 18 setembro – Centro Ecológico Educativo do Paul de tornada – Prof. João Evangelista e Reserva Natural Local do Paul de Tornada:

- Ação de sensibilização – Anilhagem de aves

- 1 outubro - Reserva Natural Local do Paul de Tornada

- Fim de semana euroaves – Eurobirdwatch (parceria com SPEA)

O Centro acolheu diversas atividades de associações juvenis, proporcionando as infraestruturas necessárias para reuniões associativas, interassociativas e reuniões de trabalho.

Realizaram-se ao longo de todo o ano trabalhos de Investigação no Paul de Tornada coordenados pelo Centro Ecológico Educativo. Os trabalhos foram realizados por estudantes e investigadores na Inventariação e Monitorização de fauna e estudo da Flora do Paul: anilhagem de aves, contagem de aves e monitorização da fauna.

O GEOTA continuou a sua participação nos órgãos de gestão da RNLPT (Comissão Diretiva e Conselho Consultivo) e contribuiu para a execução do Plano de Gestão da RNL-PT assim como na execução das ações previstas na candidatura PRODER da CMCR – RNLPT.

Parcerias e apoios:

No âmbito das atividades desenvolvidas no CEEPT e RNLPT, o GEOTA tem protocolos de parceria com a Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Associação PATO, Corpo Nacional de Escutas e Oeste Sustentável.

O GEOTA contou com o apoio da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto, Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Divulgação das ações:

As ações realizadas foram divulgadas e promovidas em eventos diversos, através da publicação de conteúdos nas diversas páginas do GEOTA, do Centro, e na comunicação social:

URL: <http://www.facebook.com/pages/Centro-Ecol%C3%B3gico-Educativo-do-Paul-de-Tornada-Prof-Jo%C3%A3o-Evangelista/360549383968680?ref=hl>

URL: <http://www.cept.pt>



Anilhagem de aves



Dia Mundial das Zonas Húmidas



Caminhadas de verão



Formação em plantas comestíveis e medicinais

URL:

<http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=743&articleID=2286>



Representações junto de ONG ou similares

Representantes

ATTCEI - Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento

Durante 2016 foram asseguradas as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos e individuais.

Helder Careto

Agência Oeste Sustentável

Participação na Assembleia Geral e seguimento dos trabalhos da Agência.

Helder Careto

Teresa Lemos

Seguimento ao contrato de serviços de educação e sensibilização com base no CEEPT para os municípios associados da Oeste Sustentável, já adjudicada.

Rogério Ivan (Oeste Sustentável)

CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA

Manutenção da representação no Conselho Executivo.

Helder Careto
(Efetivo)

Seguimento das reuniões da Assembleia Geral e do Prémio Fernando Pereira.

João Joanaz de Melo
(Suplente)

Representações institucionais em nome da CPADA.

Secretário do
Conselho Executivo

A 12 de março de 2016 ocorreram eleições para os órgãos sociais da CPADA tendo o GEOTA ficado com o cargo de Secretário do Conselho Executivo.

C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, WWF Mediterrâneo - Portugal)

O GEOTA encontra-se envolvido na constituição de uma Coligação de ONGA – C6 (GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, WWF Mediterrâneo - Portugal), com objetivos de realização de trabalho conjunto de opinião em matérias de ambiente e conservação da natureza. Reproduzimos aqui uma parte desse texto de apresentação na sessão pública da Coligação que ocorreu no passado dia 26 de março de 2016, em Lisboa.

Marlene Marques

Helder Careto

Ana Brazão

Irina Gomes

Foram produzidas algumas posições no âmbito da Coligação, nomeadamente sobre a revisão do regime jurídico do ordenamento do território e efeitos sobre os planos especiais e setoriais relacionados com as áreas protegidas, tendo-se desenvolvido algumas iniciativas junto da respetiva tutela (SEOTCN).

MIA – Movimento Ibérico Anti-Nuclear

Foram e estão agendadas várias reuniões de coordenação deste movimento envolvendo as ONGA nacionais e partidos políticos de cariz ambientalista que nasceu em final de 2015.

Helder Careto

Marlene Marques

Miguel Jerónimo

Concentração a 10 jun em Cáceres.

Irina Gomes

Conferência Ibérica na Fábrica de Braço de Prata dia 4 de fevereiro.

Pedro Santos

PASC - CC

Acompanhamento ao nível da Direção e do Conselho Fiscal. Participação na Assembleia Geral da PASC CC – Plataforma Activa da Sociedade Civil-Casa da Cidadania em 2017. Participação nos órgãos sociais (Suplente Direção, Vogal Conselho Fiscal, Assembleia de Representantes, Assembleia Geral, Grupo de Trabalho Cluster do Mar, Grupo de Trabalho de Cidadania Ativa).

Direção:

- Participação em 28 reuniões do órgão

GT Cidadania Activa

- Participação em 2 conferências promovidas pelo GT com a participação de Nuno Garoupa.

GT Cluster do Mar

2 de Março – Reunião PASC Mar:

Discussão dos diferentes grupos de trabalho a serem desenvolvidos. (Participantes: HC, JMC)

22 de Julho – Participação na reunião PASC Mar:

Discussão dos diferentes grupos de trabalho envolvidos no projeto. Discussão das atividades a realizar no final do ano. (Participantes: JMC)

9 de Setembro – Reunião PASC Mar:

Discussão sobre a conferência anual e o projeto de cidadania ativa. (Participantes: HC, JMC)

URL: <http://pasc-plataformaactiva.blogspot.pt/>

Helder Careto

João Joanaz de Melo

José Maria Candeias

Marlene Marques

PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo

Esta agregação de organizações da sociedade civil e de cidadãos constituiu-se no início de 2016 em virtude das concessões de prospeção e exploração de hidrocarbonetos na costa do Algarve.

Tem sido feito o acompanhamento dos trabalhos e eventos da plataforma e a divulgação das atividades que têm ocorrido.

Foi assegurada a participação na Conferência Futuro Limpo e foi convidada uma representante da PALP para participar como oradora no Seminário do Coastwatch/Rios Livres no Parque Biológico de Gaia, em set 2016.

Ana Brazão

Helder Careto

Plataforma de Defesa das Árvores

Esta agregação de organizações da sociedade civil e de cidadãos constituiu-se no início de 2014 na sequência do abate indiscriminado de árvores na cidade de Lisboa.

Tem sido feito o acompanhamento dos trabalhos e eventos da plataforma.

Seminário sobre as Árvores em Lisboa em 2016.

Miguel Jerónimo

PONG Pesca

Seguimento dos assuntos da plataforma e participação nas reuniões e eventos por ela promovidas.

Atividades:

13 – 15 de Julho – NGO Study Trip PONG Pesca:

Participação nas reuniões e workshops promovidos pela Iniciativa Gulbenkian Oceanos e New Economics Foundation em Londres. Discussão e troca de ideias com ONG britânicas. Apresentação dos projetos individuais de cada ONG da PONG Pesca. (participantes: JMC)

22 de Julho – Participação na reunião da PONG Pesca:

Continuação da discussão da estratégia e discussão sobre a comissão de acompanhamento da sardinha. (Participantes: JMC)

18 de Janeiro – Reunião da PONG Pesca (Workshop Estratégia c/ Catarina Grilo):

Discussão inicial sobre o desenvolvimento da Estratégia da PONG Pesca, em conjunto com a New Economics Foundation. (Participantes: HC, JMC)

17 de Fevereiro – Reunião PONG Pesca:

Continuação da integração dos diferentes grupos de trabalho na estratégia da PONG. (Participantes: JMC)

17 – 18 de Março – Formação em Fundraising e Estratégia da PONG Pesca Gulbenkian Oceanos:

Formação em fundraising e continuação do desenvolvimento da estratégia da PONG Pesca, por parte da New Economics Foundation. (Participantes: HC, IS, JMC)

1 de Abril – Reunião PONG Pesca e Formação em redes sociais para ONG:

Continuação da discussão da estratégia e pequena formação informal ministrada pelo Gonçalo Carvalho. (Participantes: JMC)

3 de Junho – Participação na Oceans Business Week PONG Pesca:

Colaboração no stand da PONG na Oceans Business Week. Divulgação das atividades de PONG e do GEOTA, no âmbito do mar. (Participantes: JMC)

26 de Julho – Reunião da PONG com o grupo parlamentar Os Verdes:

Apresentação da PONG Pesca e das diferentes atividades. Lobbying político. (Participantes: JMC)

18 de Novembro – Reunião PONG Pesca:

Preparação da reunião com o grupo parlamentar PAN. Ponto de situação do carapau e da xávega. (Participantes: JMC)

Ver anexo [2].

URL: <https://pongpesca.wordpress.com/>

EEB/BEE – European Environmental Bureau

O GEOTA participou na Assembleia Geral e nas reuniões do grupo de trabalho da água [3]

José Maria Candeias
Helder Careto

C.E.
Miguel Jerónimo
Ana Brazão

Seas At Risk

Manutenção da representação e acompanhamento dos assuntos [3]

José Maria Candeias

13 de Setembro – Reunião Web Seas at Risk.

Helder Careto

Preparação do Seminário Biogeográfico Natura 2000. (Participantes: JMC)

Joaquim Afonso

27 – 29 de Setembro – Participação no Marine Natura 2000 Biogeographic Seminar, Malta, com apoio do SAR:

Marlene Marques

Participação como membro das ONG acompanhantes no processo de decisão das regiões Natura 2000, em termos de suficiência no cumprimento das diretivas internacionais. (Participantes: JMC)

GBE

Marlene Marques

GEOTA co-fundador do Green Budget Europe. Participação no *board*.

João Joanaz de Melo

Participação numa conferência internacional.[3]

Representações em Organismos

Representantes

Conselho Nacional da Água (CNA)

Representantes:

Em 2016 houve duas reuniões plenárias do CNA.

- Plenário: João Joanaz de Melo (efectivo), Ana Brazão (suplente)

A reunião de 22 Março 2016 centrou-se sobre o Plano Nacional da Água (PNA). O GEOTA elogiou o bom diagnóstico apresentado, mas criticou a falta de meios de implementação e a falta de reconhecimento da incompatibilidade do PNBEPH com os objectivos do PNA, tendo-se absterido na votação do parecer do CNA sobre o PNA.

- G.T. desmantelamento de barragens: Ana Brazão

Reunião de 21 Dezembro 2016

Grupo de trabalho de descomissionamento de barragens

Comissão de Acompanhamento do Parque Natural de Montesinho (1)

Conceição Martins (efectivo)

Não se realizaram reuniões desta comissão em 2016.

Marlene Marques (suplente)

Conselho Estratégico Do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (CE-PNSAC) (1)

João Joanaz de Melo (representante suplente das ONGA no CE-PNSAC, indicado pelo GEOTA e FPE)

Participação numa reunião de 4 Maio 2016

Nesta reunião o representante das ONGA, João Joanaz de Melo, assumiu as seguintes posições relativamente à avaliação do Plano de Acção 2014-2015 e perspectivas futuras:

- Utilidade do Conselho Estratégico como fórum de concertação; vontade das ONGA de cooperar com as autoridades no sentido de encontrar as melhores soluções para o ordenamento do território e a conservação da Natureza;
- Necessidade de actualizar o plano de ordenamento do PNSAC;
- Necessidade de reinstaurar os planos de ordenamento das áreas protegidas como planos especiais;

Representações em Organismos

Representantes

- Necessidade de tornar mais restritiva a aprovação de novas pedreiras ou sua ampliação, tendo a conta as necessidades reais e um modelo de desenvolvimento mais sustentável;
- Urgência em formalizar os termos da cooperação de longa data em protocolo entre ICNF e FPE;
- Necessidade de reforçar os meios de intervenção do ICNF, em especial no PNSAC.

Compromisso para o Crescimento Verde

O GEOTA acompanhou os trabalhos da comissão e integrou alguns grupos de trabalho sem ter assinado o termo de compromisso.

Marlene Marques,
João Joanaz de Melo
Eduardo Zúquete
Pedro Mota
Miguel Jerónimo

Conselho de Região Hidrográfica do Norte (1)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ver mais informação na seção Projeto Rios Livres.

Pedro Santos (efetivo, pela PST)
Ana Brazão (suplente, pelo GEOTA)

Comissão de Acompanhamento do Aproveitamento Hidrelétrico de FozTua (1)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ver mais informação na seção Projeto Rios Livres.

Pedro Santos (efetivo, pela PST)
Ana Brazão (suplente, pelo GEOTA)

Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (*)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ana Brazão (Efetiva, pelo GEOTA)
Ana Bento (Suplente, pelo GEOTA)

Conselho Consultivo da Reserva Natural Local do Estuário do Douro (*)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ana Catarina Miranda (efetiva)
Miguel Jerónimo (suplente)

Observações: (1) – Representação das ONGA nacionais no âmbito do Protocolo de Nomeação de Representantes em Organismos Públicos gerido pela CPADA.

Logística

Secretariado e apoio técnico

A elaboração de alguns relatórios consumiu cerca de 150 horas divididas no trabalho de vários colaboradores.

Tratamento de correspondência recebida e emitida (cerca de 100 cartas, 80.000 mensagens de correio eletrónico) | Seleção e arquivo de milhares de documentos, publicações, ficheiros informáticos e outro material

Atendimento de dezenas de chamadas telefónicas com solicitações diversas e pedidos de informação

Assegurou a comunicação entre os membros dos órgãos do GEOTA e apoio técnico e logístico à sua atividade Gestão das inscrições em muitas iniciativas e apoiou a sua logística.

Contactou com os fornecedores e outras entidades. Manteve a operacionalidade geral da sede e os níveis de *stock* do economato. Melhorou o nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA

Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação.

Manutenção de bases de dados de associados e entidades, e atualização de quotizações e registos, emissão de listagens de etiquetas e outras que serviram de base a seis *mailings* regulares de associados e vários outros irregulares para entidades e associados.

Apoio à tesouraria e Contabilidade e reuniões com a Empresa de Contabilidade Organizada contratada (média 1 reunião por mês e 15 horas por mês de preparação).

Geriu o equipamento e promoveu a sua manutenção/Manutenção de software e hardware informático da sede do GEOTA

Representação do GEOTA em diversos eventos e em diversos organismos.

Realização de estágios não remunerados de complemento curricular ou fim de curso para o apoio a áreas e Projetos específicos do GEOTA

Encaminhamento dos assuntos despachados da Comissão Executiva.

Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada.

Apoio técnico e realização de ações de formação e informação promovidas pelo GEOTA.

Equipamento

Manutenção e reforço da rede informática no GEOTA.

Manutenção da proteção elétrica do equipamento

Serviços externos

Manutenção do serviço de contabilidade.

Manutenção da adesão ao servidor Internet, com correio eletrónico e acesso à Internet com telefone.

Manutenção dos fornecimentos de serviços de água e eletricidade

Contrato para telemóvel do GEOTA.

Manutenção dos contratos de seguro multirisco para a sede e as instalações do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, novo contrato de seguro de acidentes de trabalho para os colaboradores do GEOTA.

Recolha de Consumíveis de Informática e outros materiais

No Centro Ecológico Educativo existe um ponto de recolha onde se faz a deposição seletiva de resíduos (papel, plástico e vidro) Secretariado do GEOTA.

Responsáveis

Helder Careto

(Secretário Executivo)

Saúde Martins

(Secretária de Direção)

Apoio Técnico

Carla Pacheco (Professora destacada projetos de EAS)

Teresa Lemos

(Apoio técnico Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada e Coastwatch)

Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento (Desenvolvimento do projeto Rios Livres, a partir de outubro de 2016).

Maria do Rosário Oliveira, Justin Roburg-Søndergaard, Miguel Jerónimo
(avencados no projeto TerraSeixe)

Comissão Executiva

Hélder Careto

Saúde Martins

Vitor Sarabando

Comissão Executiva

Hélder Careto

Saúde Martins

Logística

O Secretariado do GEOTA tem assegurado, na medida do possível, o encaminhamento correto dos resíduos do papel usado e outros resíduos de embalagem.

Sede (obras e manutenção)

Manutenção mínima das instalações.

Responsáveis

Hélder Careto, Saúde Martins,

Anexos:

LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2016 [1]
LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS – 2016 [2]
LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2016 [3]
LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2016 [4]
GEOTA na Rede [5]
RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2016

ANEXO 1 - LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2016

| | |
|------------|---|
| 11-02-2016 | PONG-Pesca pede clareza e respeito total pelos pareceres científicos na gestão da sardinha |
| 15-02-2016 | Nota de Imprensa “Aumento do ISP sobre os combustíveis automóveis: sim mas...” |
| 22-02-2016 | Nota de imprensa - Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) “Entidades estrangeiras estão preocupadas com a prospecção de hidrocarbonetos no Algarve” |
| 29-02-2016 | Contributos para a Consulta Pública “2.º ciclo dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) - Região Hidrográfica 3: DOURO” |
| 18-03-2016 | COMUNICADO DE IMPRENSA Sobre as obras na frente ribeirinha nos antigos edifícios BBC e Piazza di Mare |
| 22-03-2016 | Comunicado Imprensa “Ministério do Ambiente "entupido" com cartas contra o Plano Nacional de Barragens” |
| 15-04-2016 | Nota de Imprensa Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) “Encontro Público - “Impactos Económicos, Sociais e Ambientais da Exploração de Hidrocarbonetos no Algarve do Séc. XXI” |
| 19-04-2016 | CANCELAMENTO DE ALVITO E GIRABOLHOS NÃO FOI UMA VERDADEIRA REVISÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE BARRAGENS “Luz verde para a barragens no Tâmega resulta em 10.000M€ tirados às famílias portuguesas” |
| 09-05-2016 | Resposta: Jornalista espanhol, em relação à qualidade das águas no Tejo |
| 12-05-2016 | Organizações do Ambiente preocupadas com a alteração dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas no novo modelo de gestão territorial |
| 23-05-2016 | COMUNICADO DE IMPRENSA - Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM) e Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) |
| 01-06-2016 | Manifestação Ibérica pelo Encerramento da Central Nuclear de Almaraz |
| 22-06-2016 | Comunicado “O nosso ouro é o ambiente” |
| 30-06-2016 | Nota de Imprensa “O que aconteceria se a ENMC divulgasse toda a informação?” |
| 20-07-2016 | Contas explicadas Contribuição do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) para a produção energética e elétrica nacional |
| 22-07-2016 | PONG-Pesca - Antecipar aumentos da quota pode colocar em risco recuperação da sardinha |
| 16-09-2016 | Transposição da Diretiva nº2014/52/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 |
| 22-09-2016 | MOVIMENTO “MENOS UM CARRO” SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DO AMBIENTE DESAFIA PORTUGUESES |
| 27-09-2016 | Campanha Coastwatch sobre Turismo Sustentável no Litoral arranca no Dia Mundial do Turismo |
| 12-10-2016 | NOTA DE IMPRENSA “SPIRIT OF OYSTERHAVEN” está a fazer Coastwatch em Portugal |
| 12-10-2016 | Parecer sobre o estudo de impacte ambiental do “projeto integrado do núcleo de exploração de pedreiras do Codaçal” |
| 21-10-2016 | Comunicado “A Coligação C6 pede um chumbo à utilização de Chumbo” |
| 21-10-2016 | 10 propostas para o Orçamento de Estado 2017 |
| 21-10-2016 | NOTA DE IMPRENSA “10 propostas para o Orçamento de Estado 2017” |
| 20-11-2016 | Carta ao Comissário da Investigação, Ciência e Inovação da Comissão Europeia |
| 07-12-2016 | Junker diz não à revisão da Diretiva das Aves e Habitats |
| 14-12-2016 | Nota de Imprensa “A PALP congratula a decisão do Governo em travar alguns contratos no Algarve mas vai continuar a desenvolver iniciativas para a cessação definitiva de todos os contratos.” |

RESUMO DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2016

11-02-2016 PONG-Pesca pede clareza e respeito total pelos pareceres científicos na gestão da sardinha

A Plataforma de Organizações Não Governamentais sobre a Pesca (PONG-Pesca*) manifesta o seu agrado pela definição da quota de sardinha ibérica para 2016 respeitar o Princípio da Precaução estabelecido pelo Conselho Internacional para a Exploração dos Mares (CIEM), mas exige que todo o processo seja claramente comunicado não só aos intervenientes diretos como ao público em geral. A plataforma reforça ainda que a quota agora definida – 14.000 toneladas - só deve ser aumentada se os dados científicos recolhidos durante 2016 comprovarem que este aumento não coloca em causa a sustentabilidade do *stock* de sardinha ibérica.

No passado dia 5 de fevereiro, representantes da PONG-Pesca estiveram na Secretaria de Estado das Pescas para uma reunião de trabalho. Entre outros assuntos, a gestão da sardinha ibérica acabou por ocupar grande parte da reunião, tendo sido comunicadas várias informações sobre a proposta conjunta que Portugal e Espanha apresentaram à Comissão Europeia alguns dias antes:

- A quota da sardinha para 2016 será limitada a 14.000 toneladas (para Portugal e Espanha), a abordagem precaucionária proposta pelo CIEM para não pôr em risco a recuperação do *stock*;
- Os dados recolhidos durante dezembro pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) indicam uma tendência de recuperação no recrutamento da sardinha, o que poderá vir a permitir a manutenção da quota de 2015. Neste contexto, Portugal e Espanha terão pedido à Comissão Europeia que durante o ano de 2016 o CIEM fizesse uma reavaliação da quota, de modo a verificar se é possível um aumento da quota agora definida, ainda em 2016, sem colocar em causa a sustentabilidade do *stock*. O executivo nacional mostrou ter boas expectativas;
- Durante 2016, Portugal e Espanha irão intensificar o esforço de monitorização e recolha de dados sobre a sardinha, de forma a aumentar a robustez da informação utilizada nos pareceres científicos, quer para a possível alteração da quota de 2016, quer para suportar a definição de medidas de gestão para os próximos 2 anos;
- Os dois países decidiram fixar um limite de segurança de 10.000 toneladas até julho de 2016 que permitirá manter a pescaria aberta durante a segunda metade do ano, caso não venha a comprovar-se a possibilidade de aumentar a quota total para as 19.000 toneladas do ano anterior.

A PONG-Pesca congratulou de imediato o executivo por estas medidas, pois elas seguem a melhor informação científica disponível e vão ao encontro daquela que tem sido uma das suas principais reivindicações – a intensificação da recolha e tratamento de dados por parte do IPMA. De resto, existe a convicção de que a Comissão Europeia não teria aceitado uma proposta que fosse contra a recomendação do CIEM.

As indicações sobre a tendência verificada para uma melhoria do estado do recurso foram igualmente acolhidas com agrado pela PONG-Pesca. No entanto, é importante lembrar que esta tendência terá que ser corroborada pela informação recolhida nas campanhas científicas de 2016. Para além disso, qualquer alteração na quota só deverá acontecer se for claramente aprovada pelo CIEM.

“Todos desejamos que a sardinha recupere. No entanto, é importante não esquecer que o *stock* ainda está em níveis de abundância bastante reduzidos e como tal é determinante seguir à risca as recomendações científicas” disse Gonçalo Carvalho, coordenador da PONG-Pesca, acrescentado que “o IPMA merece o respeito e a confiança de todos, sendo essencial que tenha as condições ideais para fazer o seu trabalho, nomeadamente através do reforço da sua capacidade operacional.”

A PONG-Pesca participa, como observador, na Comissão de Acompanhamento da Sardinha e pretende continuar a participar ativamente na definição de medidas de gestão deste *stock* a curto, médio e longo prazos. Paralelamente, é essencial que rapidamente se inicie o debate sobre outras medidas que permitam ao sector manter a sua atividade, retirando a pressão sobre a sardinha, nomeadamente através do redireccionamento para outras espécies e da valorização das mesmas.

Gonçalo Carvalho (coordenador da PONG-Pesca) - 936257281 - pong.pesca@gmail.com

* Associação Portuguesa para o Estudo e Conservação dos Elasmobrânquios (APECE), Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), Liga para a Protecção da Natureza (LPN), Observatório do Mar dos Açores (OMA), Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus), Associação de Ciências Marinhas e Cooperação (Sciaena), Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e WWF Portugal – *World Wildlife Fund for Nature*.

15-02-2016 Nota de Imprensa “Aumento do ISP sobre os combustíveis automóveis: sim mas...”

O GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente concorda com a recente decisão do Governo de aumentar o Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) sobre os combustíveis automóveis, mas entende que este aumento devia ser acompanhado de medidas de promoção de eficiência energética.

Apesar de o preço do petróleo no mercado internacional estar conjunturalmente baixo, esse preço é reconhecidamente instável, e Portugal sofre de uma excessiva dependência das importações de petróleo. Manter preços baixos dos combustíveis seria um erro estratégico, porque daria uma mensagem de sentido

errado aos agentes económicos nacionais: que deveriam continuar a produzir riqueza utilizando fontes de energia fósseis e poluentes. O caminho deve ser exatamente o oposto. Portanto, a atualização em alta do ISP é uma medida positiva (e, para a mesma receita fiscal, é provavelmente preferível ao aumento de outros impostos).

Lamentavelmente, esta decisão governamental não se insere em qualquer estratégia visível de política energética, ambiental ou equidade fiscal.

Portugal sofre não apenas de elevada dependência energética externa (cerca de 75%), mas também de um sistema energético extraordinariamente ineficiente, em todos os domínios: transportes, indústria, edifícios habitacionais e de serviços. Há muitos anos que todos os instrumentos programáticos nacionais e europeus defendem a eficiência energética como prioridade estratégica, mas os resultados práticos têm sido fracos, devido à falta de meios adequados, designadamente incentivos financeiros.

O GEOTA defende que os instrumentos fiscais devem ter objetivos de política estratégica e não apenas recolha de receita fiscal. Concretamente, receitas fiscais obtidas de atividades geradoras de impactes ambientais (como é o caso dos combustíveis fósseis) devem ser pelo menos parcialmente aplicadas na promoção de ações que reduzam esses mesmos danos ambientais, de forma economicamente eficiente. Assim o GEOTA defende:

- a) Deve ser criado um pacote financeiro significativo de incentivos à eficiência energética: ou através da consignação de uma parte do ISP, ou através da introdução de rubricas apropriadas no Orçamento de Estado;
- b) O aumento de ISP deve ser extensivo a outros sectores além do automóvel; no caso de sectores atualmente isentos, tal isenção deve ser eliminada;
- c) Por uma questão de equidade social e económica, os sectores alvo de aumentos do ISP devem ser também alvo de benefícios, especificamente no sentido da melhoria da eficiência energética e da redução de impactes ambientais. Não se pretende um retorno direto de verbas às mesmas entidades, mas sim uma discriminação positiva para as entidades (famílias, empresas e instituições públicas) que demonstrem bons comportamentos em matéria de eficiência energética.

Nos sectores empresarial e doméstico, os incentivos poderão revestir a forma de benefícios fiscais em sede de IRC/IRS, ou juros bancários bonificados, para projetos e equipamentos pré-definidos; no sector dos transportes, a questão chave é a melhoria do serviço e o equilíbrio financeiro dos serviços públicos de transportes, designadamente os transportes públicos metropolitanos e a reabilitação do modo ferroviário.

22-02-2016 Nota de imprensa - Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) “Entidades estrangeiras estão preocupadas com a prospecção de hidrocarbonetos no Algarve”

Neste mês, a Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP), recebeu um novo fôlego graças ao apoio dado por várias instituições estrangeiras de renome que estão muito preocupadas com a prospecção de hidrocarbonetos no Algarve. Assim, para além da troca de informações cruciais para a progressão desta campanha por um Algarve sustentável, estas associações enviaram uma declaração para o governo português (em anexo) que demonstra as suas profundas preocupações sobre as notícias de prospecção e exploração de petróleo e gás natural, em Portugal.

Nesta declaração, frisam a elevada biodiversidade marinha que ocorre no Algarve, incluindo várias espécies de golfinhos, orcas, baleias-anãs, tartarugas-marinhas, aves marinhas e ainda vários peixes como o tubarão-azul. Reconhecem ainda o Algarve como uma zona paradisíaca, com praias de areias macias e douradas, consideradas gemas à espera de serem descobertas.

A pesca e a produção de marisco não ficam de fora das suas preocupações, lembrando que o Algarve é uma das regiões portuguesas onde a pesca possui um impacto social bastante significativo, possuindo várias comunidades com tradições muito enraizadas e uma dependência económica nas pescas ou em actividades associadas à pesca ou ao marisco.

Nesta declaração as organizações internacionais que a subscrevem estão em consonância com a PALP - a prospecção e exploração de petróleo e gás natural poderá ter consequências severas na pesca e no turismo, podendo mesmo, futuramente, vir a afectar a segurança alimentar dos algarvios.

O documento realça ainda algumas das nossas preocupações:

- o impacto da pesquisa/campanha sísmica que já ocorreu e continua a ocorrer algo longo de todo o país (ver mapa de trabalhos realizados em Portugal também em anexo);
- a falta de uma consulta pública e de uma avaliação de impacto ambiental apropriada;
- o impacto da prospecção nas populações de peixes e na pesca;

Entidades responsáveis pela declaração em anexo:

Alianza Mar Blava

Descrição: Mar Blava is a cross-sector Alliance consisting of government entities, potentially affected sectors such as fisheries, tourism, nautical, social and environmental organizations, trade unions and public and private institutions. Its goal is to join forces in order to permanently stop the research project and subsequent oil exploration off the west coast of Ibiza and Formentera. The aim is to preserve the environmental wealth that makes the Balearic Islands such a unique place and to ensure its citizens continued employment and welfare. Future generations also deserve the right to inherit an environment preserved in good condition.

Localização: Espanha

website: alianzamarblava.org/en/

Animal Welfare Institute

Descrição: Since its founding in 1951, AWI has sought to alleviate the suffering inflicted on animals by people. In the organization's early years, our particular emphasis was on the desperate needs of animals used for experimentation. In the decades that followed, we expanded the scope of our work to address many other areas of animal suffering.

Today, one of our greatest areas of emphasis is cruel animal factories, which raise and slaughter pigs, cows, chickens and other animals. The biggest are in our country, and they are expanding worldwide.

AWI's 50th Anniversary Compilation Another major AWI effort is our quest to end the torture inflicted on furbearing animals by steel jaw leghold traps and wire snares. AWI continues its work to protect animals in laboratories including promotion of development of non-animal

testing methods and prevention of painful experiments on animals by high school students. Representatives of AWI regularly attend meetings of the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora to fight for protection of threatened and endangered species. Similarly, we attend meetings of the International Whaling Commission to preserve the ban on commercial whaling, and we work to protect all marine life against the proliferation of human-generated ocean noise including active sonar and seismic air guns.

AWI works to minimize the impacts of all human actions detrimental to endangered species, including the destruction of natural forests containing ancient trees, and pollution of the oceans destroying every kind of marine life.

Localização: Estados Unidos da América

website: awionline.org

MEER e.V.

Descrição: The non-profit association M.E.E.R. e.V. is based in Berlin and hosts the project M.E.E.R. La Gomera.

The projekt M.E.E.R. La Gomera was founded in 1997 and was meant to be a differentiated continuation of the voluntary work towards cetacean conservation of different people. In 1998 the association itself was founded.

Our objectives are

- the promotion of environmental protection, scientific research and public education, especially concerning cetaceans and their natural habitats and
- the study of the whales and dolphins off La Gomera

With our work we want to contribute to the public awareness about the needs of the oceans and the seas, as well as to stimulate conscientious behaviours how we humans can deal with nature in a sustainable way.

Localização: Alemanha

website: www.m-e-e-r.de/index_en.html

Morigenos – Slovenian Marine Mammal Society

Descrição: Morigenos - Slovenian Marine Mammal Society is an independent, scientific, non-profit, non-governmental organisation that combines scientific research, monitoring, education, public awareness, capacity building and management, to achieve effective conservation of the marine environment and biodiversity.

Localização: Slovenia

website: www.morigenos.org

NRDC

Descrição: NRDC is the nation's most effective environmental action group, combining the grassroots power of more than 2 million members and online activists with the courtroom clout and expertise of nearly 500 lawyers, scientists and other professionals.

The New York Times calls us "One of the nation's most powerful environmental groups." The National Journal says we're "A credible and forceful advocate for stringent environmental protection."

Our dedicated staff work with businesses, elected leaders, and community groups on the biggest issues we face today. Our priorities include:

- Curbing Global Warming and Creating the Clean Energy Future
- Reviving the World's Oceans
- Defending Endangered Wildlife and Wild Places
- Protecting Our Health by Preventing Pollution
- Ensuring Safe and Sufficient Water
- Fostering Sustainable Communities

Localização: EUA

website: www.nrdc.org/

OceanCare

Descrição: As a non-governmental organisation, OceanCare has been working for the protection of marine mammals and oceans since 1989. With research and conservation projects, campaigns, environmental education as well as its contributions to a range of important international committees, OceanCare has undertaken concrete steps worldwide to improve the conditions of life in the world's oceans. In 2011, OceanCare was granted Special Consultative Status with the Economic and Social Council of the United Nations to provide expert advice on questions surrounding the protection of the marine environment.

Localização: Suíça

website: oceancare.org

Ocean Conservation Research

Descrição: Ocean Conservation Research promotes and supports marine biological and technological research based on conservation priorities. We use the products of this research to inform the policies and practice of the public, industry and lawmakers so that we may all become better stewards of the sea.

Localização: EUA

website: ocr.org/

Ocean Mammal Institute

Descrição: The Ocean Mammal Institute (OMI), formally established in 1994, is a non-profit organization designed to assist in narrowing the gap between individuals, science and technology, and to increase heartfelt connections with the natural world. As Rachel Carson observed, “You must love nature before you can preserve it.”

Localização: EUA

website: www.oceanmammalinst.com/

Oceanomare Delphis Onlus

Descrição: Oceanomare-Delphis Onlus (ODO) is a non-profit organization established to study and preserve the cetaceans and the ecosystems they inhabit, through knowledge, conservation and awareness. ODO was born by the fusion of two different Italian associations – Oceanomare and Delphis MDC – that had both successfully led research projects and conservation activities on cetaceans in the Mediterranean Sea. Sharing common views, actions and people, in 2010 Oceanomare and Delphis MDC decided to blend their effort, establishing a new, larger organization.

“We believe that a fusion of expertise and ideas towards a common goal is needed to meet challenges facing cetacean knowledge/conservation and beyond”

Localização: Itália

website: www.oceanomaredelphis.org/

Pro Wildlife e.V.

Descrição: An international non-profit established to animal and conservation. Was founded in 1999 and has it headquartered in Munich. The aim of the association is to enforce more laws and measures for wildlife whose existence is threatened by poaching, hunting, wildlife trade and habitat destruction.

Localização: Alemanha

website: www.prowildlife.de/

Salvia Team

Descrição: “With you towards sustainability” is Salvia’s slogan. With you, because Salvia is an integrating project working for a better environment and which hopes to count on different social actors to bring it about.

We are a group of professionals committed to the protection of the environment and encompassing contrasted experience in the fields of energy, transport, climate change, agriculture, fisheries, territory and in the protection of the natural environment and biodiversity.

We are united by a passion for our work, for a world with greater solidarity and which is respectful of the environment.

Localização: Espanha

[website: salviateam.eu/](http://salviateam.eu/)

Vivamar Society for the Sustainable Development for the SeaWild Migration

Descrição: VIVAMAR is a society for sustainable development for the sea whose main goal is science based conservation and protection of the last remaining Marine Mammals in Slovenian sea and North Adriatic, Bottlenose Dolphins (*Tursiops truncatus*).

Localização: Eslovénia

website: www.vivamar.org

Whale and Dolphin Conservation

Descrição: WDC, Whale and Dolphin Conservation (formerly WDCCS) is the leading global charity dedicated to the conservation and protection of whales and dolphins. We defend these remarkable creatures against the many threats they face through campaigns, lobbying, advising governments, conservation projects, field research and rescue. Our vision is a world where every whale and dolphin is safe and free.

Localização: EUA

website: us.whales.org/

Wildmigration Network

Descrição: Wild Migration builds the capacity of wildlife scientists, wildlife policy experts, local and international NGOs around the world to secure wildlife conservation.

Localização: Austrália

website: www.wildmigration.org/

29-02-2016 Contributos para a Consulta Pública “2.ºciclo dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) - Região Hidrográfica 3: DOURO”

O GEOTA é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), de âmbito nacional e sem fins lucrativos, em actividade desde 1981.

Neste sentido, submete o seu contributo para a consulta pública do 2.º ciclo dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), para a Região Hidrográfica 3 – Douro (RH3).

Análise geral do 2.ºs ciclo de PGRH para a RH Douro

Para que as metas traçadas pela DQA possam ser atingidas, a formulação dos PGRH deverá assegurar a **(1)** monitorização das massas de água, possibilitando a **(2)** identificação de pressões e massas de água com estado inferior a bom e concluir quanto às **(3)** medidas a implementar com melhor custo-eficácia.

1. Monitorização das massas de água

Verifica-se um acentuado desinvestimento na rede de monitorização. No que diz respeito ao estado químico, verifica-se um aumento acentuado da percentagem das massas de água com estado “Desconhecido” entre o 1.º e o 2.º ciclo de PGRH. Representam aliás, para rios e albufeiras, a maioria das massas: 82 % e 70 % respetivamente (cf. PGRH3, Parte 2, 2015). Conclui-se necessariamente que o fraco investimento na monitorização implica um deficit de informação e inviabiliza a formulação de linhas de orientação estratégica eficientes para a formulação de um novo PGRH.

2. Identificação de pressões e massas de água com estado inferior a bom

Segundo os documentos submetidos a consulta pública, os principais grupos de pressões sobre as massas de água são as pressões qualitativas (poluição pontual e difusa), quantitativas, hidromorfológicas e biológicas (cf. PGRH3, Parte 2, 2015). Contudo, não é claro quais as principais pressões sobre cada massa de água ou quais as mais predominantes para cada bacia.

3. Medidas a implementar

A implementação de medidas eficazes é comprometida pelos pontos acima, e como tal, a estratégia de melhoria da qualidade das massas de água.

Análise de medidas

PTE1P5M1_RH3: Respeitar os requisitos para as emissões industriais relativos às instalações PCIP

Esta medida prevê a revisão de todas as Licenças Ambientais (LA) atribuídas a instalações industriais sujeitas ao regime jurídico definido no Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto. Estas instalações – abrangidas pelo chamado Diploma PCIP (Prevenção e Controlo Integrados de Poluição) –, consagram os Valores Limite de Emissão (VLE) para o meio.

De modo a garantir o efetivo cumprimento do objectivo operacional desta medida – “OO2.2 - Atingir e manter o bom estado das massas de água reduzindo os impactes através de uma gestão adequada das pressões.”, o GEOTA propõe a revisão de todas as LA, com enfoque nos VLE atribuídos a qualquer instalação industrial com autorização de descarga no domínio público hídrico. Estes VLE deverão ser revistos com maior periodicidade do que o definido pelo Diploma PCIP e em estreita articulação com a ARH-Norte.

PTE7P1M6_SUP_RH3: Realização de estudos sobre os impactes cumulativos decorrentes da construção de grandes aproveitamentos hidráulicos, no sentido da melhoria da gestão dos recursos hídricos

O GEOTA considera que esta medida peca por tardia, mas reitera a sua importância e confirma a disponibilidade de colaborar nesta análise. Para assegurar a sua correta execução, deverá ser assegurada a participação de todas os stakeholders, com especial destaque para as populações locais, entidades públicas (e.g. APA, DGEG, etc.) e privadas (e.g. produtores) e representantes da Sociedade civil. Os resultados deverão ser apresentados e disponibilizados publicamente, de modo a concluir quanto à medida a) abaixo proposta.

Medidas propostas

a) Suspensão imediata do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH)

Dos seis (6) aproveitamentos atualmente previstos no PNBEPH, cinco (5) serão concretizados na Região Hidrográfica do Douro: o Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua (AHFT), em fase de construção, e os restantes no Tâmega, nomeadamente Fridão e o Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET), que inclui Alto Tâmega/Vidago, Gouvães e Daivões. As obras previstas no PNBEPH, conjuntamente com o Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor (AHBS), são um caso paradigmático de incumprimento da Diretiva Quadro da Água (DQA). Nunca foram analisados ou modelados os impactes ambientais cumulativos das novas barragens, sobretudo no que diz respeito à alteração do regime sedimentológico e à degradação da qualidade química e biológica dessas massas de água.

De facto, de todas as QSiGAs adotadas para a RH3, uma larga maioria é afetada negativa e significativamente por estes empreendimentos, nomeadamente: Implementação insuficiente e/ou ineficiente do regime de caudais ecológicos; Alterações da dinâmica sedimentar (erosão e assoreamento); Alterações do regime de escoamento; Degradação de zonas costeiras; Destruição/fragmentação de habitats; Eutrofização (nitratos, fósforo, compostos de fósforo, clorofila a, ocorrência de blooms de algas); e Poluição microbiológica e orgânica.

No caso da barragem de Foz Tua, que ainda não entrou em operação, verifica-se que o estado das massas de água está classificado como Desconhecido (PT03DOU0331A e PT03DOU0331C). Contudo, verifica-se para ambas que “A massa de água não atinge o Bom Estado Ecológico devido às alterações hidromorfológicas significativas”. Conclusões análogas podem ser retiradas para o caso do aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor (PT03DOU0335A, PT03DOU0335C e PT03DOU0335D). Conjuntamente com as do Rio Tua, verifica-se um aumento do número de massas de água que neste 2.º ciclo passa a sofrer alterações significativas à sua morfologia.

Esta situação será agravada pela inclusão – ainda que não suficientemente abordada neste PGRH – de albufeiras que, a avançar, apenas se concretizarão num 3.º ciclo dos PGRH, e como tal os respectivos impactes nas massas de água. Aqui destaca-se a Albufeira do Alto Tâmega, Daivões e Gouvães (incluídas no Sistema Eletroprodutor do Tâmega), bem como Fridão (barragem de jusante), Fridão (escalão principal) e Fridão / Olo, previstas pelo PNBEPH mas ainda sem implementação no terreno (cf. Tabela IV.1, PGRH3, Parte 2 – Anexos, 2015).

A degradação da qualidade da água assume maiores proporções no caso dos aproveitamentos hidroelétricos previstos no SET. A futura barragem de Gouvães situar-se-á no Rio Louredo, que apresenta uma boa qualidade da água. Contudo, a conseqüente mistura com a água proveniente da futura albufeira de Daivões, graças à bombagem de água do Rio Tâmega (que apresenta pior qualidade da água), irá degradar ainda mais o estado desta massa para além dos expectáveis impactes da construção da primeira (i.e. eutrofização).

A continuação da inclusão destes projetos, que se encontram atualmente em reavaliação pelo Governo Português, implica que entre o 1.º e o 2.º Ciclos, haja um aumento das massas de água classificadas como “Fortemente modificadas” e não atingindo o Bom Estado Ecológico. Este PGRH deveria fazer essa análise numa perspetiva de modelação, algo que não se sucede.

O caso do PNBEPH é paradigmático da total descoordenação entre dispositivos legais nacionais e europeus, da alienação dos princípios da prevenção e da precaução e da falta de vontade política para um efetivo cumprimento da DQA. Assim, e até que haja conclusões decorrentes da aplicação da medida PTE7P1M6_SUP_RH3, o GEOTA propõe a suspensão do PNBEPH.

b) Estudo de descomissionamento de grandes barragens na Região Hidrográfica do Douro

Este estudo deverá incluir um levantamento exaustivo sobre o estado-da-arte da produção hidroelétrica nacional no mix energético nacional. A análise terá em conta aspectos como o período de vida útil das instalações, a contribuição para a produção elétrica nacional e o impacto ambiental e socioeconómico a nível local, nacional e internacional.

Neste último, destacam-se impactes como a retenção de sedimentos e conseqüente agravamento da erosão costeira, as passagens para peixes ao longo da bacia hidrográfica e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), numa perspetiva de externalidades negativas vs. externalidades positivas.

As conclusões terão por base o princípio da precaução, o princípio da subsidiariedade e de custo-eficácia face a outras formas de produção energética e/ou redução (i.e. eficiência energética). O relatório deverá ser objetivo e concluir quanto à necessidade de acréscimo, redução e/ou remodelação de grandes barragens na RH Douro.

c) Melhoria da eficácia dos Acordos Transfronteiriços numa perspetiva de controlo de aflúncias de Espanha

A bacia do Douro é Internacional. Contudo, não são apenas as massas de água de transfronteiriças (28 no total) que importa ter em conta, mas sim uma gestão que promova a qualidade das massas de água e assegure o respeito pelos usos e um controlo adequado dos regimes de caudais ecológicos.

A título de exemplo, destaca-se o Rio Tâmega e as aflúncias de Espanha, com impactes na qualidade das massas de água do Alto Tâmega (e.g. PTA1: Veiga de Chaves). Atualmente existe um problema detetado e reportado na estação de tratamento de água residuais em Espanha (Verín), verificando-se uma fraca resposta do lado Português.

18-03-2016 COMUNICADO DE IMPRENSA Sobre as obras na frente ribeirinha nos antigos edifícios BBC e Piazza di Mare

O GEOTA considera positivo que, verificando-se a desconformidade com o projecto aprovado e a violação de disposições do Plano Director Municipal de Lisboa (PDM), a Câmara Municipal de Lisboa tenha procedido ao embargo da obra.

É possível verificar que os edifícios apresentam dimensões superiores ao previsto pela lei, aumentando o seu impacto visual e não cumprindo com o estipulado no PDM, mais concretamente no seu artigo 53º, porque a obra ultrapassa os 10 metros de altura e os 2 pisos permitidos por este plano. Verifica-se ainda a duplicação da área em perímetro e altura, quando o referido artigo do PDM determina que apenas se admita a substituição dos edifícios preexistentes naquela área *"desde que não se verifique um aumento da área total de construção, (...) salvo casos excepcionais cujo programa não seja compatível com esta exigência, se a Câmara Municipal considerar que revestem excepcional importância para a cidade e respeitem o sistema de vistas"*.

O GEOTA questiona a Câmara Municipal de Lisboa sobre a relevância deste projecto dado que se trata de um mero estabelecimento comercial, cujas contrapartidas para a valorização da cidade não considera de todo evidentes, em especial no que diz respeito à manutenção e valorização do sistema de vistas (descrito no artigo 17º PDML).

De acordo com o preconizado pela recente Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, o GEOTA considera que deve ser tido em conta o impacto duma construção desta dimensão na primeira linha da zona ribeirinha, não só por estar em frente ao Monumento Nacional da Cordoaria Nacional, como pela identidade colectiva do local, que é um dos mais utilizados pelos lisboetas para actividades de lazer e desporto e tem um importante valor paisagístico, que deve ser preservado.

O GEOTA defende por isso a reposição da legalidade, e questiona igualmente a decisão de permitir o abate ou transplantação de 16 árvores de grande porte existentes no local, dada a sua importância para a preservação da qualidade do ar e valorização da identidade do lugar.

Surge adicionalmente a dúvida sobre a capacidade das infraestruturas previstas para suportar a sobrecarga humana esperada para o local, devem ser tomadas medidas para evitar estacionamento abusivo e, principalmente, o reforço dos transportes públicos. Não deveria ser de todo permitido o estacionamento no passeio público em frente aos estabelecimentos, mesmo durante a noite, porque é um espaço nobre, muito utilizado pelos lisboetas, que deve ser respeitado

22-03-2016 Comunicado Imprensa "Ministério do Ambiente "entupido" com cartas contra o Plano Nacional de Barragens"

Mobilização contra o Plano Nacional de Barragens cresce hora a hora e perto de 700 pessoas já enviaram uma carta ao Ministro do Ambiente, exigindo o seu cancelamento imediato

O desafio foi lançado pela associação de defesa do ambiente GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e

Ambiente, no âmbito do projecto Rios Livres: [Diga ao Ministro do Ambiente que não quer mais barragens](#). Foi a 14 de Março, Dia Internacional de Ação contra as Barragens e para os Rios, a Água e a Vida. Uma semana depois, no dia Mundial da Água, que hoje se comemora, **quase 700 pessoas já enviaram** uma mensagem a João Pedro Matos Fernandes.

Fruto do acordo político entre o Partido Socialista e o Partido Ecologista Os Verdes, que ajudou a viabilizar o executivo liderado por António Costa, o Programa do XXI Governo Constitucional prevê **“reavaliar o Plano Nacional de Barragens (PNB), no que diz respeito às barragens cujas obras ainda não se iniciaram”**.

Em causa estão as barragens de **Fridão** (concessionada à EDP), **Daivões, Gouvães e Alto Tâmega** (integrantes do Sistema Eletroprodutor do Tâmega, da Iberdrola), na bacia do rio Tâmega, e **Girabolhos-Bogueira** (concessionadas à Endesa), no rio Mondego.

Dando cumprimento ao assinado, o Ministro do Ambiente anunciou no Parlamento, durante a discussão do Orçamento de Estado para 2016, que até ao **final de março** informaria o país sobre os resultados dessa reavaliação.

Marlene Marques, presidente do GEOTA, é cautelosa na análise a esta decisão. *“Infelizmente, esta reavaliação, **padece do mesmo obscurantismo que envolveu o todo PNB**. Não é público quem são as pessoas ou os organismo públicos que a estão a realizar. Em que pressupostos, dados ou estudos assenta? Que metodologia é seguida? **Quem foi ouvido? Onde está a participação das populações locais?** Se a análise é apenas de secretaria, tememos que seja só mais uma manobra política. O que lamentamos, porque **este Ministro podia fazer a diferença**”,* argumenta.

A líder da associação ambientalista prossegue: *“Não somos contra barragens porque sim. **Somos contra a construção destas novas obras por serem inúteis. Já temos 231 grandes barragens em Portugal**. Há anos que defendemos o cancelamento do Programa Nacional de Barragens. Por ser despesista, assentar em pressupostos errados e pelos reduzidos benefícios que traz ao País, face ao seu elevado custo económico, ambiental e social.”*

*“Em especial **desafiamos o Governo a revogar de imediato o incentivo ao investimento em novas barragens constante na Portaria 251/2012**. Até termos notícia de que o PNB morreu vamos batalhar por isso. Esta carta, que lançamos, é uma forma de mostrar ao senhor Ministro do Ambiente que **este tema não é pacífico e que tem de ser discutido**, evitando a todo o custo a destruição irreversível de património que nos pertence a todos e que é motor de desenvolvimento local: as magníficas paisagens em vias de extinção!”*

15-04-2016 Nota de Imprensa Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) “Encontro Público - “Impactos Económicos, Sociais e Ambientais da Exploração de Hidrocarbonetos no Algarve do Séc. XXI”

Vimos, por este meio, convidar-vos a estarem a presentes no Encontro “Impactos Económicos, Sociais e Ambientais da Exploração de Hidrocarbonetos no Algarve do Séc. XXI”, que tem lugar esta sexta-feira, dia **15 de Abril, 9h30: 19:00, na Escola Superior de Saúde de Faro**, e para o qual agradecemos, desde já, a vossa melhor divulgação.

Este encontro é organizado por cidadãos do sector empresarial, com sede no Algarve, e investigadores das áreas da saúde, ambiente e energias renováveis, com o intuito de convocar o conhecimento que a sociedade produz sobre estas matérias, de modo a criar uma opinião pública mais informada.

Simultaneamente, são os empresários e os investigadores que se colocam na linha da frente como interlocutores no debate público sobre as questões energéticas e o modelo civilizacional que opções desta natureza implicam para o futuro próximo. Um debate que, naturalmente não reporta apenas o Algarve, mas o país como um todo.

Neste sentido, a articulação de empresários do Algarve com investigadores do espectro nacional sublinha a dimensão fulcral do problema, e a urgência de um amplo debate. Os organizadores acreditam que este Encontro é o primeiro de outros que se seguirão, não só no Algarve mas noutras zonas do país.

O Encontro, que decorre entre as 9h30 e as 19h30, divide-se em dois painéis. No período da manhã, “Algarve Económico do Séc. XXI”, e no da tarde, “As Ameaças que se Perfilam”.

Participam como oradores convidados: Marta Cabral (Rota Vicentina); André Matos (Vila Vita Parc); Sá da Costa (Assoc. Portuguesa das Energias Renováveis); Carmo Afonso (advogada); Luísa Schmidt (Instituto de Ciências Sociais); João Lavinha (Inst. Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge); Júlia Seixas (Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa), Luís Ribeiro (Inst. Superior Técnico) e Vítor Cabrita Neto (Núcleo de Empresários da Região do Algarve). Moderadoras: Eglantina Monteiro e Cristiana Bastos.

Membros da **Plataforma Algarve Livre de Petróleo** marcarão a sua presença, dando o seu apoio sempre que for necessário. Outros grupos ou organizações também poderão marcar presença, como Faro e Tavira em Transição e ASMAA, Direcções Regionais de Saúde, ICNF e também inúmeros representantes de instituições algarvias ligadas à economia e ao turismo da região do Algarve, como é o caso da Associação

de Municípios do Algarve (AMAL), Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve (AHISA), presidentes dos 16 municípios do Algarve, Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL); Associação do Comércio e Serviços do Algarve (ACRAL); Associação de Jovens Empresários do Algarve (ANJE) e das três associações regionais para o desenvolvimento local: In Loco, Vicentina e Terras do Baixo Guadiana Odiana.

Ao incluir figuras maiores do empresariado algarvio e da ciência nacional, este Encontro visa promover o esclarecimento da população sobre um tema decisivo para o presente e futuro das vidas de todos.

A presença da advogada Carmo Afonso abordará também a moldura legislativa dos contratos que tem permitido actuações muito pouco transparentes, como a que recentemente foi reportada pela comunicação social sobre a Portfuel do empresário Sousa Cintra, e que põe em causa a idoneidade da direcção da ENMC e, conseqüentemente, dos demais contratos.

Tratam-se de dezenas de contratos entre o Estado Português e várias companhias petrolíferas que dão direitos a estas de prospecção e exploração de hidrocarbonetos, por mais de 50 anos, ao largo de toda a costa portuguesa.

A nós, enquanto sociedade civil, e elementos desta plataforma, cabe-nos apoiar e abraçar esta iniciativa, pelo que nos juntamos à mesma, dando o nosso contributo enquanto cidadãos e activistas mobilizados pela defesa do património ambiental do Algarve, em particular, e de Portugal, em geral.

Este assunto começa a ter cada vez mais impacto na comunicação social que, perante o secretismo, a ausência de consultas públicas, e a falta de transparência, manifestamente já começa a ter um papel decisivo na procura da verdade. Contamos, por isso, com a vossa participação e divulgação deste evento.

19-04-2016 CANCELAMENTO DE ALVITO E GIRABOLHOS NÃO FOI UMA VERDADEIRA REVISÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE BARRAGENS “Luz verde para a barragens no Tâmega resulta em 10.000M€ tirados às famílias portuguesas”

O Governo anunciou o cancelamento das barragens de Alvito e Girabolhos e a suspensão de Fridão. O GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente e a LPN - Liga para a Protecção da Natureza esperavam mais e garantem que a luta contra as obras de Foz-Tua, Daivões, Gouvães e Alto Tâmega vai continuar.

O Ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, comunicou ontem aos autarcas e associações de defesa do ambiente o resultado daquilo a que chamou “[Revisão do Programa Nacional de Barragens](#)”.

Além da revisão do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) foram anunciadas medidas relativamente ao estabelecimento de um regime nacional de caudais ecológicos, para todos os rios; à demolição de açudes e barragens sem utilidade e à reavaliação do plano de mini-hídricas, definido em 2010.

O [GEOTA](#) e a [LPN](#) congratulam-se com o facto de pela primeira vez, deste 2007, ter sido feito um exercício de avaliação do PNBEPH. **Considera-se positivo o cancelamento definitivo** da construção dos empreendimentos hidroelétricos de **Alvito** (concessionado à EDP), no rio Ocreza, e **Girabolhos-Bogueira** (concessionado à Endesa), no rio Mondego.

No entanto, consideram que a avaliação efetuada pelo Ministério do Ambiente foi uma farsa. Nem autarcas, nem associações de defesa do ambiente ou desenvolvimento local foram envolvidos no processo ou tiveram oportunidade para discutir o relatório. O Governo apenas negociou com as elétricas e acabou por decidir exclusivamente em nome dos interesses dessas empresas e não em nome do interesse nacional. Veja-se:

- **Alvito** já tinha caído, por decisão da EDP, em 2011 – a decisão apenas foi agora confirmada;
- O aproveitamento de **Girabolhos-Bogueira**, cai por decisão da Endesa, o que demonstra o pouco interesse do investimento. O Estado não tem qualquer encargo com a decisão;

- **Fridão** perdeu, em maio de 2015, os subsídios à garantia de potência, devido a atrasos com a licença de produção, pondo assim em causa a viabilidade económica do projeto. O ministro do Ambiente reconheceu expressamente que Fridão não tem interesse para o sistema eléctrico nacional, mas não teve a coragem de tomar a decisão do cancelamento, obrigando as **populações de Amarante e das Terras de Basto a mais três anos de indefinição** e impossibilidade de utilizarem os terrenos abrangidos pela área de uma eventual albufeira;
- Autoriza-se o avanço das barragens do Sistema do Electroprodutor do Tâmega (**Daivões, Gouvães e Alto Tâmega**) com o argumento de que as obras já começaram. **É falso** [ver "[Ponto de situação | fevereiro 2015 vs. fevereiro 2016](#)"]. Não há obras significativas nem qualquer intervenção nos cursos de água (Tâmega e Torno/Louredo). Em **Daivões e Alto Tâmega** a montagem de estaleiros e abertura/melhoramento de acessos começou a ser feita apenas em janeiro de 2016, já depois de o Governo ter anunciado que a reavaliação do PNBEPH abrangeria apenas as obras que não se tinham iniciado. Em **Gouvães** não há qualquer intervenção. O único desenvolvimento de todo o SET é o início de construção de um **túnel técnico**, na localidade de Paçô, Ribeira de Pena, destinado unicamente à circulação de veículos e ao armazenamento de material. A coragem política necessária para defender o interesse público e um modelo de desenvolvimento sustentável para populações do Vale do Tâmega não existiu. **Todo o SET devia ter sido cancelado**. Mais uma vez, foi no interesse das empresas que o Governo decidiu.

Desde o lançamento do PNBEPH que as associações de defesa do ambiente denunciaram a irracionalidade económica das obras para os contribuintes, as famílias e os próprios os acionistas das companhias de energia. O GEOTA e LPN consideram que:

- A avaliação desenvolvida confirma a inutilidade das novas barragens que, no seu conjunto, representarão apenas 0,5% da energia do País (3% da eletricidade). As barragens permitidas por esta avaliação, **Foz Tua, Fridão e Sistema Electroprodutor do Tâmega** (Daivões, Gouvães e Alto Tâmega) produziram apenas 0,4% da energia do País (**2% da eletricidade**);
- Foram anunciados os custos da denúncia dos contratos de Fridão (EDP) e Sistema do Electroprodutor do Tâmega (Iberdrola), mas não foram avaliados os custos para o País e os cidadãos-consumidores. Estimamos esses valores como sendo pelo menos **30 vezes superiores aos da paragem dos projetos**. Com esta decisão, o Governo autoriza a EDP e a Iberdrola a tirar às famílias portuguesas 10 400 M€, ou seja, triplica a dívida tarifária e impõe um encargo de 2 600 € a cada família, equivalente a um **acréscimo médio na fatura elétrica de 5%**;
- **Não foram avaliados os impactes cumulativos** de todas estas barragens: na degradação da qualidade da água, nos obstáculos à conectividade dos ecossistemas, na erosão costeira, no microclima que afetará a produção de vinho. A destruição que as novas barragens vão causar à fauna, flora e vegetação do Vale do Tâmega têm sido simplesmente ignoradas: muitas das espécies identificadas nos Estudos de Impacte Ambiental são protegidas ao abrigo da Diretiva Habitats, da Convenção de Berna, Diretiva Aves e são consideradas "Vulneráveis pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal;
- A declaração de impacte ambiental (DIA) do SET caducou a 21 de junho de 2012 (emitida a 21 de junho de 2010). No caso de Fridão, a 1ª DIA emitida caducou a 30 de abril de 2012, e a prorrogação da DIA caducou a 30 de outubro de 2013;
- É falso que estes projetos sejam "investimentos privados". Não foi equacionada a eliminação dos subsídios à construção das novas barragens que, para as barragens já construídas ou autorizadas, ascenderá a 22 M€/ano. Defendemos que estes subsídios devem ser total e definitivamente eliminados

(são aliás ilegais face a normas comunitárias). **O montante poupado deve ser aplicado em projetos de desenvolvimento local**, envolvendo as autarquias, beneficiando as regiões onde não forem construídos estes empreendimentos.

O GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente e a Liga para a Protecção da Natureza, no quadro da Plataforma Salvar o Tua, [continuarão a defender a suspensão imediata dos trabalhos na barragem de Foz-Tua](#) – pelo crime ambiental, social e económico em causa e pelos diversos incumprimentos e ilegalidades cometidas – e anunciam que usarão de todos os instrumentos legais ao seu dispor para impedir que qualquer paredão seja levantado em Fridão, Daivões, Gouvães e Alto Tâmega.

09-05-2016 Resposta: Jornalista espanhol, em relação à qualidade das águas no Tejo

Caro Daniel Toledo:

1. O Ministro do Ambiente, João Pedro Matos, disse numa entrevista à revista Visão que a quantidade de água pactuada com Espanha na Convenção de Albufeira se esta a cumprir de forma estrita, ¿estão de acordo?

Não temos dados objetivos que nos permitam estar em acordo ou em desacordo com as afirmações do Sr. Ministro do Ambiente. Os indícios que temos acesso contrariam, até prova em contrário, a tese do Sr. Ministro, mas não podemos afirmar uma coisa ou outra peremptoriamente por falta de dados analíticos de terreno.

2. Em que medida acham que afectam os transvases do lado espanhol na quantidade e qualidade da água?

Dado que de um lado e de outro da fronteira persistem fontes de poluição hídrica difusa, principalmente associadas a escorrências da agricultura, défice de funcionamento das ETAR de esgotos domésticos que em determinadas situações, devido ao facto dos esgotos urbanos não serem separativos, o caudal ultrapassar a capacidade de tratamento, e ainda devido a descargas ilegais de esgotos industriais (temos conhecimento de alguns casos já reportados pela comunicação social e documentados pelos habitantes locais), principalmente de alguns lagares, fábricas de papel e centrais termoelétricas no Tejo e nos seus afluentes, a situação das massas de água no caudal reduzido "ecológico" da Convenção de Albufeira apenas agravam os problemas de poluição devido à maior concentração dos poluentes, mesmo na hipótese remota da carga poluente global no Tejo e afluentes ser relativamente regular ao longo do ano.

Os transvases têm outros impactes para além da redução do caudal do Tejo, pois os efeitos sobre os ecossistemas ribeirinhos e flu

Acresce, o risco da continuação em funcionamento da Central Nuclear de Almaraz, para além do seu tempo útil de vida, cujas consequências incidiriam principalmente no território português, na bacia do Tejo e sul, devido aos ventos dominantes. A esse propósito está a ser preparada uma grande manifestação de uma coligação ibérica de organizações políticas e da sociedade civil para Cáceres no próximo dia 11 de junho.

3. ¿Julgam que algumas empresas portuguesas á beira do rio, por exemplo ás fábricas de papel a montante em Vila Velha de Ródão, podem estragar qualquer esforço por parte do lado espanhol?

Sim, há esse receio. Especialmente porque a atuação das autoridades ambientais é lenta na reação e pouco eficaz na prevenção. Sobre a poluição difusa, então, a situação é ainda mais incontrolável.

4. ¿Que poderiam fazer de mais o governo português, por sua parte, o governo espanhol, por á sua, e os dois governos em conjunto? ¿Deveriam se revisar alguns pontos da Convenção de Albufeira?

A monitorização em contínuo de alguns parâmetros indicadores da poluição no Tejo na fronteira e em pontos negros já conhecidos, aberta ao público, permitiria uma intervenção mais assertiva e eficaz das autoridades ambientais dos dois países com custos relativamente reduzidos, ajudando também que a sociedade civil nos municípios ribeirinhos possa contribuir com a sua parte de co-responsabilização e vigilância. O envolvimento e a educação das comunidades, bem como a formação dos agricultores é essencial para reduzir a poluição difusa. Há também medidas passivas de minimização como barreiras vegetais que absorvam o excesso de nutrientes das escorrências dos campos agrícolas, maior controlo de agropecuárias e outras medidas técnicas que são possíveis de aplicar com custos modestos.

12-05-2016 Organizações do Ambiente preocupadas com a alteração dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas no novo modelo de gestão territorial

As Organizações do Ambiente apresentaram hoje à Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza fortes reservas e preocupações sobre o processo em curso de alteração do modelo de gestão territorial que determina a eliminação dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas. Esta decisão, a ser concretizada, colocará sérias ameaças à conservação da natureza e à proteção que compete ao Estado fazer dos valores naturais consagrados por leis específicas nacionais e internacionais e, desde logo, pela Rede Natura 2000.

As Organizações do Ambiente propõem reinstituição dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas como planos especiais de aplicação direta.

I. Contexto: o estado da conservação da natureza

A conservação da natureza em Portugal atravessa um tempo difícil. As matérias ambientais em geral e a natureza em particular tendem a ser subvalorizadas em época de crise económica, um contexto com grande peso grande na sociedade portuguesa desde pelo menos 2008. Mesmo antes disso, temos de constatar que a conservação da natureza tem estado longe da prioridade das políticas públicas há mais de duas décadas, cruzando diversos governos e orientações políticas.

Esta falta de prioridade social e política reflete-se em vários indicadores negativos:

- a) **Na última década não houve praticamente evolução no conhecimento do estado das espécies e habitats.** Segundo os relatórios nacionais da Diretiva Habitats, em 2013, encontravam-se em estado desfavorável 66% dos habitats e 41% das espécies; e desconhecia-se a situação de 40% das espécies protegidas;
- b) **Os meios têm vindo a reduzir-se e são grosseiramente insuficientes.** Não vamos discutir a fusão dos serviços de conservação da natureza e das florestas, que terá várias virtudes, nem propomos nenhum novo organismo, mas temos de denunciar que continuam a ser ridiculamente escassos os meios técnicos e financeiros alocados ao ICNF para cumprir a sua missão de gestão e proteção das áreas protegidas.
- c) **As ferramentas institucionais não são adequadas ou aplicadas.** Não existe uma efetiva estratégia nacional de conservação da natureza. Desconhece-se o modo e nível de aplicação do Fundo de Conservação da Natureza. A prometida aplicação de instrumentos económicos nunca aconteceu: a disposição da Lei das finanças Locais que atribui vantagens aos municípios com áreas classificadas não está a ser aplicada, nem houve nenhum avanço na atribuição de benefícios aos particulares.

II. A nova Lei de Bases

A nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 31/2014 de 30 de Maio) impõe a revisão de diversos diplomas legais relacionados com Ambiente e Ordenamento do Território, materializando uma mudança de gestão territorial. Admitindo-se que os fins a que a Lei se propõe têm algum mérito como objectivos de uma certa mudança de paradigma, questiona-se e teme-se pela sua concretização. O atual quadro legal põe em causa valores naturais e, porque muitos desses valores têm a ver com recursos essenciais e prevenção de riscos, também a segurança pública.

Reconhecem-se vantagens em algumas intenções de simplificação da Lei de Bases, como a distinção entre Planos e Programas, a distinção da classificação do solo em Rústico ou Urbano e a consideração das mais-valias.

Mas outras poderão pôr em causa os princípios da própria Lei, como transposição das normas dos planos especiais para planos municipais, a vinculação exclusiva dos particulares aos planos municipais, e a recondução dos planos especiais das áreas protegidas a programas.

Estão em perigo valores naturais e da biodiversidade de maior relevância para o país pois o atual quadro legislativo não garante factualmente a sua salvaguarda.

Há neste momento um espaço cinzento no enquadramento legal dos Planos Especiais que prevê, a partir de Julho de 2017, deixar de vincular os particulares. Dada a realidade conhecida do nosso território — e a falta de orientações e as dificuldades no terreno para materializar essa transposição — é praticamente um dado adquirido a fragilização das normas dos planos e a ocorrência de danos irreversíveis com custos graves para o país.

III. Consequências do desaparecimento dos POAP como PE

O desaparecimento dos planos de ordenamento das áreas protegidas nacionais é muito mais grave que o de outros planos especiais, por um conjunto de especificidades:

- a) Os POAP são o principal garante de uma gestão coerente da área protegida, quase sempre trans-municipal e frequentemente trans-regional;
- b) Os POAP contêm cartas de zonamento, que são ferramentas de gestão absolutamente essenciais e que têm a mesma escala de trabalho dos PDM. Para serem minimamente eficazes, os novos programas das AP teriam de conter essas cartas de zonamento, e nesse caso não haveria qualquer vantagem em diferir a sua aplicação, especialmente quando estão em jogo vários municípios com processos de revisão de PDM em diversos estádios;
- c) Parte significativa das áreas protegidas está fora da jurisdição dos municípios, designadamente nas áreas matinhas e estuários, pelo que existe um vazio legal na sua transposição.

Em síntese, a eliminação da aplicação direta dos POAP não parece trazer qualquer vantagem prática sobretudo se o interesse e obrigação pública for o da proteção dos valores naturais muitos deles com estatuto legal de proteção a nível da União Europeia ou mesmo em Acordos Internacionais, enquanto é certo que a sua transformação em programas e o processo de transposição para os planos municipais será complexa, demorada, ineficaz e geradora de conflitos.

Teme-se fortemente que o processo em curso venha a materializar uma revisão administrativa, não acompanhada pela sociedade civil e sujeita a critérios não escrutinados, dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas.

IV. Propostas

1. Reinstaurar os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas como planos especiais de aplicação direta.
2. Estudar a melhor forma de evitar incongruências entre os PDM e os POAP, p.e. reduzindo o nível de intervenção dos POAP dentro dos perímetros urbanos, sem prejuízo da regra geral de que os POAP devem ser vertidos para os planos municipais com toda a brevidade possível.
3. Estabelecer um roteiro para a criação ou aplicação de instrumentos financeiros adequados para o financiamento da conservação da natureza (incluindo a regulamentação sobre as mais-valias e respectivo valor, bem como o Fundo para a Conservação da Natureza e Biodiversidade), com envolvimento substantivo dos interessados e em especial das ONGA.
4. Avaliar as necessidades reais de pessoal do ICNF e das áreas protegidas.

23-05-2016 COMUNICADO DE IMPRENSA - Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM) e Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)

DIZER NÃO AO BALÃO!

As largadas de balões têm um simbolismo muito positivo aliado ao efeito da cor, mas que contrasta e muito com os impactos negativos dos balões quando caem e se tornam lixo, disperso no ambiente.

Os balões, inteiros ou rebentados, atraem animais que os confundem com alimento. Em particular nos oceanos um balão rebentado pode lembrar uma alforreca, e muitos são assim ingeridos por tartarugas e outros animais marinhos, com consequências graves, desde a obstrução mais ou menos temporária do tubo digestivo, à morte por asfixia ou inanição. (ver informação em Tararecuperavel.org e em Balloonsblow.org).

Também os balões caídos nas praias, em parques infantis e zonas de lazer representam um perigo potencial para crianças pequenas ou bebés que, por curiosidade lhes podem pegar; se deglutidos podem provocar engasgamento ou mesmo asfixia.

Existem bons exemplos de eventos e comemorações recentes como algumas inseridas na Campanha de Sensibilização para a prevenção dos Maus tratos na infância ([ver](#)), no Dia Mundial da Consciencialização do Autismo ([ver](#)) e certamente muitas outras, que em vez de balões optaram por bolas de sabão, caminhadas, realização de uma laço/abraço com cordões humanos, cartazes, distribuição de fitas, iluminações de edifícios e outras manifestações até com benefícios claros para o ambiente, como a plantação de árvores ou arbustos pela comunidade ([ver várias alternativas aos balões](#)). Os balões de látex, ditos biodegradáveis, permanecem vários anos no ambiente fragmentando-se em pedaços que são ingeridos por muitos animais ([mais informação](#)).

Face à aproximação de várias datas comemorativas, Dia Mundial da Biodiversidade a 22 de Maio, Dia Mundial do Ambiente a 5 de Junho e Dia Mundial dos Oceanos a 8 de Junho, e certamente outras resultantes de campanhas ou ações locais e regionais, a APLM Associação Portuguesa de Lixo Marinho e a ABAE Associação Bandeira Azul da Europa alertam para os impactes negativos das largadas de balões, propondo que sejam eliminadas e substituídas por alternativas de menor impacto. Acreditamos que é possível a mobilização de todos, mantendo a cor e o forte simbolismo, mas sem balões. O ambiente agradece, e o ambiente somos todos nós.

01-06-2016 Manifestação Ibérica pelo Encerramento da Central Nuclear de Almaraz

A Plataforma Fechar Almaraz convoca os órgãos de comunicação social para uma conferência de imprensa na próxima 5ª feira, dia 2 de Junho, às 14h30, no Jardim das Francesinhas, em Lisboa, acerca da manifestação ibérica pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz, que se vai realizar no próximo dia 11 de Junho em Cáceres, Espanha.

A Plataforma Fechar Almaraz, composta por associações ambientalistas, associações locais e partidos políticos prestará amanhã informações e esclarecimentos acerca da manifestação marcada em conjunto com movimentos e partidos espanhóis pelo encerramento da Central Nuclear em Almaraz.

Convidamos assim todos os membros da imprensa a estarem presentes nesta Conferência de Imprensa onde serão prestadas mais informações sobre o evento e a participação das organizações portuguesas na mesma.

22-06-2016 Comunicado “O nosso ouro é o ambiente”

Somos activistas, somos cidadãos activos, somos gente que se preocupa com a política ambiental e com a preservação dos recursos naturais e queremos deixar às gerações vindouras os recursos e o bem-estar que herdámos do passado. Manifestamos o nosso descontentamento pelo desrespeito e dano ambiental causado pela actividade suinícola que diariamente contamina as águas do Rio Lis, no Município de Leiria, mas também em muitas outras linhas de água do país.

Manifestamo-nos hoje, junto ao Mercado de Sant'Ana, em Leiria, onde está a decorrer a Gala Porco D'Ouro, com o patrocínio da Câmara Municipal de Leiria e a participação de muitas empresas de suinicultura que lucram com a destruição ambiental que provocam. Não aceitamos que continuem impunemente a poluir as linhas de água da região e do país, a contaminar recursos hídricos e a destruir biodiversidade. Exigimos a construção de Estações de Tratamento de Efluentes Suinícolas em dimensão apropriada à realidade da suinicultura da região, que se responsabilizem os infractores, que se mobilizem as entidades públicas e que, efectivamente, se acabem com as descargas ilegais e danosas para o ambiente e para a sociedade. O nosso ouro são os recursos naturais e o ambiente.

Apelamos por isso, à cidadania, à actuação imediata e ambientalmente responsável das empresas de suinicultura, ao protesto e à denuncia pública e às autoridades (GNR/SEPNA) de todas as descargas detectadas.

30-06-2016 Nota de Imprensa "O que aconteceria se a ENMC divulgasse toda a informação?"

Desde a formação da Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) que uma das suas maiores dificuldades tem sido obter informação para divulgar junto da população. E o braço-de-ferro continua.

Este processo iniciou-se no verão de 2015, aquando da criação da PALP, nessa altura nem certeza havia sobre a existência de contratos de concessão. Após alguns meses conseguimos obter os contratos e publica-los no nosso site. Estes contratos foram a reviravolta da opinião publica: confirmou-se um ato consumado de concessão de áreas em terra e mar para prospeção e exploração de hidrocarbonetos, sem consulta da população, dando todas as vantagens e direitos às concessionárias.

Simultaneamente, exigimos à Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC) ver os estudos e avaliações de impacto ambiental, no entanto, segundo a entidade pela voz do seu presidente Paulo Carmona, tal não era obrigatório. A avaliação de impacto ambiental nunca foi feita, mas duas empresas, a ENI e a Repsol, decidiram realizar um "Estudo Base" que afirmaram não poder divulgar.

Em janeiro de 2016, pedimos a divulgação destes e outros documentos cruciais para tentar compreender se as concessionárias estão a cumprir a lei, bem como os impactos, perigos e riscos das concessões. Entre esses documentos estão os planos anuais, relatórios de atividades e os pareceres do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, (ICNF), Direção Geral de

Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e outras entidades responsáveis por autorizar os trabalhos feitos pelas concessionárias.

Os meses passaram sem que fosse facultado o acesso a estes documentos e fomos obrigados a denunciar a situação à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Alguns deputados fizeram questões e requerimentos na Assembleia da República, mas ainda não obtiveram resposta.

Vários meses depois, durante o mês de maio deste ano, conseguimos ter acesso aos estudos mas apenas para consulta nas instalações da ENMC. Concederam-nos 3 horas para que um máximo de 4 pessoas pudessem "consultar" *in loco* documentos com mais de 300 páginas em inglês.

Neste mês de junho fomos confirmar se a ENMC já possui outros documentos (ver anexo) que exigimos serem divulgados para que toda a população tenha acesso à informação. No entanto, a ENMC diz não ter ainda em sua posse todos os documentos, e todos, mesmo os com mais de 5 anos são confidenciais.

Durante a visita à ENMC para a consulta de documentos, os representantes da PALP encontraram a documentação amontoada, sem organização nem listagem, e sem facilidade de consulta. Foi-nos dito que não podíamos tirar fotografias nem permitiriam o acesso digital dos documentos mas que podíamos tirar fotocópias. As fotocópias dos documentos teriam um custo de €2 por página e o novo preçário estava nesse momento a ser colado à janela por uma funcionária. O pedido de fotocópias de algumas páginas levou à obrigação da assinatura, por parte dos membros da PALP, de uma declaração de confidencialidade tendo sido também informados que teriam de fotocopiar e pagar as cópias de todo o relatório e não apenas as páginas pretendidas. Dado o mau estar criado pela vigilância continua, a impossibilidade de consultar todos os documentos *in loco* em tão curto espaço de tempo e as dificuldades que foram sendo impostas ao longo da consulta, a PALP considera que, na verdade, não há vontade da ENMC de clarificar o processo e que a ENMC devia informar a população sobre todos os processos que as concessionárias realizam, e não criar entraves para todas as tentativas de obter alguma informação. A PALP enviará hoje uma denúncia de toda esta situação à CADA.

O que aconteceria se a ENMC divulgasse toda a informação? Porque parece existir tanto secretismo e tão pouca transparência quando se afirmam vantagens para a maioria da população? Será que a confidencialidade estipulada pelo Decreto-Lei 109/94 serve para encobrir violações da lei por parte das concessionárias?

ANEXO

Onde querem realizar as perfurações em 2016?

O consórcio ENI/Galp já realizou um pedido necessário para realizar a sondagem à DGRM e está em consulta pública. Será a cerca de 46 km da costa e a uma profundidade de 1070 metros.

Ainda não possuímos conhecimento do pedido de TUPEM pelo consórcio Repsol/Partex à DGRM, mas este deseja realizar uma sondagem a sul do Parque Natural da Ria Formosa, a uma profundidade de cerca 800 m com uma perfuração que alcançará os 2000 metros a partir do nível médio do mar. Estimam que esta perfuração dure 2 meses.

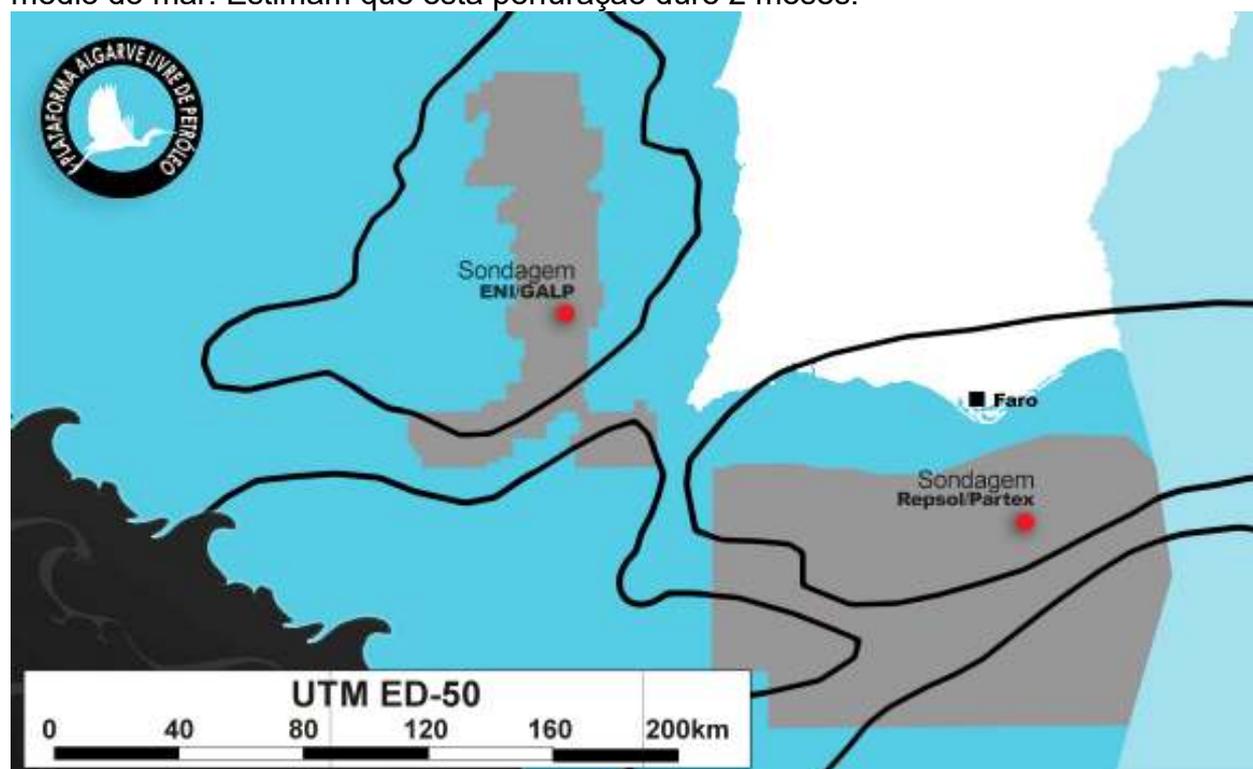


Figura 1. Mapa com a localização dos locais a perfurar durante o ano 2016. A vermelho o local da perfuração e a cinzento as áreas das concessões para a prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo.

Que impactos possuem as sondagens de acordo com as petrolíferas?

As concessionárias descrevem grande parte das acções com impactos efectivos e potenciais, mas consideram que até mesmo os derrames de algumas toneladas de petróleo possuem impactos negligenciáveis ou de menor importância. Recordamos que o acidente da BP em 2010 foi durante a fase de pesquisa.

Tabela 1. Resumo de alguns tipos de actividades realizadas na perfuração exploratória que podem ter impactos no ar, ruído, qualidade de água, sedimentos, biodiversidade, nos serviços dos ecossistemas e impactos social-económicos.

| Actividades | Áreas impactadas | | | | | | |
|--|------------------|------------|----------------|---------------------------|-------------------|----|-------|
| | Social-Económico | Sedimentos | Biodiversidade | Serviços dos Ecossistemas | Qualidade da Água | Ar | Ruído |
| Navio de perfuração e outros navios de suporte | ■ | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Navios de suporte | ■ | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Perfurações (incluindo tubulação e cimentação) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Pesquisa Sísmica - perfil vertical | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Descargas de resíduos da perfuração | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Abandonamento do poço | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Flaring (durante os testes do poço) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Impacto visual (global) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Acidentes (derrames químicos e explosões) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |

As concessionárias pediram os pareceres ao ICNF?

Segundo o Decreto-Lei o Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, relativo à Preservação dos Habitats Naturais e da Fauna e da Flora Selvagens que procede a alteração do Decreto-lei nº 49/2005, é obrigatório um parecer do ICNF para a realização de actividades que possam comprometer as espécies de animais constantes dos anexos B-II e B-IV do mesmo decreto-lei. Foi questionado sobre o parecer da ICNF, mas a ENMC não tinha conhecimento do documento. O ICNF também foi questionado sobre esta situação, mas ainda não se obteve uma resposta.

Que documentos foram pedidos?

Os documentos pedidos foram:

- Planos anuais de actividades desde 1998;
- Relatórios de actividades desde 1998;
- Relatórios dos observadores de cetáceos durante as campanhas de pesquisas sísmicas, nomeadamente, as várias campanhas 2D de:
 - TGS-NOPEC de 1999-2002;
 - HARDMAN/GALP/PARTEX de 2008;
 - PETROBRAS/GALP/PARTEX de 2008;
 - CHARGE OIL de 2013;
- e as várias campanhas 3D de:
 - PETROBRAS/GALP/PARTEX de 2010;
 - as várias campanhas de MOHAVE de 2010 a 2012;
 - PETROBRAS/GALP de 2010 a 2012

- REPSOL de 2012
 - REPSOL de 2015
- Documentos que comprovam a idoneidade técnica e económico-financeira de todas as empresas com concessões.
 - Pareceres e/ou autorizações do ICNF e da APA para a realização de actividades de Pesquisa e Prospecção;
 - Avaliações de Impacto Ambiental dos vários trabalhos;
 - Estudos de Impacto Ambiental realizados pelas concessionárias;
 - Planos para responder em caso de acidentes, incluindo fundos reservados para esses casos. A Directiva 2013/30/EU obriga, para as sondagens e para a exploração, a existência de um Relatório Sobre Riscos Graves (Major Hazard Report em inglês) que deve descrever os vários riscos e expor os planos de emergência.
- É de notar que grande parte dos documentos pedidos já possui mais de 5 anos, como tal e segundo o Decreto-Lei 109/94 já não deviam estar sob confidencialidade.

20-07-2016 Contas explicadas | Contribuição do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) para a produção energética e elétrica nacional

A Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) é o órgão da Administração Pública Portuguesa que tem por missão contribuir para a conceção, promoção e avaliação das políticas relativas à energia e aos recursos geológicos (DGEG, 2016). Este órgão publica anualmente os balanços e indicadores energéticos nacionais. A informação disponível mais recente é relativa ao ano de 2014 (DGEG, 2015a).

A energia primária compreende todas as formas de energia antes de transformadas. A eletricidade é uma energia secundária, dado que pressupõe essa transformação (ex: queima de carvão numa central termoelétrica para produção de eletricidade). Segundo a DGEG, em 2013 o consumo de energia primária foi de 20 921 ktep, equivalente a 243 310 GWh (DGEG, 2015a; AIE, 2016). Desse valor e para o mesmo ano, 52 802 GWh/ano correspondem à disponibilidade de energia elétrica para consumo (DGEG 2015b).

O Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) foi lançado em 2010. Das dez barragens definidas pelo PNBEPH, sete acabaram por ser aprovadas pelo Governo (não houve candidaturas a Almourol e Pinhão; Padroselos foi reprovada) e atualmente apenas quatro se encontram programadas (Alvito e Girabolhos-Bogueira foram oficialmente canceladas durante a reavaliação do PNBEPH em abril de 2016) (MA, 2016).

As quatro barragens atualmente previstas inserem-se na bacia hidrográfica do Douro e apresentam, no seu conjunto, uma produtibilidade líquida média de **910 GWh/ano**. Ou seja, barragem do Tua com 282 GWh/ano, barragem de Fridão — atualmente suspensa por três anos — com 295 GWh/ano, e o Sistema Eletroprodutor do Tâmega — que engloba as barragens de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões — com 333 GWh/ano (MAOT, 2011; EDP, 2016; MA, 2016).

Assim, para o ano de referência 2014:

Contribuição do PNBEPH para as necessidades energéticas nacionais:

Produtibilidade líquida média PNBEPH / Consumo de energia primária x 100% = 0,4 %

Contribuição do PNBEPH para a produção elétrica nacional:

Produtibilidade líquida média PNBEPH / Produção de energia elétrica x 100% = 1,7 %

O PNBEPH contribuirá assim com 0,4 % da energia nacional e 1,7 % da eletricidade produzida, com um custo comprovado entre 5 a 10 vezes superior às alternativas disponíveis (GEOTA, 2015).

Um retorno insignificante face aos impactos sociais, ambientais, culturais e económicos deste projeto, e que com a evolução esperada das alterações climáticas na região mediterrânica, tenderá a reduzir-se ainda mais nas próximas décadas.

Referências:

Relativamente à produtividade líquida média dos diferentes aproveitamentos hidroelétricos, dada a existência de múltiplas fontes com dados divergentes e de modo a manter um grau de coerência na escolha das referências, optou-se pela utilização de informação contida 1.º) nos Contratos de Concessão, 2.º) nos Websites das concessionárias, e 3.º) no documento mais recente de entidades oficiais.

AIE, 2016 – Agência Internacional de Energia (2016). Unit converter. URL:

<https://www.iea.org/statistics/resources/unitconverter/> (consultado a 6.06.2016)

DGEG, 2015a - Direção-Geral de Energia e Geologia (2015). Balanço Energético 2014. Portugal.

DGEG, 2015b - Direção-Geral de Energia e Geologia (2015). Disponibilidade de Energia Elétrica para Consumo (2000-2014). URL: <http://www.dgeg.pt/> (consultado a 6.06.2016)

DGEG, 2016 – Direção-Geral de Energia e Geologia (2016) Site DGEG/Missão. URL: <http://www.dgeg.pt/> (consultado a 6.06.2016)

EDP, 2016 – Energias de Portugal (2016). Fridão Informação Técnica. URL: http://www.a-nossa-energia.edp.pt/centros_produtores/info_tecnica.php?item_id=81&cp_type=he§ion_type=info_tecnica (consultado a 20.07.2016)

GEOTA, 2015 – Grupos de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (2015). O Programa Nacional de Barragens: desastre económico, social e ambiental Memorando v. Julho 2015. URL:

http://rioslivresgeota.org/wp-content/uploads/2015/04/MemoPNBEPH_Jul2015.pdf

MA, 2016 – Ministério do Ambiente. Plano Nacional de Barragens de Elevado potencial Hidroelétrico – Visão Integrada da Utilização, Renaturalização e Proteção dos Rios. Portugal

MAOT, 2011 – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2011). Contrato de concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de água superficiais destinadas à produção de energia hidroelétrica. Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua. Contrato de concessão n.º 25/ENERGIA/INAG/2011. Portugal

22-07-2016 PONG-Pesca - Antecipar aumentos da quota pode colocar em risco recuperação da sardinha

A Plataforma de Organizações Não Governamentais sobre a Pesca (PONG-Pesca*) expressa o seu agrado pelos sinais de recuperação da sardinha ibérica mas alerta para o risco do aumento da quota já este ano poder comprometer essa recuperação. Para a PONG-Pesca, seguir o parecer do Conselho Internacional para a Exploração dos Mares (CIEM) é a opção que permite limitar os riscos e ter maiores garantias de uma recuperação do *stock*. O valor indicado pelo CIEM para 2016 – 12.000 toneladas – implica um esforço adicional por parte do sector, mas que será recompensado já em 2017, ano para o qual o mesmo organismo estima uma quota de 23.000 toneladas.

No passado dia 15 de julho, representantes da PONG-Pesca estiveram presentes na reunião da Comissão de Acompanhamento da Sardinha, realizada na Secretaria de Estado das Pescas, onde foi discutido o parecer do CIEM para a sardinha ibérica, publicado no dia 14 de julho de 2016**. Nesse parecer, a quota para 2016 foi revista com base nos resultados das mais recentes campanhas de investigação levadas a cabo pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e pelo seu congénere espanhol. O valor aconselhado é de 12.000 toneladas, ou seja, inferior ao definido por Portugal e Espanha no início do ano – 14.000 toneladas. Por outro lado, o parecer agora publicado estabelece uma recomendação para 2017 que confirma os sinais de recuperação que o *stock* está a demonstrar – 23.000 toneladas.

A PONG-Pesca defende a adoção dos valores apontados pelo CIEM, pois o aumento de biomassa registado para a sardinha verifica-se sobretudo em sardinhas ainda juvenis. É essencial permitir que estas atinjam a idade adulta nos próximos 2-3 anos para que haja uma melhoria efetiva do estado do *stock*. Assim, permite-se que este estabilize em quantidades necessárias para permitir uma pesca sustentável nos próximos anos e assegurar as importantes funções que a espécie desempenha nos ecossistemas marinhos da costa portuguesa.

No entanto os governos de Portugal e Espanha terão proposto à Comissão Europeia um aumento da quota ainda para 2016 para as 17.000 toneladas. A PONG-Pesca contesta esta decisão, e alerta para os riscos que ela acarreta.

“Tudo o que queremos é que os sinais de recuperação que a sardinha está a dar sejam confirmados. Numa situação tão frágil como a que o *stock* atravessa, um aumento da quota ainda em 2016 pode invalidar os esforços feitos até aqui e por em causa a sua recuperação efetiva.” disse Gonçalo Carvalho, coordenador da PONG-Pesca.

“Sabemos que o sector tem feito sacrifícios e não aumentar a quota este ano seria mais um. Mas ao seguir as recomendações do CIEM estaremos a dar a melhor hipótese à sardinha de recuperar, com a certeza que já em 2017 esse esforço será recompensado com um aumento significativo de quota.”, acrescentou o mesmo responsável.

16-09-2016 Transposição da Diretiva n.º 2014/52/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014

Contributos para a Transposição

O GEOTA é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), de âmbito nacional e sem fins lucrativos, em atividade desde 1981.

Neste sentido, submete o seu contributo para a transposição da Diretiva n.º 2014/52/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, adiante designada de “Diretiva”.

Contributos orientadores

De um modo geral, o GEOTA defende que a transposição desta diretiva tenha por base as seguintes linhas orientadoras:

- **Aumento do envolvimento da comunidade no processo decisório:** alargamento do prazo da consulta pública e maior divulgação dos projetos em consulta pública, sobretudo junto de comunidades afetadas direta e indiretamente, bem como facilitar e expandir os meios para a consulta de elementos do processo (RNT, Mapas, etc.).
- **Maior articulação entre contributos técnicos e a emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA):** deverá ser dado um maior relevo aos contributos do Parecer da Comissão de Avaliação (CA) na emissão da DIA; sugerimos que, em caso de divergência entre a DIA e o parecer da CA, essa divergência tenha de ser expressamente fundamentada.
- **Obrigação a um único processo de AIA para projetos interdependentes:** de modo a permitir e melhorar a análise dos impactes conjuntos, os projetos interdependentes deverão ser alvo de apenas um processo de AIA (ex: aproveitamentos hidroelétricos e respetivas linhas de muito alta tensão). Dada a conseqüente complexidade, deverá ser dado um prazo de consulta pública alargado; por exemplo, em caso de dois projetos, deverá ser acrescido 50% do tempo de consulta pública.
- **Obrigatoriedade de AIA a outros projetos passíveis de causar dano no ambiente:** neste âmbito, é essencial que seja atribuída a obrigação de processo de AIA a projetos de prospeção de hidrocarbonetos *onshore* e *offshore*.

Contributos específicos

I. No n.º 2 do artigo 2.º da Diretiva pode ler-se que “A avaliação de impacto ambiental pode ser integrada nos processos existentes para aprovação de projetos nos Estados-Membros, ou, na falta deles, noutros processos ou em processos a estabelecer para responder aos objetivos da presente diretiva.”

Propomos que este artigo não seja incluído na transposição da Diretiva. Nenhum projeto com obrigação de processo de AIA poderá ser alvo de uma substituição por outros processos de O GEOTA é uma associação de defesa do ambiente, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, em actividade desde 1981.

2 aprovação, sem que seja estabelecido um padrão de exigência semelhante ou superior em termos ambientais.

II. Nos n.º 2 e 5 do artigo 2.º da Diretiva é referido, respetivamente, que “Sem prejuízo do disposto no artigo 7.º, os Estados-Membros podem, em casos excepcionais, isentar um projeto específico das disposições previstas na presente diretiva, caso a aplicação dessas disposições contrarie o objetivo do projeto, desde que sejam cumpridos os objetivos da presente diretiva.” e que “Sem prejuízo do disposto no artigo 7.º, nos casos em que um projeto seja adotado por um ato legislativo nacional específico, os Estados-Membros podem isentar esse projeto do cumprimento das disposições relacionadas com a consulta pública estabelecidas na presente diretiva, desde que sejam cumpridos os objetivos da presente diretiva. (...)”

Consideramos da maior importância que estes artigos não sejam incluídos na transposição da Diretiva. O objetivo da Diretiva AIA é precisamente o de verificar se um dado projeto, já de si passível de causar dano no ambiente, demonstra ou não condições para ser desenvolvido com o menor impacte possível nos descritores que analisa. A

presente redação permitirá que qualquer projeto que não as cumpra possa ficar isento desta análise, que se pressupõe construtiva e de defesa do bem público. Sem haver processo de AIA e respetiva consulta pública, estes objetivos muito dificilmente serão cumpridos.

III. No n.º 2 do artigo 6.º encontra-se previsto que “A fim de assegurar a efetiva participação do público interessado no processo de tomada de decisão, o público é informado por via eletrónica e através de avisos públicos ou por outros meios adequados, das seguintes questões no início do processo de tomada de decisão no domínio do ambiente a que se refere o artigo 2.º, n.º 2, o mais tardar, logo que seja razoavelmente possível fornecer a informação.”

De modo a assegurar a efetiva participação do público interessado, propomos que a consulta seja divulgada através de serviços da Rádio e Televisão de Portugal, em moldes comparáveis ao boletim meteorológico ou boletim agrícola. Propomos ainda a análise e inclusão das recomendações do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental, remetido em anexo.

IV. No n.º 7 do artigo 6.º da Diretiva é referido que “Os prazos para a consulta do público em causa sobre o relatório de avaliação do impacto ambiental a que se refere o artigo 5.º, n.º 1, não podem ser inferiores a 30 dias.”

Propomos que o período de consulta pública tenha sempre a duração de 60 dias. A elevada complexidade e dimensão dos processos de AIA implicam que seja dado mais tempo aos *stakeholders* para melhor analisarem e apresentarem contributos.

V. Anexo III da Diretiva

Destacamos como aspetos positivos o maior rigor do Anexo III, que passar a incluir: a conceção de todo o projeto e os riscos para a saúde humana, como fatores importantes para a sua caracterização (n.º 1); e as zonas ribeirinhas, as fozes dos rios e o meio marinho constarem na análise da capacidade de absorção do ambiente natural no que concerne à localização dos O GEOTA é uma associação de defesa do ambiente, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, em actividade desde 1981.

3 projetos (n.º 2). Estes são aspetos muito importantes que deverão ser devidamente incluídos na transposição desta Diretiva.

Em linha com a inclusão das “zonas classificadas ou protegidas pela legislação nacional; zonas pertencentes à rede Natura 2000 designadas pelos Estados-Membros, nos termos da Diretiva 92/43/CEE e da Diretiva 2009/147/CE” (v), c), n.º 2) consideramos que a Reserva Ecológica Nacional deverá ser classificada como zona sensível, o que corresponde aproximadamente aos tópicos i), ii) e iii) da alínea c) do n.º 2 do Anexo III desta Diretiva, um aspeto que nunca foi devidamente transposto.

22-09-2016 MOVIMENTO “MENOS UM CARRO” SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DO AMBIENTE DESAFIA PORTUGUESES

Durante a Cerimónia da Assinatura do Manifesto “Menos Um Carro”, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, o Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, sugeriu a criação de uma plataforma onde o cidadão possa comprometer-se com a causa deste Movimento, desafiando-o a assumir o “compromisso” de agir e respeitar a mobilidade sustentável.

Duarte Cordeiro, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, assinalou este dia como aquele que “representa o crescimento do Movimento ‘Menos Um Carro’”, acrescentando ainda que, a Câmara de Lisboa, partilha “integralmente e sensivelmente todos os objetivos do movimento”, uma vez que, “a mobilidade sustentável é, sem reservas, uma prioridade da Cidade”.

Também José Mendes, Secretário Adjunto e do Ambiente, concordou que o Estado tem a “obrigação de estar com estes movimentos” e que “podem contar” com ele, uma vez que este “é um assunto da máxima importância”.

Na Assinatura do Manifesto “Menos Um Carro” marcaram presença a ACAM – Associação de Cidadãos Automobilizados, a APVE – Associação Portuguesa do Veículo Elétrico, a APVGN – Associação Portuguesa do Veículo a Gás Natural, a Carris, a CP – Comboios de Portugal, o Grupo Barraqueiro, o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, a Lisboa E-NOVA, a LPN – Liga para a Proteção da Natureza, o Mobiletric, a PRP – Prevenção Rodoviária Portuguesa, a UBER Portugal e a UGC – União Geral dos Consumidores, elevando para 34 o número de entidades parceiras do Movimento.

A DECO e a RTP que também integraram o Movimento assinarão o Manifesto posteriormente. O Secretário de Estado José Mendes reconheceu por isso à Estação Pública a adesão a este Movimento, uma vez que, “é a Televisão Pública, ao Serviço Público, que compete apoiar e sensibilizar para estes temas”.

Criado em 2009, o Movimento “Menos Um Carro” conta na sua fundação com 20 entidades, nomeadamente, a ACAPO, a AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa, a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, a AMTL - Área Metropolitana de Lisboa, a ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental, a Associação Salvador, a Câmara Municipal de Lisboa, a Carris, a Direção-Geral de Saúde, a EMEL, a FPCUB - Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, a GEOTA, o IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, o IPDJ - Instituto Português do desporto e da Juventude, o Metro de Lisboa, a PSP, a Quercus, a Siemens, os TIS - Consultores em Transportes, Inovação e Sistemas, e a Universidade Católica Portuguesa.

Durante a Semana Europeia da Ecomobilidade, o Movimento “Menos um Carro” deu mais um passo no cumprimento do objetivo de ganhar dimensão nacional, com a integração da Câmara Municipal de Almada, da ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, da Fertagus, da MTS - Metro Transportes do Sul, da TST - Transportes Sul do Tejo e da Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

No Manifesto as entidades comprometem-se a juntar esforços para sensibilizar a mudança de atitudes e comportamentos face aos padrões de deslocação quotidianos, a difundir e produzir informação sobre as iniciativas dedicadas ao tema da mobilidade sustentável, a desenvolver a plataforma www.menosumcarro.eu, e a contribuir para a expansão do Movimento “Menos Um Carro”. Pretende alcançar-se uma sociedade mais solidária, sustentável e ecoeficiente.

27-09-2016 Campanha Coastwatch sobre Turismo Sustentável no Litoral arranca no Dia Mundial do Turismo

O Projeto Europeu Coastwatch de Educação Ambiental e Cidadania Participativa apela ao Voluntariado para a monitorização ambiental de uma faixa costeira de 500m. **TODOS podem participar, individualmente ou em grupo - famílias, amigos, escolas, CNE, municípios, associações, ONGs, outras entidades...**) bastando apenas aceder ao endereço eletrónico <http://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal> selecionar no mapa do Projeto a faixa de 500m no litoral que pretende realizar, proceder à inscrição, realizar a saída de campo de preferência na maré-baixa e introduzir os dados recolhidos no questionário CW (e.g. seres vivos, resíduos, contaminações, pressões naturais e/ou antrópicas).

Coordenado há 27 anos em Portugal pelo GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente) o Projeto Coastwatch pretende, melhorar o conhecimento da situação ambiental da faixa costeira; valorizar o trabalho em grupo e de cooperação em atividades ao ar livre, em contato com a Natureza; integrar alguns dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; valorizar e reforçar os programas curriculares do ensino básico e secundário numa perspetiva multidisciplinar; sensibilizar para os problemas resultantes dos impactes da atividade humana e contribuir para uma cidadania ambiental mais consciente e informada, de forma a **CONHECER PARA AGIR**.

A Campanha Coastwatch 2016-2017 sob o tema “Turismo Sustentável no Litoral” vai arrancar no Dia Mundial do Turismo, 27 de setembro e prolonga-se até abril 2017. Uma vez mais, apela-se à participação de **VOLUNTÁRIOS** para a monitorização e caracterização ambiental das belas praias de Portugal Continental e Regiões Autónomas em unidades de 500m à escolha dos participantes.

PARTICIPE e AJUDE-NOS a RECOLHER O MÁXIMO de informação de valor científico para INTERVENÇÃO junto dos principais DECISORES.

12-10-2016 NOTA DE IMPRENSA “SPIRIT OF OYSTERHAVEN” está a fazer Coastwatch em Portugal

O Veleiro Irlandês “SPIRIT OF OYSTERHAVEN” participa no projeto internacional de monitorização Coastwatch da qualidade da água e do litoral

A 16 de Novembro de 1994 a convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar entrou em vigor, estabelecendo um novo enquadramento legal para o direito do mar. Em Portugal, foi passada para o normativo nacional através da Resolução da A.R. n.º 60-B/97, de 14 de Outubro, que aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção.

Os dois Países com a maior relação Terra/mar – Portugal e Irlanda – estão a planear uma colaboração especial para os eventos Coastwatch deste ano (<http://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal>)

O Veleiro “SPIRIT OF OYSTERHAVEN” de formação e educação que tem colaborado em ações de ciência cidadã com o projeto Coastwatch Europe, viajou da Irlanda para Portugal, aportando sucessivamente na Nazaré e em Cascais.

O veleiro segue atualmente, de Lisboa para o Algarve (www.spiritofosterhavensailing.ie) levando a bordo equipamentos e materiais para monitorizar a qualidade das águas do mar da faixa costeira e em profundidade, sendo esperado em Portimão no dia 20 de outubro, ficando aí aportado duas semanas, com pequenas escalas em Sagres e Lagos.

O proprietário do barco Oliver Hart disse: “Esta é uma oportunidade maravilhosa de combinar uma grande aventura vela com alguma trabalho de ciência cidadã prática, ajudando a chamar a atenção para a riqueza dos recursos marinhos em torno de nossa costa e a sua vulnerabilidade ao lixo e poluição. Com biólogos marinhos entre a tripulação aptos a realizar um trabalho científico ao longo da viagem, incluindo a identificação do lixo marinho Coastwatch e a pesquisa 'eyeonwater' para controlar a transparência da água, resíduos e micro resíduos à medida que progridem ao sul. “

No Litoral, a Campanha Coastwatch 2016-2017 está em pleno andamento na Irlanda e em Portugal. Qualquer pessoa, individualmente ou em grupo, pode participar (<http://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal>)

No início de novembro o veleiro parte para a ilha da Madeira e para as Ilhas Selvagens onde deverá estar no dia 16 de novembro. Jacques-Yves Cousteau disse uma vez que foi à volta destas ilhas que encontrou as águas mais limpas do mundo.

A monitorização do litoral será realizada através do questionário Coastwatch (media.wix.com/ugd/2ea15d_e39b81ef2e2b430d940028f437b6c434.pdf). O tema da campanha Coastwatch de 2016-2016 é “Turismo Sustentável no Litoral” em comemoração do Ano Internacional de Turismo Sustentável para o Desenvolvimento (2017).

Comemora-se, ainda, no dia 16 de novembro em Portugal o Dia do Mar e a esse propósito o GEOTA organiza o **Congresso Internacional Coastwatch** aberto a todos os participantes e coordenadores e uma reunião de coordenação internacional do projeto Coastwatch em Oeiras.

12-10-2016 Parecer sobre o estudo de impacte ambiental do “projeto integrado do núcleo de exploração de pedreiras do Codaçal”

(freguesia de Serro Ventoso, concelho de Porto de Mós)
no âmbito do processo de consulta pública

Sumário

O estudo de impacte ambiental do projecto integrado das pedreiras do Codaçal subvalorizando os impactes ambientais negativos muito significativos do projecto. Os impactes nos ecossistemas subterrâneos foram omitidos.

Concordamos com a abordagem integrada mas entendemos que ela não foi devidamente trabalhada. Falta um planeamento faseado da recuperação da pedreira, que permita garantir em tempo real que o saldo ambiental do projecto seja positivo.

As associações signatárias defendem portanto a reprovação do EIA, e um estudo adequado dos impactes omissos e do plano de recuperação.

1. Relevância estratégica

A correcta e racional exploração dum recurso não renovável, como é o caso das rochas ornamentais, deve passar por uma política integrada que favoreça a venda de produtos transformados com elevada mais valia associada, contrariamente à situação actual das rochas ornamentais que apresentam uma exportação maioritariamente em bruto, com baixas mais valias. A corrente exploração irracional deste recurso não renovável manifesta-se na exportação da matéria-prima, arcando com os impactes negativos inerentes à sua exploração (e por vezes para posteriormente importarmos os produtos processados feitos com a rocha portuguesa).

O licenciamento de novas pedreiras, bem como de ampliação das existentes, deve ser feito com base numa política e métodos de planeamento que evitem a destruição sistemática da paisagem, e que promovam a maximização das mais valias associadas ao comércio de rochas ornamentais. Apesar de algumas iniciativas louváveis que promovem a qualidade da pedra portuguesa como a certificação *stone.pt*, estas incidem principalmente sobre a qualidade da matéria-prima e como tal pouco têm contribuído para a exportação de produtos transformados com mais valia.

A verdade é que Portugal está a vender rocha ornamental supostamente com valor de raridade, com um valor acrescentado mínimo. Para além da destruição sistemática de uma paisagem única e protegida, estamos perante uma exploração de recursos predatória, com baixo valor acrescentado e com uma péssima relação custo/benefício para o País. Não há evidência que a pedra do Codaçal seja excepção.

2

2. Abordagem do projecto integrado

Teoricamente a abordagem do “projecto integrado” é a mais correcta, olhando de forma global para o conjunto das pedreiras de determinada zona.

Lamentavelmente, os resultados não correspondem aos objectivos definidos.

Continua a não existir qualquer ferramenta de planeamento disponível, uma percepção minimamente rigorosa sobre os impactes cumulativos da exploração de pedreiras na região. A percepção empírica é que a área destruída é crescente, ao ponto de já estar a alterar substancialmente a paisagem; não há qualquer informação sobre outros efeitos. Já solicitámos por diversas vezes às autoridades responsáveis — ICNF e DGEG — informação que nos permita compreender o alcance pelo menos geográfico nas explorações existentes e previstas, para ter uma noção mínima dos seus impactes cumulativos. A DGEG não deu qualquer resposta e o ICNF forneceu apenas informação de baixa qualidade, muito aquém do solicitado.

O saldo do EIA é na prática mais que duplicar a área de exploração de pedreiras no Codaçal com um horizonte de exploração de 129 anos, sem qualquer justificação.

Ao contrário do apregoado, não há medidas compensatórias. De acordo com a

doutrina da Directiva Habitats e da melhor prática profissional, só existe verdadeira compensação quando os valores degradados são repostos em espécie e magnitude, o que não acontece de todo neste caso.

As medidas de gestão ambiental de obra e de recuperação paisagística propostas correspondem a alguma minimização de impactes. No entanto, no caso da recuperação paisagística a sua aplicação é tardia, nada garantindo que venham efectivamente a ser aplicadas. À escala desta área, como à escala do Parque Natural, não há evidência de que o balanço recuperação/degradação seja positivo.

3. Impactes ambientais do projecto

A área do Projecto Integrado (PI) do Codaçal está dentro do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, e na estrutura ecológica municipal do Concelho de Porto de Mós Também está classificada como área de exploração de recursos minerais no PDM de Porto de Mós

De acordo com o resumo não técnico e aditamento, todos estes usos são compatíveis, mas nenhum dos documentos do AIA explica como.

O estudo do LNEG “Área de intervenção específica do Codaçal”, de 2014, anexo ao EIA, chama a atenção para o facto do projecto de ampliação das pedreiras ir provocar a destruição do epicarso e da sua função de recarga dos aquíferos. De recordar que o Maciço Calcário Estremenho é o segundo maior aquífero de Portugal continental.

O mesmo estudo refere que foram realizadas duas sondagens. Em ambas sondagens, entre aproximadamente 10 e 30 a 40 m de profundidade foi detectada porosidade cavernosa — ou seja a existência de grutas. Uma das sondagens termina inclusive numa cavidade detectada abaixo dos 100 m de profundidade e que impediu a continuidade da perfuração. Como tal o estudo revela a existência de um endocarso considerável.

3

O EIA refere que na área do PI apenas se conhecem três ou quatro Algaes dos quais apenas um tem potencial interesse arqueológico. O EIA implica que se prevê a destruição de todos os algaes que venham a ser encontrados, com excepção do único já referenciado.

Havendo evidências de um endocarso bem desenvolvido seria de esperar que houvesse mais algaes (e provavelmente há — nem sempre são imediatamente aparentes à superfície). Não foi feito qualquer levantamento ou estudo espeleológico da área do PI, nem potencial aferição de cadastro espeleológico, com intuito de interpretação e preservação do património espeleológico. As escassas referências a cavidades aparecem apenas nos estudos da Biologia e Arqueologia. Numa situação destas, é essencial que seja feito um levantamento espeleológico. O estudo do LNEG considera que a vulnerabilidade à poluição da área do PI é alta a muito alta, e que a remoção do solo e o desmonte do maciço irão aumentar a vulnerabilidade, facilitando a contaminação mais das águas subterrâneas.

O EIA propõe boas práticas ao nível do uso e armazenamento de lubrificantes e combustíveis, definindo o uso de bacias de contenção nos tanques de combustível. Caso sejam bem aplicadas, serão em princípio eficazes, embora sejam sempre um factor de risco. Já no caso do pó de pedra, apesar das medidas de prevenção e mitigação será impossível evitar alguma infiltração do mesmo, dadas as grandes quantidades. O impacto das infiltrações do pó de pedra sobre o ecossistema subterrâneo não foram de todo estudados no EIA, apesar de evidências de que este impacto pode ser significativo.

A nível de pontos de água o estudo do LNEG considera duas captações, um furo em chão das pias e uma nascente do Lena que supomos ser a nascente da ribeira de cima. O estudo considera essa nascente como potencial receptor das águas

subterrâneas. O nível de água do furo de chão das pias não foi detectado nas sondagens, o que serve também para justificar a profundidade de exploração proposta. Refere também a existência do algar da Arroiteia (a maior gruta das imediações, com circulação subterrânea), mas não equaciona esta gruta como potencial receptor de contaminantes.

Quanto ao carso superficial, o estudo do LNEG refere se a existência de lapiás e de uma cornija. O EIA refere que o lapiás será destruído na zona das pedreiras, mas propõe a preservação da cornija como “medida de compensação”. Esta alegação é abusiva e um erro técnico. A salvaguarda de um elemento significativo do património, com pequena área, é apenas uma pequena medida de minimização do impacte. Não existe aqui qualquer espécie de compensação. O mínimo razoável, a título de minimização de impactes, seria de considerar a preservação não só da cornija, que parece correcta, mas também do limite Este da área do PI onde este coincida com o bordo Sul e Oeste da uvala de chão das pias.

Um aspecto mais problemático revelado pelo estudo do LNEG e a existência de uma grande quantidade de rocha estéril na zona do PI. Em profundidade há espessuras dezenas de metros de rocha sem valor económico e mesmo lateralmente existem áreas extensas com dezenas de metros de espessura de rocha estéril que teria de ser removida para se ter acesso a zonas de rocha ornamental. A área do PI com maior altitude teria de ser destruída para se ter acesso a rocha ornamental. Um plano de lavra onde se privilegiasse as zonas de rocha ornamental

4
mais perto da superfície reduziria o impacto paisagístico e no património ao reduzir a profundidade das pedreiras e de destruição da morfologia original do terreno.

4. Restrições legais aplicáveis

O Decreto-lei 340/2007 só permite a exploração mineira em áreas sensíveis para a exploração de recursos de elevado interesse nacional. É inaceitável a banalização deste regime, que tem vindo a ser utilizado permitir a exploração de toda e qualquer pedreira no PNSAC; tanto mais que a justificação do suposto “interesse nacional” é inexistente.

O plano de ordenamento do PNSAC destina-se especificamente a proteger um conjunto de valores (geológicos, biológicos, paisagísticos), que são claramente degradados ou destruídos por este “projecto integrado”, que na prática configura a mais que duplicação da área das pedreiras existente no Codaçal.

5. Conclusão

A intenção de fazer uma análise integrada à exploração das pedreiras do Codaçal é meritória, mas os resultados do EIA são decepcionantes.

Na prática, o EIA despreza os impactes ambientais identificados e pretende abrir a porta para a destruição de toda a área de intervenção num horizonte de 129 anos, sem qualquer justificação deste horizonte grosseiramente exagerado, e sem qualquer garantia de uma recuperação faseada. Em especial são menosprezados os impactes sobre o endocarso.

As medidas de minimização de impactes são insuficientes e as alegadas “medidas de compensação” inexistentes ou fictícias, não configurando de facto qualquer compensação.

Nestas condições, as associações signatárias entendem que o EIA e esta configuração do projecto integrado não devem ser aprovados.

21-10-2016 Comunicado “A Coligação C6 pede um chumbo à utilização de Chumbo”

A proposta de Orçamento do Estado apresentada pelo Governo para 2017 propõe uma “taxa sobre munições de chumbo”, na ordem dos dois cêntimos de euro por cada cartucho feito a partir de chumbo, utilizado por caçadores nas suas atividades de caça. A Coligação C6, que integra as maiores Associações de Defesa do Ambiente portuguesas e é constituída pelo GEOTA, FAPAS, LPN, Quercus, SPEA e WWF Portugal, considera que esta é uma medida insuficiente para reduzir ou compensar a poluição provocada por este contaminante em resultados da actividade cinegética. A solução passaria, sim, por dar um chumbo às utilizações de cartuchos com chumbo, interditando o seu uso e substituindo-os por materiais não poluentes.

A utilização de cartuchos com chumbo em atividades de caça provoca uma libertação, não controlada, deste metal pesado que resulta na contaminação dos solos e da água (águas superficiais e lençóis freáticos), com efeitos indiretos na fauna local e na saúde humana (por ingestão de água ou alimentos cultivados em solos contaminados), sendo absorvidos pelos organismos e acumulando-se nos mesmos de forma lenta

Estima-se que os adultos absorvem entre 5% a 15% do chumbo ingerido, retendo 5% deste chumbo, sendo mais elevado nas crianças onde a absorção e retenção de chumbo no organismo pode atingir valores de 40%. Este pode acumular-se ao longo da vida alcançando máximos compreendidos entre os 200 e os 500 mg, muito acima do teor máximo de chumbo aceite para as águas de abastecimento, onde não pode ultrapassar os 0,05 mg/litro. A contaminação por chumbo pode comprometer o funcionamento do sistema nervoso, patologia conhecida por saturnismo, ou do funcionamento da medula óssea e dos rins, tendo levando a que Agência Internacional para a Pesquisa do Cancro (International Agency for Research on Cancer- IARC) o tenha considerado como um possível carcinogénico.

Para além dos problemas na saúde humana, o chumbo acumula-se nas cadeias tróficas, causando a morte por envenenamento de muitas aves e mamíferos de espécies protegidas. Os patos e outras aves aquáticas são dos grupos que mais sofrem de contaminação por chumbo proveniente da caça, estimando-se que em alguma zonas húmidas mais de 10% das populações de patos sofram de saturnismo (síndrome provocada por ingestão de chumbo). Também os grandes predadores, como águias, abutres e o lobo acumulam doses letais de chumbo no seu organismo ao consumirem presas contaminadas com chumbo.

O chumbo é um material que apresenta propriedades que o diferenciam, como a flexibilidade e a resistência à corrosão, o que levou a que fosse utilizado em diversas aplicações, desde a sua incorporação em baterias, soldadura, ligas metálicas (como por exemplo na produção de tubagens), plástico, vidro, gasolina, tintas, ornamentos e de proteções para fontes de radiação e em munições. A partir da década de 80 a sua incorporação foi restringida na Europa, através da limitação da quantidade de chumbo utilizado na gasolina e também em outras aplicações enquanto metal (Diretiva 82/884/CE). A proibição da sua incorporação na gasolina foi declarada em 1999 e tem vindo a assistir-se à restrição do seu uso em equipamentos elétricos e eletrónicos desde 2002 (Diretiva 2002/95/EC).

A sua utilização nas munições das armas de caça foi já banida na maior parte dos países da União Europeia, tendo sido substituída por outras ligas metálicas sem impactos no ambiente. Portugal é um dos poucos países europeus onde ainda é possível caçar com estas munições, que contaminam a água, os solos, a fauna e as pessoas. Os caçadores continuam legalmente a espalhar este metal tóxico e a contaminar albufeiras, açudes, rios e ribeiros, numa prática que não é aceitável numa sociedade informada e responsável.

Por isso, a C6 considera que as verbas provenientes de uma eventual taxa sobre as munições com chumbo, não deveriam ser usadas no investimento no sector da caça, conforme a proposta de Orçamento do Estado, mas sim em investimentos para despoluir, proteger espécies ameaçadas pelo chumbo ou mesmo em medidas destinadas a banir definitivamente a utilização do chumbo. Considera também a C6 que a medida proposta não é suficiente para resolver os graves problemas provocados nas cadeias tróficas, com consequente impacto na saúde humana, pela utilização de munições com chumbo na caça e que única medida realmente eficaz seria a interdição do seu uso e a substituição por ligas metálicas alternativas.

Desde 1998, o GEOTA tem vindo a defender a utilização de instrumentos económicos e fiscais para promover bons comportamentos sociais e ambientais — a **Reforma Fiscal Ambiental**.

Embora não substitua uma reflexão mais estratégica, o Orçamento de Estado é uma oportunidade para criar algumas medidas essenciais. Para o OE 2017, o GEOTA elegeu três domínios prioritários: **energia e clima, mobilidade e transportes e ordenamento e biodiversidade**. Todas as propostas do GEOTA têm um triplo objectivo: melhorar a equidade social, o ambiente e actividade económica, em especial o emprego.

ENERGIA E CLIMA

O GEOTA defende a prioridade absoluta à eficiência energética. É a melhor forma de garantir a redução dos custos, da dependência externa e das emissões poluentes (incluindo gases de efeito de estufa). Para o **mesmo resultado**, investimentos em eficiência energética chegam a ser **dez vezes mais baratos** que nova produção; o **potencial de poupança viável atinge 30%** dos consumos presentes. As causas da não aplicação destas medidas são duas: falta de informação e falta de capacidade financeira.

Historicamente, 95% dos apoios do Estado ao sector energético privilegiam as grandes empresas da energia com a criação de nova capacidade de produção e transporte; sobrando apenas 5% para a eficiência energética. Há que inverter esta tendência, dando cumprimento às orientações definidas no próprio Programa do Governo. Medidas recentes como os subsídios à renovação de edifícios são positivas, mas insignificantes: obrigam a candidaturas complicadas e atingirão menos de 1% das famílias e empresas. A segunda prioridade do sector deve ser a promoção de **energias renováveis descentralizadas**, em especial a energia solar (térmica e fotovoltaica).

1 — Criar incentivos à eficiência energética e às energias renováveis descentralizadas. As medidas existentes devem ser reforçadas e/ou complementadas com benefícios fiscais dirigidos às famílias e empresas — para instalação de **vidros duplos, isolamento de telhados e paredes, equipamentos domésticos, comerciais e industriais mais eficientes, painéis solares térmicos e fotovoltaicos**. Estes benefícios têm vantagens adicionais: promover a requalificação urbana, o mercado dos equipamentos eficientes, emprego nas pequenas empresas de construção, e reduzir a fuga ao fisco.

2 — Acabar com os subsídios perversos que promovem comportamentos danosos para o ambiente: (a) **Revogar o subsídio** (capítulo III da Portaria 251/2012) ao investimento em **novas barragens** que são inúteis e provocam impactes sociais e ambientais brutais (b) **Revogar as isenções** de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (**ISP**), que beneficiam sem justificação ou lógica económica algumas grandes empresas; (c) **Revogar** os subsídios à **co-geração fóssil**; (d) **Rever em baixa**, e na medida do necessário, as **garantias de potência**, hoje sobredimensionadas. As poupanças devem ser aplicadas na redução da dívida tarifária e em medidas de eficiência energética.

3 — Reforçar a taxa do carbono. Esta taxa não tem, hoje, significado económico. Com o Acordo de Paris, Portugal tem obrigação de apostar no combate às alterações climáticas. As **receitas** desta taxa devem ser **reinvestidas** junto das famílias, empresas e sector público: em **eficiência energética e nos transportes públicos**.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

Portugal nunca teve uma política coerente de mobilidade. O modelo de transportes dominante assenta no carro individual e na rodovia (cerca de 90%), gerando excesso de poluição atmosférica e sonora, congestionamento, custos públicos e privados elevados, desordenamento do território e alta dependência externa do petróleo.

Daqui decorrem duas prioridades: nas áreas metropolitanas, transferência do **automóvel individual para o transporte coletivo (TC)**, operado em rede; na **longa distância**, passar do uso quase exclusivo da rodovia para uma logística integrada **centrada na ferrovia**. Falta uma doutrina de mobilidade centrada nos utentes (e não nas máquinas ou operadores), reconhecendo que o TC é um serviço público essencial; falta ainda uma gestão competente e prioridades claras nas infra-estruturas. Mas algumas medidas podem ser implementadas desde já.

4 — Melhorar o serviço, simplificar os tarifários e reduzir os preços do transporte colectivo. A melhor forma de **recuperar utentes** e inverter o ciclo vicioso da má qualidade e da perda de utentes no serviço público de transportes, em especial nas áreas metropolitanas. Dado o estado de ruptura do sistema actual, **será sempre necessário algum investimento em sede de OE**. Um sistema com melhor qualidade gerará receitas adicionais para equilibrar o orçamento operacional. A experiência internacional demonstra que gastos públicos criteriosos em TC geram grandes benefícios sociais, económicos e ambientais.

5 — Eletrificar o transporte colectivo metropolitano e a rede de longa distância. A **rede ferroviária nacional deve ser electrificada** na máxima medida praticável, dando prioridade aos corredores estruturantes. Nas áreas metropolitanas deve ser promovida a **electrificação do transporte público** (comboios suburbanos, metro, eléctricos, autocarros, troleicarros, táxis) e das frotas comerciais de serviço urbano. Em conjunto com a melhoria da qualidade do TC, esta é a melhor forma de reduzir emissões poluentes, custos globais e dependência externa no sector.

6 — Eliminar os subsídios aos carros individuais. O subsídio existente aos carros eléctricos e outros é perverso: **só beneficia quem compra veículos caros** (socialmente iníquo); desincentiva o uso do TC, muito mais eficiente; **retira fundos públicos** ao financiamento desse mesmo TC; e privilegia uma tecnologia sobre outras. O carro eléctrico é uma tecnologia de futuro, mas não faz sentido subsidiá-lo com fundos públicos. Os sistemas familiares ou empresariais de carregamento de veículos eléctricos devem ser facilitados e desburocratizados (mas não subsidiados).

7 — Beneficiar fiscalmente os modos suaves e o uso do Transporte Coletivo. Sem perder de vista que as questões estruturantes da mobilidade se centram na qualidade do serviço de TC, há virtudes económicas e pedagógicas na criação de **benefícios fiscais para o uso da bicicleta e a aquisição de títulos de TC**, pelas famílias e empresas.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E BIODIVERSIDADE

Temos um **território profundamente desordenado**, quer nos espaços urbanos e periurbanos, quer nos espaços rurais e silvestres. Dois por cento (2%) do País é espaço urbano não consolidado e 1% é área “urbanizável” inviável; temos 1,5 casas por família. **Não reconhecemos os serviços dos ecossistemas**. A conservação da Natureza tem sido sistematicamente o parente pobre das políticas de ambiente, com graves riscos para a biodiversidade do País (que ainda é relativamente rica, mas com a tendência actual não o será por muito tempo). Os múltiplos instrumentos de planeamento territorial não têm conseguido

inverter este caminho, em parte por falta de coragem para enfrentar interesses instalados, em parte pela ausência de instrumentos económicos adequados.

8 — Atribuir 10% do Fundo Geral Municipal às autarquias com Áreas Protegidas e Rede Natura, distribuído proporcionalmente. Este princípio consta na Lei das Finanças Locais desde 2007, há quase dez anos — mas **nunca foi corretamente aplicado**, primeiro por deficiências na formulação da lei, depois pelas vicissitudes da crise orçamental e do resgate internacional. A correta aplicação desta disposição será inequivocamente **benéfica** tanto para algumas das **autarquias mais pobres** do País como para a defesa e promoção dos territórios mais sensíveis.

9 — Beneficiar os detentores privados de áreas classificadas e sensíveis. Uma propriedade localizada numa área classificada, em reserva ecológica nacional, ou uma mata de espécies autóctones, geram serviços ambientais: recarga de aquíferos, prevenção de secas e cheias, biodiversidade, corredores ecológicos, paisagem. Os proprietários desses espaços devem ser justamente compensados pelo serviço público prestado. Propõe-se a **criação de um Fundo de Conservação da Natureza** que seja obrigatoriamente aplicado em: (a) Projectos locais de conservação e investigação; (b) Contrapartidas aos proprietários de áreas classificadas e sensíveis em bom estado de conservação; (c) Instalação de matas de espécies autóctones. Estas medidas têm a tripla virtude de promover o **desenvolvimento** local, a **boa gestão dos recursos naturais** e a **prevenção de incêndios**. Requerem informação essencial como o cadastro rústico.

10 — Criar meios para a penalização e intervenção em áreas urbanas degradadas. O código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) prevê que terrenos para construção sejam taxados de forma diferente de terrenos rústicos e que prédios degradados possam ser penalizados. A lei prevê igualmente a possibilidade de **intervenção das autoridades em espaços degradados**. Na maior parte dos casos estas disposições não são aplicadas por ausência de cruzamento de dados entre Finanças, Conservatórias, Planeamento e Cadastro. É fundamental alocar meios do OE à criação de **ferramentas de gestão da informação territorial**, bem como fundos para a criação de **bolsas de terrenos**.

21-10-2016 NOTA DE IMPRENSA “10 propostas para o Orçamento de Estado 2017”

O GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente reuniu, nas últimas semanas, com os grupos parlamentares dos vários partidos políticos para apresentar propostas para o Orçamento de Estado de 2017.

Desde 1998, o GEOTA defende a utilização de instrumentos económicos e fiscais para promover bons comportamentos sociais e ambientais — a Reforma Fiscal Ambiental. Embora não substitua uma reflexão mais estratégica, o Orçamento de Estado é uma oportunidade para criar algumas medidas essenciais. Para o OE 2017, o GEOTA elegeu três domínios: Energia e clima, Mobilidade e transportes, e Ordenamento e biodiversidade; consubstanciados em 10 medidas prioritárias [**explicadas em detalhe no documento anexo “Propostas GEOTA OE2017”**], que equilibram alterações do lado da despesa e da receita. Todas as propostas do GEOTA têm um **triplo** objectivo: melhorar a **equidade social**, o **ambiente** e a **actividade económica**, em especial o **emprego**.

Energia e clima

1 | Criar incentivos à eficiência energética e às energias renováveis descentralizadas.

2 | Acabar com os subsídios perversos que promovem comportamentos danosos para o ambiente: os subsídios às novas barragens, as isenções de ISP à grande indústria, os subsídios à co-geração fóssil e as rendas eléctricas excessivas.

3 | Reforçar a taxa do carbono e reinvesti-la junto das famílias, empresas e sector público: em eficiência energética e nos transportes públicos.

Mobilidade e transportes

4 | Melhorar o serviço, simplificar os tarifários e reduzir os preços do transporte coletivo.

5 | Eletrificar o transporte coletivo metropolitano e a rede de longa distância.

6 | Eliminar os subsídios aos carros individuais. O carro eléctrico deve ser facilitado mas não subsidiado.

7 | Beneficiar fiscalmente os modos suaves e o uso do transporte colectivo

Ordenamento do território e biodiversidade

8 | Atribuir 10% do Fundo Geral Municipal às autarquias com Áreas Protegidas e Rede Natura, distribuindo-o proporcionalmente.

9 | Beneficiar os detentores privados de áreas classificadas e sensíveis: Áreas Protegidas, Rede Natura, Reserva Ecológica Nacional.

10 | Criar meios para a penalização e intervenção em áreas urbanas degradadas, e devolvê-las a usos sociais.

20-11-2016 Carta ao Comissário da Investigação, Ciência e Inovação da Comissão Europeia

Exmo. Senhor Comissário Carlos Moedas
Comissário da Investigação, Ciência e Inovação
Comissão Europeia

Assunto: Resultado do *Fitness Check* das Diretivas Aves e Habitats

Exmo. Senhor Comissário,

Na sequência do compromisso do Vice-Presidente Timmermans e do Comissário Vella de publicar os resultados do ***Fitness Check das Diretivas Aves e Habitats*** no outono de 2016, estamos a escrever a V. Exa. para chamar a sua atenção para as discussões essenciais para a natureza e cidadãos europeus que decorrerão em breve. Assumimos que irão proximamente discutir no Colégio de Comissários o resultado deste *Fitness Check*, pelo que apelamos a que expresse o seu apoio à manutenção integral desta legislação e à adoção de iniciativas que conduzam a uma melhor implementação e cumprimento destas políticas. Uma decisão sobre o futuro desta legislação crucial de conservação da natureza na UE é um primeiro teste para a UE demonstrar o seu compromisso perante a **Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável**, um “plano ambicioso para as pessoas, o planeta e a prosperidade”.

As Diretivas Aves e Habitats são uma **história de sucesso da União Europeia**. São sobejamente reconhecidas como o pilar do amplo esforço da UE para parar e reverter a perda de biodiversidade. A estrutura de conservação da natureza que estabelecem tem por objetivo a efetiva proteção das espécies raras e ameaçadas da Europa, e conduziu à criação da **maior rede de áreas protegidas do mundo** – a rede Natura 2000. Evidências científicas demonstram que as Diretivas Aves e Habitats são eficazes na proteção da natureza quando adequadamente implementadas.

Não apenas a nossa biodiversidade beneficia desta legislação, como também a nossa prosperidade económica depende diretamente dos serviços que a natureza providencia. Os **benefícios económicos** fornecidos pela rede Natura 2000 estão estimados em €200-300 mil milhões/ano. Foi estimado que o turismo e as atividades recreativas relacionados com a rede Natura 2000 suportam entre 4.5 e 8 milhões de empregos (Bio Intelligence Service, 2011).

Contudo, muita da biodiversidade da Europa está ainda em declínio devido à fraca implementação nacional destas Diretivas assim como à agricultura insustentável e ao desenvolvimento de infraestruturas.

As organizações signatárias têm um envolvimento e um compromisso de longa data relativamente às Diretivas Aves e Habitats da UE. Estivemos envolvidos no *Fitness Check* da UE e participámos no desenvolvimento de propostas práticas que irão ajudar a UE e os seus Estados Membros a atingir os objetivos de biodiversidade da UE para 2020 e para garantir a integral e efetiva implementação das Diretivas Aves e Habitats.

07-12-2016 Junker diz não à revisão da Diretiva das Aves e Habitats

[Coligação C6, dinamizadora da campanha SOS Natureza em Portugal, aplaude a decisão](#)

A Comissão Europeia confirma que as diretivas Aves e Habitats da UE serão mantidas inalteradas após uma campanha promovida por várias ONGAs europeias que conseguiu uma participação recorde dos cidadãos europeus. A Coligação C6, que integra as maiores Associações de Defesa do Ambiente portuguesas e é constituída pelo GEOTA, FAPAS, LPN, Quercus, SPEA e WWF Portugal, considera que agora é necessário reforçar a implementação das diretivas.

O Presidente Juncker e a sua Comissão confirmaram hoje que as diretivas da proteção da natureza na UE - as Diretivas Aves e Habitats - serão salvas e não revistas e enfraquecidas, pondo fim a dois anos de incerteza sobre o seu futuro. A Comissão Europeia promete ainda um plano para implementar e fazer cumprir melhor essas diretivas.

Esta é uma vitória dos cidadãos europeus que, no âmbito da campanha SOS Natureza que decorreu em 2015 conseguindo uma mobilização recorde de meio milhão de pessoas, pediram à Comissão para salvar e fazer cumprir essas diretivas. As organizações que constituem a C6 participaram ativamente na campanha, mobilizando os portugueses para a proteção da natureza.

As diretivas Aves e Habitats da UE são fundamentais para a proteção da natureza na Europa, salvaguardando mais de 1.400 espécies ameaçadas e um milhão de quilómetros quadrados de habitats naturais, que constituem a Rede Natura 2000. As ONGs ambientais da C6 saúdam a decisão da Comissão e salientam que o trabalho mais difícil ainda está por vir.

Domingos Leitão, Coordenador da C6, afirma que “para transformar esta decisão numa verdadeira vitória para a natureza, é necessário apresentar propostas para implementar e fazer cumprir as diretivas Aves e Habitats.” Nomeadamente, “mais fundos para a conservação da natureza e para a gestão da Rede Natura, e melhores leis e políticas nos sectores da agricultura, caça, pesca, energia, transportes e ordenamento do território.” Existe um **vasto apoio público e político para a manutenção das Diretivas Aves e Habitats** e para assegurar a sua integral e efetiva implementação:

☑ No passado ano, mais de meio milhão de cidadãos da UE participaram na **consulta pública** das Diretivas – a maior participação na história das consultas da CE. Mais de 94% das respostas pediram a manutenção da legislação.

☑ Em dezembro de 2015 os **Estados Membros** adotaram unanimemente as Conclusões do Conselho de Ambiente nas quais sublinharam a importância de “não diminuir os padrões de proteção da natureza” das Diretivas Aves e Habitats e de “manter a certeza legal para todos os *stakeholders*” e confirmaram que a sua eficácia “depende da implementação consistente e de recursos financeiros adequados, assim como da integração da biodiversidade noutras políticas sectoriais”. Uma grande maioria dos Estados Membros da UE apelou também diretamente à Comissão Europeia para manter a atual estrutura legislativa e para se focar numa melhor implementação.

☑ O **Parlamento Europeu**, tendo reconhecido que o problema chave da conservação da natureza não é a própria legislação da UE, votou também por esmagadora maioria contra a possível revisão das Diretivas.

Adicionalmente, o recente relatório *“Evaluation study to support the Fitness Check of the Birds and Habitats Directives”*¹ é inequivocamente claro em que: “as Diretivas são aptas para o seu propósito, demonstrando claramente valor acrescentado para a UE [*the Directives are fit for purpose, clearly demonstrating EU added value*]”.

Desta forma apelamos a que V. Exa. desempenhe um papel ativo no assegurar de que as Diretivas Aves e Habitats sejam mantidas. O foco de futuras ações deverá ser na implementação das Diretivas e no combate à agricultura insustentável e ao desenvolvimento de infraestruturas prejudiciais, as causas primordiais de perda de biodiversidade. Isto confirmará aos cidadãos da UE, dos quais 67% pretendem que a UE seja mais ativa na proteção do ambiente (Eurobarómetro 1/7/2016), que esta Comissão se envolve e escuta quando é solicitada, e que a UE tem um forte compromisso

14-12-2016 Nota de Imprensa “A PALP congratula a decisão do Governo em travar alguns contratos no Algarve mas vai continuar a desenvolver iniciativas para a cessação definitiva de todos os contratos.”

Face às recentes notícias que vieram a público e que dão conta da decisão do Governo para travar os contratos para prospeção e exploração de petróleo no Algarve, a Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP), Plataforma onde estão representadas diversas organizações, entre as quais as maiores organizações de defesa do ambiente nacionais, **congratula-se com a mesma.**

Com efeito, as informações que têm vindo a ser veiculadas vêm ao encontro daquilo que são algumas das posições defendidas ao longo dos últimos anos pela PALP e representam um importante passo no sentido de tornar Portugal um país mais sustentável e livre de prospecções e explorações de hidrocarbonetos. No entanto, é preocupante o facto de ser igualmente veiculado na referida notícia a informação de que o contrato da ENI/GALP na costa vicentina foi prorrogado por mais um ano.

Contudo, e uma vez que se aguarda a confirmação oficial relativamente a esta informação e dados complementares que podem ajudar a clarificar a situação, que não surpreende já que todos os processos de prospecção e exploração estão cheios de ilegalidades, a PALP pretende que possa receber toda a clarificação necessária sobre o assunto durante a entrega do postal gigante endereçado ao Primeiro Ministro, hoje às 14h no palácio de São Bento.

A PALP aguarda que uma decisão de igual teor venha a ser tomada para todas as outras concessões em vigor, nomeadamente na área do Litoral Alentejano e irá continuar a desenvolver ações para que todos os processos de prospecção e exploração terminem.

ANEXO 2 - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2016

ARTIGOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 2016

- 09-01-2016 | Porto Canal | Quercus satisfeita com garantia de ministro de que vai manter orgânica e responsáveis
- 09-01-2016 | RTP | Quercus satisfeita com garantia de ministro de que vai manter orgânica e responsáveis
- 05-02-2016 | negócios.pt | Construir ou não mais barragens, eis a questão para o Governo
- 07-02-2016 | Diário Digital | Ambientalistas querem que Governo suspenda construção de barragens
- 12-03-2016 | Gazeta das Caldas | O que é o Erasmus +
O que é o Erasmus+
- 07-03-2016 | Sul Informação | Ópera sem vozes estreia-se em Sines antes de se apresentar em Madrid
- 19-03-2017 | Jornal Tinta Fresca | Campanha do Coastwatch percorre litoral da Nazaré
- 22-03-2016 | Jornal de Alcobaça | Campanha do Coastwatch percorre litoral
- 22-03-2016 | Jornal Região da Nazaré | Campanha do Coastwatch percorre litoral
- 23-03-2016 | Noticias do Nordeste | Ministério do Ambiente "entupido" com cartas contra o Plano Nacional de Barragens
- 30-03-2016 | Sul Informação | Ambientalista Joanaz de Melo é o convidado da Faro 1540 para falar do petróleo no Algarve
- 08-04-2016 | Noticias do Douro | Barragens cada vez mais questionadas
- 20-04-2016 | Observador | Ambientalistas e autarcas contestam revisão do Programa Nacional de Barragens
- 30-04-2016 | Observador | Pela primeira vez há análises e revelam situação descontrolada. Glifosato: O herbicida que contamina Portugal
- 09-05-2016 | Jornal Tinta Fresca | Plataforma Transgénicos Fora denuncia: Glifosato é o herbicida que contamina Portugal
- 23-05-2016 | TVI 24 | Balões são um "perigo" quando se tornam lixo
- 02-06-2016 | Green Savers Sapo | Águas de Portugal Co-Organiza Conferência Sobre Objectivos do Desenvolvimento Sustentável
- 02-06-2016 | Rostos.pt | Seminário «A Pequena Pesca: Potencial para a Sustentabilidade»
- 02-06-2016 | Região de Leiria | Protesto "à porta" da gala Porco d'Ouro contra descargas de efluentes no rio
- 16-08-2016 | Sul Informação | Ambientalistas exigem que caça à rola-brava seja proibida «já este ano»
- 18-08-2016 | Rádio Portalegre | Coligação C6 exige proibição da caça à rola-brava
- 17-08-2016 | Jornal Tinta Fresca | Coligação C6 exige proibição já este ano da caça à Rola-brava, espécie em risco de extinção
- 22-09-2016 | Noticias do Nordeste | Ambientalistas retiram-se da Comissão de Acompanhamento Ambiental da barragem de Foz Tua
- 22-09-2016 | Onda Livre | Ambientalistas não vão participar mais na Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua
- 22-09-2016 | TV 24 | Ambientalistas denunciam enchimento da albufeira do Tua "de forma ilegal"
- 22-09-2016 | Onda Livre FM | Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua diz não se rever na decisão das associação ambientalistas

22-09-2016 | Observador | Ambientalistas abandonam Comissão de Acompanhamento da barragem do Tua

22-09-2016 | Green Savers Sapo | Movimento Menos Um Carro: O Manifesto para a Mobilidade Sustentável

22-09-2016 | Onda Livre FM | Ambientalistas batem com a porta da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

22-09-2016 | Onda Livre FM | Ministro do Ambiente afirma que nada de ilegal foi feito no Tua

16-10-2016 | Visão | Estaremos condenados a continuar viver sob ameaça da Central Nuclear de Almaraz?

21-10-2016 | Jornal de Negócios | Associações ambientalistas dizem que "taxa bala" é insuficiente

22-10-2016 | Açoriano Oriental | Ambientalistas querem incentivos a eficiência energética e produtos com mais tempo no Orçamento do Estado

22-10-2016 | 24 Sapo | Ambientalistas querem incentivos a eficiência energética e produtos com mais tempo

24-10-2016 | Diário Noticias | Associações de ambiente apresentaram propostas concretas que gostariam de ver contempladas no Orçamento de Estado para o próximo ano

26-10-2016 | TVI 24 | Manifs contra prospeção de petróleo em Portugal em novembro

26-10-2016 | Observador | Manifestações marcadas para novembro contra prospeção de petróleo em Portugal

26-10-2016 | 24 Sapo | Manifestações marcadas para novembro contra prospeção de petróleo em Portugal

02-11-2016 | Jornal de Negócios | Acordo sobre alterações climáticas entra em vigor na sexta-feira

07-11-2016 | Expresso | E a sustentabilidade ambiental pá?

06-11-2016 | 24 Sapo | Portugal entre os melhores nas políticas contra alterações climáticas - índice CCPI

16-11-2016 | Jornal de Noticias | Portugal entre os melhores nas políticas contra alterações climáticas

16-11-2016 | Observador | Portugal entre os melhores nas políticas contra alterações climáticas

RESUMO DOS ARTIGOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 2016

<http://portocanal.sapo.pt/noticia/78928/>

Porto Canal

DATA: 09-01-2016

09-01-2016 | Porto Canal | Quercus satisfeita com garantia de ministro de que vai manter orgânica e responsáveis

Os ambientalistas da Quercus dizem ter ficado satisfeitos com a indicação do ministro do Ambiente de que vai manter a orgânica e os responsáveis das entidades que tutela e com esperança no cancelamento de quatro das novas barragens.

"O que nos foi indicado pelo ministro é que não haverá mexidas nem na orgânica nem nos responsáveis", o que "nos deixou satisfeitos porque no anterior Governo, com as mexidas, houve cerca de dois anos em que as coisas estiveram a definir-se", disse hoje à agência Lusa o presidente da associação de defesa do ambiente, João Branco.

Assim, "é bom que este Governo continue com a orgânica intacta" para funcionar desde o início da legislatura, reforçou.

A associação foi recebida pelo novo ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, na sexta-feira, para apresentação de cumprimentos, aproveitando para expor alguns dos assuntos que preocupam os ambientalistas, como o Plano Nacional de Barragens, a salvaguarda da Reserva Ecológica Nacional, o regime de arborização, as metas de incineração de resíduos ou a construção de uma unidade de incineração de lixo em S.Miguel, nos Açores.

"Se houvesse mexidas, demoraria vários meses até a situação estabilizar, com prejuízo para as políticas ambientais e o facto de não haver [alterações] satisfaz-nos", salientou João Branco.

Quanto ao Plano Nacional de Barragens, alvo de várias críticas das associações de defesa do ambiente, como a Quercus ou o GEOTA, João Branco referiu que "o ministro confirmou que está no programa do Governo a reavaliação", mas não deu "qualquer garantia ou sequer indicação" do que pretende fazer o executivo de António Costa nesta área.

Atualmente, só quatro barragens do plano ainda não começaram as obras, uma delas a de Fridão, em Amarante, concessionada à EDP, e outras as unidades da cascata do Alto Tâmega, concessionadas à Iberdrola, como explicou ambientalista.

A reavaliação do Plano "ainda nos deixa esperança de que essas quatro barragens possam vir a ser canceladas", realçou, recordando as consequências negativas da construção, nomeadamente o transporte de areia para o litoral.

Quanto à Reserva Ecológica Nacional (REN), que originou alguma polémica a propósito de declarações da anterior ministra da Agricultura, Assunção Cristas, entendidas como apontando para um eventual fim deste diploma, os responsáveis da Quercus ficaram mais tranquilos.

"A REN tem tido ao longo dos anos vários ataques e, muitas vezes, as autarquias consideram-na como um empecilho porque inviabiliza construções, mas o ministro garantiu" que a vai manter, realçou João Branco.

Assim, o ministro "considera que é um instrumento muito importante no ordenamento do território o que nos deixou muito satisfeitos uma vez que na anterior legislatura esteve iminente a extinção da REN", apontou.

http://www.rtp.pt/noticias/politica/quercus-satisfeita-com-garantia-de-ministro-de-que-vai-manter-orgânica-e-responsaveis_n886927#

RTP

DATA: 09-01-2016

09-01-2016 | RTP | **Quercus satisfeita com garantia de ministro de que vai manter orgânica e responsáveis**

Os ambientalistas da Quercus dizem ter ficado satisfeitos com a indicação do ministro do Ambiente de que vai manter a orgânica e os responsáveis das entidades que tutela e com esperança no cancelamento de quatro das novas barragens.

"O que nos foi indicado pelo ministro é que não haverá mexidas nem na orgânica nem nos responsáveis", o que "nos deixou satisfeitos porque no anterior Governo, com as mexidas, houve cerca de dois anos em que as coisas estiveram a definir-se", disse hoje à agência Lusa o presidente da associação de defesa do ambiente, João Branco.

Assim, "é bom que este Governo continue com a orgânica intacta" para funcionar desde o início da legislatura, reforçou.

A associação foi recebida pelo novo ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, na sexta-feira, para apresentação de cumprimentos, aproveitando para expor alguns dos assuntos que preocupam os ambientalistas, como o Plano Nacional de Barragens, a salvaguarda da Reserva Ecológica Nacional, o regime de arborização, as metas de incineração de resíduos ou a construção de uma unidade de incineração de lixo em S.Miguel, nos Açores.

"Se houvesse mexidas, demoraria vários meses até a situação estabilizar, com prejuízo para as políticas ambientais e o facto de não haver [alterações] satisfaz-nos", salientou João Branco.

Quanto ao Plano Nacional de Barragens, alvo de várias críticas das associações de defesa do ambiente, como a Quercus ou o GEOTA, João Branco referiu que "o ministro confirmou que está no programa do Governo a reavaliação", mas não deu "qualquer garantia ou sequer indicação" do que pretende fazer o executivo de António Costa nesta área.

Atualmente, só quatro barragens do plano ainda não começaram as obras, uma delas a de Fridão, em Amarante, concessionada à EDP, e outras as unidades da cascata do Alto Tâmega, concessionadas à Iberdrola, como explicou ambientalista.

A reavaliação do Plano "ainda nos deixa esperança de que essas quatro barragens possam vir a ser canceladas", realçou, recordando as consequências negativas da construção, nomeadamente o transporte de areia para o litoral.

Quanto à Reserva Ecológica Nacional (REN), que originou alguma polémica a propósito de declarações da anterior ministra da Agricultura, Assunção Cristas, entendidas como apontando para um eventual fim deste diploma, os responsáveis da Quercus ficaram mais tranquilos.

"A REN tem tido ao longo dos anos vários ataques e, muitas vezes, as autarquias consideram-na como um empecilho porque inviabiliza construções, mas o ministro garantiu" que a vai manter, realçou João Branco.

Assim, o ministro "considera que é um instrumento muito importante no ordenamento do território o que nos deixou muito satisfeitos uma vez que na anterior legislatura esteve iminente a extinção da REN", apontou.

http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/energia/detalhe/governo_vai_analisar_se_constroi_ou_na_o_mais_barragens.html

Negócios.pt

DATA: 05-02-2016

05-02-2016 | negócios.pt | **Construir ou não mais barragens, eis a questão para o Governo**

O Executivo de António Costa compromete-se a "reanalisar as barragens cujas obras não se iniciaram". Do Plano Nacional de Barragens, restam cinco hídricas por construir.

Vai ser um ano para estudar o dossiê das barragens. O Governo compromete-se a reanalisar a construção das barragens que ainda não avançaram.

"O Plano Nacional de Barragens, de elevado potencial hidroelétrico, será objecto de reanálise", pode ler-se na proposta final do Orçamento do Estado para 2016, divulgada esta sexta-feira, 5 de Fevereiro.

O Executivo de António Costa garante assim que vai "reanalisar as barragens cujas obras não se

iniciaram". No documento, são apontadas as barragens do "Tâmega e do Fridão".

A promessa de reavaliar as centrais hídricas vai de encontro ao compromisso assinado entre o [PS e Os Verdes em Novembro](#). No documento, os socialistas e os ecologistas dão o exemplo das três barragens da cascata do Tâmega cuja construção ainda não avançou: Gouvães, Alto Tâmega/Vidago e Daivões. A construção e gestão destes projectos foi atribuída à espanhola [Iberdrola](#).

Foi em 2007 que José Sócrates lançou o Plano Nacional de Barragens (PNB) que incluía inicialmente dez novas barragens. O objectivo seria atingir até 2020 uma capacidade hidroelétrica superior a sete mil megawatts e em que as novas barragens assegurassem valores de potência instalada adicional na ordem dos dois mil megawatts.

Passados oito anos do lançamento do PNB, restam agora seis projectos dos 10 projectos iniciais. Dois dos projectos não conseguiram atrair investidores: Pinhosão no rio Vouga e Almourol no Rio Tejo. Já a [barragem de Padroselos - nos rios Beça/Tâmega e a ser construída e explorada pela Iberdrola](#) - foi chumbada em 2010 por questões ambientais.

Mais tarde, o projecto do Alvito em Castelo Branco, um investimento de 360 milhões de euros, [foi suspenso pela EDP em Novembro de 2011](#).

Restam assim seis barragens do plano actual, mas, destes projectos, somente um já teve início, segundo uma [análise do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente \(GEOTA\)](#) à execução do PNB. A construção da [barragem de Foz Tua pela EDP](#) teve início em 2011 e deverá estar concluída no segundo semestre de 2016.

Inicialmente, o plano deveria estar concluído em 2020, mas os restantes cinco projectos ainda não saíram do papel: três no rio Tâmega (Fridão, Daivões, Alto Tâmega); Mondego (Girabolhos-Bogueira) e Gouvães (Douro).

Em relação à barragem do Fridão, a [EDP perdeu o direito aos incentivos do Estado](#) ao investimento na construção da Barragem de Fridão, porque não cumpriu os prazos do processo de licenciamento.

| |
|---|
| http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=810674 |
|---|

| | |
|----------------|------------------|
| Diário Digital | DATA: 07-02-2016 |
|----------------|------------------|

07-02-2016 | Diário Digital | Ambientalistas querem que Governo suspenda construção de barragens

Os ambientalistas querem que o Governo de António Costa suspenda a construção das barragens do Tâmega e Fridão por considerarem ser um «dos maiores crimes» cometidos em Portugal contra o ambiente.

Em declarações hoje à Lusa, representantes das associações ambientalistas Quercus e Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) esperam que o Governo demonstre o seu interesse pela conservação da natureza e a coloque acima dos interesses económicos por classificarem as barragens como um "escândalo financeiro de magnitude equivalente ao BES e BPN".

O Governo vai reavaliar as unidades do Plano Nacional de Barragens de elevado potencial hidroelétrico que ainda não começaram a ser construídas, do Tâmega e Fridão, refere a proposta de Orçamento do Estado para 2016 (OE2016).

"O Plano Nacional de Barragens é o maior crime cometido em Portugal contra o ambiente e foi feito por um Governo do PS, portanto, este Governo PS tem agora a oportunidade de se redimir e emendar a mão", disse à Lusa o presidente da Quercus, João Branco.

O dirigente frisou que esta "reavaliação" das barragens só foi introduzida no programa de Governo pelos partidos que o suportam porque a vontade do PS era a sua continuação.

"O que nós queremos é que o Governo PS cancele, de uma vez por todas, a construção das barragens e dê importância ao assunto da conservação ambiental, mas temos muitas dúvidas de que isso vá acontecer", realçou.

João Branco lembrou que as barragens vão prejudicar a qualidade de água, ameaçar a conservação e reprodução de determinadas espécies, inundar terrenos agrícolas, afetar o desenvolvimento socioeconómico das regiões ou o turismo de natureza.

A Quercus pediu já uma audiência a todos os grupos parlamentares para debater esta questão.

Para o coordenador do grupo de trabalho da reforma fiscal da GEOTA, João Joanaz de Melo, o plano de barragens é "completamente disparatado" não só em termos ambientais, mas em termos económicos.

"Estes negócios são ruinosos, não têm qualquer hipótese de ser rentáveis, portanto, os sucessivos governos não estão só a mentir aos portugueses, mas aos próprios acionistas das empresas", disse.

João Joanaz de Melo, além de alertar para a mudança do clima, o património inundado ou a deterioração da qualidade da água, algo que vai prejudicar as populações, sustentou que isto é "um escândalo financeiro de magnitude equivalente ao BPN ou BES".

E venceu: "estes negócios não são para servir o interesse público, mas o interesse de algumas grandes empresas".

O Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET), que inclui as barragens de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões, foi concessionado à espanhola Iberdrola e representa um investimento de 1.200 milhões de euros, que vai criar 3.500 diretos e cerca de 10.000 indiretos.

Este empreendimento hidroelétrico vai ter uma potência total instalada de 1.158 megawatts e produzir 1.766 gigawatts por hora.

A Barragem de Fridão, no rio Tâmega, concessionada à EDP, integra desde 2008 o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), num investimento estimado de 304 milhões de euros.

| | |
|---|--|
| http://gazetacaldas.com/diversos/12-marco-o-que-e-o-erasmus-2/ | |
|---|--|

| | |
|-------------------|------------------|
| Gazeta das Caldas | DATA: 12-03-2016 |
|-------------------|------------------|

12-03-2016 | Gazeta das Caldas | O que é o Erasmus +

O que é o Erasmus+

Sábado, 12 de Março, das 9h30 às 18h00, decorre uma acção de informação sobre o Programa Erasmus+ no Centro Ecológico Educativo do Paul Tornada Prof. João Evangelista. Joaquim Jorge apresentará o programa nas áreas temáticas da Educação e Adultos, Educação Escolar, Ensino Profissional e Juventude. A participação é gratuita e aberta a toda a comunidade, mas requer inscrição através do e-mail geota@geota.pt.

<http://www.sulinformacao.pt/2016/03/opera-sem-vozes-estreia-se-em-sines-antes-de-se-apresentar-em-madrid/>

Sul Informação

DATA: 07-03-2016

07-03-2016 | Sul Informação | Ópera sem vozes estreia-se em Sines antes de se apresentar em Madrid

«*Sempre/Ainda: Ópera sem vozes*» é a obra contemporânea que será apresentada no segundo concerto do Festival Terras sem Sombra, marcado para o próximo sábado, dia 12 de Março, no Centro das Artes, em Sines.

José António Falcão, diretor do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja e diretor-geral do Festival, salienta, em entrevista ao **Sul Informação**, que esta peça do compositor Alfredo Aracil tem «libreto de uma grande figura das letras espanholas, que é Alberto Corazón». «Estamos a falar da primeira divisão da música espanhola da atualidade», num concerto que «se apresenta no Centro das Artes de Sines, antes de ser apresentado em Madrid, no Centro Rainha Sofia, ou em Sevilha», o que «dá uma noção da importância».

Esta é uma das duas óperas que serão apresentadas na edição deste ano do festival, mas com a particularidade de ser uma ópera...sem vozes. Estranho, não?

José António Falcão explica que será «uma experiência estética muito envolvente. Estamos a falar de uma ópera sem vozes. É uma novidade, é algo que vem, de certo modo, revolucionar aquilo que nós consideramos como o género operático e que aqui está associado à imagem, quer fixa, quer em movimento, porque há também uma projeção multimédia».

Mas esta será «uma experiência estética inesquecível, também porque fala do que está neste momento a acontecer na Síria. O autor faz uma reflexão, a partir da sua memória de uma estadia na Síria antes da guerra, que hoje infelizmente é uma memória truncada e quase perdida», depois de toda a destruição.

Alberto Corazón é um artista de referência dos nossos dias, um mais importantes designers da transição do século XX para o XXI, mas também pintor, fotógrafo e escritor muito conceituado.

Ele foi um dos últimos europeus a visitar extensamente o património sírio antes do país mergulhar no caos, apercebendo-se da sua enorme importância para o conhecimento da história da humanidade: aí nasceu, aliás, grande parte do que se entende hoje como civilização. «Foi a memória desse diálogo com a arte antiga da Síria, traduzida em textos poéticos de notável beleza e impregnada de uma espiritualidade associada ao próprio devir do tempo, que forneceu o fio condutor de *Sempre/Ainda*», salienta a organização do Festival.

O concerto reúne, assim, três criadores que ostentam os prémios nacionais espanhóis de Design, Composição e Interpretação Musical, que coincidem naquele que será talvez o mais insólito espetáculo desta edição, uma “ópera sem vozes”, a partir de textos de Damasco Suite, de Alberto Corazón, com música composta por Alfredo Aracil e interpretação ao piano por Juan Carlos Garvayo. Na realização multimédia, inspirada por pinturas de Alberto Corazón, colabora também Simón Escudero.

«*Sempre/Ainda*» é um espetáculo singular em que a música para piano solo e as imagens projetadas vão revelando, pouco a pouco, os textos de Alberto Corazón (traduzidos para português pelo poeta Ruy Ventura). «A sua matéria-prima resulta de anotações, tiradas dos cadernos de viagem, pelo autor, durante aquela transcendental estadia em Damasco. Uma reflexão lúcida e acutilante sobre uma realidade que nos interpela a todos».

O concerto está marcado para o Centro das Artes de Sines, no sábado, dia 12, às 21h30. A entrada é gratuita, mas sujeita à capacidade da sala.

Mesa-redonda e ação pela biodiversidade

Preparando a apresentação da ópera, realiza-se no dia anterior, 11 de março, sexta-feira, às 21h30, na cafetaria do Centro das Artes, uma mesa-redonda, intitulada *Memória e Criação*, com Alberto Corazón, Alfredo Aracil, Juan Carlos Garvayo, Juan Ángel Vela del Campo – diretor artístico do Festival –, Ruy Ventura – tradutor do libreto para português – e José António Falcão. A moderação corre a cargo de José Carlos Seabra Pereira, professor da Universidade de Coimbra e diretor do Secretariado Nacional de Pastoral da Cultura.

Na manhã de domingo, 13 de Março, às 10h00, artistas, espetadores, membros da comunidade local e outros voluntários associam-se, como é costume, para uma ação de salvaguarda da biodiversidade. Esta denomina-se *Mãos à Obra em Sines: O Projeto Coastwatch e a Monitorização Voluntária da Beira-mar* e realiza-se em colaboração com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e o GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, com o apoio do Município e da Capitania do Porto de Sines.

Coastwatch é um projeto de âmbito europeu que permite obter uma caracterização geral da faixa costeira, envolvendo inúmeros voluntários, a título individual ou em grupo. O seu grande objetivo é a caracterização, ao longo do litoral, de fenómenos-chave, relacionados com os seguintes aspetos: salvaguarda da biodiversidade; zonamento costeiro; erosão marítima; resíduos; contaminação; e pressões antrópicas.

Os voluntários do Terras sem Sombra – uma iniciativa da sociedade civil que tem mobilizado o Baixo Alentejo para a conservação da natureza – associam-se a estes trabalhos com a realização de várias atividades de monitorização na orla litoral de Sines.

Em paralelo, será recolhido o lixo marinho encontrado ao longo dos percursos junto ao mar. Podem ser colhidas mais informações no site do Festival ou através do telefone 962 414 521 (dpdb@sapo.pt).

De entrada livre, o Festival Terras sem Sombra, organizado pelo Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, prolonga-se até 2 de Julho, e segue para Santiago do Cacém, Ferreira do Alentejo, Odemira, Serpa, Castro Verde e Beja, sob o título *Torna-Viagem: o Brasil, a África e a Europa (Da Idade Média ao Século XX)*. Um hino ao Baixo Alentejo: à beleza dos seus espaços naturais e ao prazer da descoberta cultural ao alcance de quem o deseje.

| |
|---|
| http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=5c459c04-ff4d-4d00-b294-5bf9c224bc22 |
|---|

| |
|---------------------|
| Jornal Tinta Fresca |
|---------------------|

| |
|------------------|
| DATA: 19-03-2016 |
|------------------|

19-03-2017 | Jornal Tinta Fresca | Campanha do Coastwatch percorre litoral da Nazaré

no dia 10 de março mais uma Campanha do Coastwatch no concelho da Nazaré, que irá percorrer toda a linha de costa até meados de abril.

A Campanha de Monitorização Voluntária do Litoral teve início na Praia do Salgado com uma ação de limpeza em 2,5 km do areal da praia, realizada pelos alunos da Escola Profissional da Nazaré.

Plástico, madeiras e artes de pesca voltaram a ser os resíduos mais vezes encontrados e recolhidos, a exemplo do que tem acontecido em edições anteriores.

Sensibilizar para comportamentos adequados com o meio ambiente e alertar para a responsabilidade da participação de todos de forma ativa no desenvolvimento sustentável do litoral e do país, são os principais objetivos desta iniciativa, que todos os anos envolve a comunidade escolar.

O Coastwatch é um projeto de âmbito europeu, que permite obter uma caracterização geral da faixa costeira, envolvendo voluntários, individual ou em grupo (escolas, CNE, associações, ONGAs, famílias, amigos). Pretende-se caracterizar, no Litoral, a Biodiversidade; a Zonação Costeira (zona entremarés, zona supratidal e zona interior contígua); Erosão Costeira; Resíduos; Contaminação e Pressões Antrópicas.

Coordenador Nacional: GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Coordenação Regional: Câmara Municipal da Nazaré

Escolas Participantes: Grupo GPS - Externato Dom Fuas Roupinho, Agrupamento de Escolas da Nazaré, Clube Naval da Nazaré, Escola Profissional da Nazaré, For-Mar, Universidade Sénior e CERCINA.

| |
|---|
| https://alcobaca.regiaodanazare.com/JournalNews/Journalnewsdetail.aspx?news=0a34fd90-b485-4d55-bd9f-319317513fb7 |
|---|

| |
|-------------------|
| Jornal de Alcobça |
|-------------------|

| |
|------------------|
| DATA: 22-03-2016 |
|------------------|

22-03-2016 | Jornal de Alcobça | Campanha do Coastwatch percorre litoral

Começou no dia 10 de março mais uma Campanha do Coastwatch no concelho da Nazaré, que irá percorrer toda a linha de costa até meados de abril.

A Campanha de Monitorização Voluntária do Litoral teve início na Praia do Salgado com uma ação de limpeza em 2,5 km do areal da praia, realizada pelos alunos da Escola Profissional da Nazaré.

Plástico, madeiras e artes de pesca voltaram a ser os resíduos mais vezes encontrados e recolhidos, a exemplo do que tem acontecido em edições anteriores.

Sensibilizar para comportamentos adequados com o meio ambiente e alertar para a responsabilidade da participação de todos de forma ativa no desenvolvimento sustentável do litoral e do país, são os principais

objetivos desta iniciativa, que todos os anos envolve a comunidade escolar.

O Coastwatch é um projeto de âmbito europeu, que permite obter uma caracterização geral da faixa costeira, envolvendo voluntários, individual ou em grupo (escolas, CNE, associações, ONGAs, famílias, amigos). Pretende-se caracterizar, no Litoral, a Biodiversidade; a Zonação Costeira (zona entremarés, zona supratidal e zona interior contígua); Erosão Costeira; Resíduos; Contaminação e Pressões Antrópicas.

Coordenador Nacional: GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Coordenação Regional: Câmara Municipal da Nazaré

Escolas Participantes: Grupo GPS – Externato Dom Fuas Roupinho, Agrupamento de Escolas da Nazaré, Clube Naval da Nazaré, Escola Profissional da Nazaré, For-Mar, Universidade Sénior e CERCINA.

| |
|---|
| http://regiaodanazare.com/JournalNews/Journalnewsdetail.aspx?news=217cfedc-90c6-43aa-92e4-d76d5999e0d8 |
|---|

| |
|-------------------------|
| Jornal Região da Nazaré |
|-------------------------|

| |
|------------------|
| DATA: 22-03-2016 |
|------------------|

22-03-2016 | Jornal Região da Nazaré | Campanha do Coastwatch percorre litoral

Começou no dia 10 de março mais uma Campanha do Coastwatch no concelho da Nazaré, que irá percorrer toda a linha de costa até meados de abril.

A Campanha de Monitorização Voluntária do Litoral teve início na Praia do Salgado com uma ação de limpeza em 2,5 km do areal da praia, realizada pelos alunos da Escola Profissional da Nazaré.

Plástico, madeiras e artes de pesca voltaram a ser os resíduos mais vezes encontrados e recolhidos, a exemplo do que tem acontecido em edições anteriores.

Sensibilizar para comportamentos adequados com o meio ambiente e alertar para a responsabilidade da participação de todos de forma ativa no desenvolvimento sustentável do litoral e do país, são os principais objetivos desta iniciativa, que todos os anos envolve a comunidade escolar.

O Coastwatch é um projeto de âmbito europeu, que permite obter uma caracterização geral da faixa costeira, envolvendo voluntários, individual ou em grupo (escolas, CNE, associações, ONGAs, famílias, amigos). Pretende-se caracterizar, no Litoral, a Biodiversidade; a Zonação Costeira (zona entremarés, zona supratidal e zona interior contígua); Erosão Costeira; Resíduos; Contaminação e Pressões Antrópicas.

Coordenador Nacional: GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Coordenação Regional: Câmara Municipal da Nazaré

Escolas Participantes: Grupo GPS – Externato Dom Fuas Roupinho, Agrupamento de Escolas da Nazaré, Clube Naval da Nazaré, Escola Profissional da Nazaré, For-Mar, Universidade Sénior e CERCINA.

| |
|---|
| http://www.noticiasdonordeste.pt/2016/03/ministerio-do-ambiente-entupido-com.html |
|---|

| |
|----------------------|
| Noticias do Nordeste |
|----------------------|

| |
|------------------|
| DATA: 23-03-2016 |
|------------------|

23-03-2016 | Noticias do Nordeste | Ministério do Ambiente "entupido" com cartas contra o Plano Nacional de Barragens

Mobilização contra o Plano Nacional de Barragens cresce hora a hora e perto de 700 pessoas já enviaram uma carta ao Ministro do Ambiente, exigindo o seu cancelamento imediato.

O desafio foi lançado pela associação de defesa do ambiente GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, no âmbito do projecto Rios Livres: [Diga ao Ministro do Ambiente que não quer mais barragens](#). Foi a 14 de Março, Dia Internacional de Ação contra as Barragens e para os Rios, a Água e a Vida. Uma semana depois, no dia Mundial da Água, que hoje se comemora, quase 700 pessoas já enviaram uma mensagem a João Pedro Matos Fernandes.

Fruto do acordo político entre o Partido Socialista e o Partido Ecologista Os Verdes, que ajudou a viabilizar o executivo liderado

por António Costa, o Programa do XXI Governo Constitucional prevê “reavaliar o Plano Nacional de Barragens (PNB), no que diz respeito às barragens cujas obras ainda não se iniciaram”.

Em causa estão as barragens de Fridão (concessionada à EDP), Daivões, Gouvães e Alto Tâmega (integrantes do Sistema Eletroprodutor do Tâmega, da Iberdrola), na bacia do rio Tâmega, e Girabolhos-Bogueira (concessionadas à Endesa), no rio Mondego.

Dando cumprimento ao assinado, o Ministro do Ambiente anunciou no Parlamento, durante a discussão do Orçamento de Estado para 2016, que até ao final de março informaria o país sobre os resultados dessa reavaliação.

Marlene Marques, presidente do GEOTA, é cautelosa na análise a esta decisão. “Infelizmente, esta reavaliação, padece do mesmo obscurantismo que envolveu o todo PNB. Não é público quem são as pessoas ou os organismo públicos que a estão a realizar. Em que pressupostos, dados ou estudos assenta? Que metodologia é seguida? Quem foi ouvido? Onde está a participação das populações locais? Se a análise é apenas de secretaria, tememos que seja só mais uma manobra política. O que lamentamos, porque este Ministro podia fazer a diferença”, argumenta.

A líder da associação ambientalista prossegue: “Não somos contra barragens porque sim. Somos contra a construção destas novas obras por serem inúteis. Já temos 231 grandes barragens em Portugal. Há anos que defendemos o cancelamento do Programa Nacional de Barragens. Por ser despesista, assentar em pressupostos errados e pelos reduzidos benefícios que traz ao País, face ao seu elevado custo económico, ambiental e social.”

“Em especial desafiamos o Governo a revogar de imediato o incentivo ao investimento em novas barragens constante na Portaria 251/2012. Até termos notícia de que o PNB morreu vamos batalhar por isso. Esta carta, que lançamos, é uma forma de mostrar ao senhor Ministro do Ambiente que este tema não é pacífico e que tem de ser discutido, evitando a todo o custo a destruição irreversível de património que nos pertence a todos e que é motor de desenvolvimento local: as magníficas paisagens em vias de extinção!”

<http://www.sulinformacao.pt/2016/03/ambientalista-joanaz-de-melo-e-o-convidado-da-faro-1540-para-falar-do-petroleo-no-algarve/>

Sul Informação

DATA: 30-03-2016



João Joanaz de Melo, professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e há muitos anos ligado ao movimento ambientalista em Portugal, é o convidado da associação Faro 1540, para falar sobre “A Dependência Energética de Portugal e a Exploração de Petróleo e Gás Natural no Algarve”.

A conferência está marcada para sábado, dia 9 de Abril, no âmbito do jantar comemorativo do 7º aniversário daquela associação, que terá lugar no restaurante “Tertúlia Algarvia”, localizado na Cidade Velha, na Praça D. Afonso III (Faro).

Joanaz de Melo é engenheiro do Ambiente e doutorado na mesma área, desenvolvendo ensino, investigação e consultoria em avaliação de impactes, eficiência energética, sustentabilidade e instrumentos económicos de ambiente.

É autor do livro “O que é Ecologia” e de 206 publicações científicas (83 internacionais) . É ativista de ambiente nas horas vagas e foi fundador e presidente da Organização Não Governamental de âmbito nacional GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente).

<http://www.dodouro.com/noticia.asp?idEdicao=562&id=34286&idSeccao=6006&Action=noticia>

Noticias do Douro

DATA: 08-04-2016

08-04-2016 | Notícias do Douro | Barragens cada vez mais questionadas

O Ministério do Ambiente está a receber centenas de cartas visando a suspensão do Plano Nacional de Barragens. A iniciativa partiu da GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, e visa levar o Governo a rever rapidamente um Plano que nunca deveria ter sido equacionado. E a GEOTA justifica: "Portugal já tem 231 grandes Barragens. O Plano Nacional de Barragens é despesista, assenta em

pressupostos errados e os benefícios para o país são muito reduzidos, face ao seu elevado custo". Em causa estão as Barragens de Fridão, Daivões, Gouvães e Alto Tâmega, e Girabolhos-Bogueira. Assim, neste momento mais de 700 cartas contestando o referido Plano, já deram entrada no Ministério. É certo que o Governo comprometeu-se a rever o Plano, mas segundo a GEOTA os passos dados neste sentido têm sido nulos ou, pelo menos, não são do conhecimento público, e deveriam sê-lo dada a importância que de que se revestem ao nível ambiental, da qualidade de vida das populações e da defesa de um património paisagístico que é de todos. Espera-se que todo este processo de revisão ainda venha a tempo de salvar o que ainda resta, já que muito se perdeu com um processo insensato e até criminoso, de construção desenfreada de Barragens. Basta olhar para a factura da luz para ver o que lucramos.

<http://www.dodouro.com/noticia.asp?idEdicao=562&id=34286&idSeccao=6006&Action=noticia>

Observador

DATA: 20-04-2016

20-04-2016 | Observador | Ambientalistas e autarcas contestam revisão do Programa Nacional de Barragens

O ministro do Ambiente anunciou o cancelamento de empreendimentos que já tinham caído por decisão das entidades promotoras, mas mantém barragens que terão custos elevados para o país.

Partilhe

A barragem de Foz Tua é um dos empreendimentos contestados pelos ambientalistas

O Ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, anunciou, esta terça-feira, o cancelamento das barragens de Alvito e Girabolhos e a suspensão de Fridão no âmbito da [revisão do Programa Nacional de Barragens](#) (PNB). No entanto, o GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente) e a LPN (Liga para a Protecção da Natureza) acusam o Governo de farsa.

“Nem autarcas, nem associações de defesa do ambiente ou desenvolvimento local foram envolvidos no processo ou tiveram oportunidade para discutir o relatório”, escrevem num comunicado de imprensa conjunto as duas associações. **“O Governo apenas negociou com as elétricas e acabou por decidir exclusivamente em nome dos interesses dessas empresas e não em nome do interesse nacional.”**

As associações ambientalistas congratulam-se com o facto de pela primeira vez, deste 2007, ter sido feito um exercício de avaliação do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico e consideram positivo o cancelamento definitivo da construção dos empreendimentos hidroelétricos de Alvito, no rio Ocreza, e Girabolhos-Bogueira, no rio Mondego, mas mostram que **as decisões não são recentes nem resultam da revisão do PNB.**

- A ideia da construção da barragem do **Alvito já tinha caído, em 2011**, por decisão da EDP, mas a decisão só agora foi conhecida, refere o comunicado;
- O aproveitamento da hidroelétrica de **Girabolhos-Bogueira cai por decisão da concessionária Endessa** e sem intervenção do Estado, dizem as associações.

Os presidentes das câmaras das regiões interessadas também reclamam o facto de não terem sido ouvidos nas decisões relativas à revisão do PNB. **“Exige-se ao Governo e ao Grupo Endesa um conjunto de medidas de compensação para as comunidades atingidas com esta decisão**, uma vez que, durante décadas, foram criadas altas expectativas sobre o projeto”, referem os presidentes das câmaras de Seia, Gouveia, Nelas e Mangualde, num comunicado conjunto, citado pelo Jornal de Notícias. A concelhia do PS de Seia criticou o “comportamento incompreensível e inaceitável que ignora as regras básicas de cordialidade e o princípio do dever de lealdade e respeito institucional entre entidades legítimas”.

GEOTA e LPN apontam ainda outros problemas nesta revisão do PNB. A viabilidade económica do Fridão está comprometida desde maio de 2015 e o **ministro do Ambiente reconheceu que a hidroelétrica não tem interesse para o sistema elétrico nacional**, mas as populações de Amarante e das Terras de Basto terão de passar pelo menos mais três anos sem puderem usar os terrenos que poderiam vir a fazer parte da albufeira.

O ministro do Ambiente autorizou ainda o o avanço das barragens do Sistema do Eletroprodutor do Tâmega (Daivões, Gouvães e Alto Tâmega) com o argumento de que as obras já começaram. “É falso”, afirmam as associações ambientalistas. “Não há obras significativas nem qualquer intervenção nos cursos de água (Tâmega e Torno/Louredo). Em Daivões e Alto Tâmega a montagem de estaleiros e abertura/melhoramento de acessos começou a ser feita apenas em janeiro de 2016, já depois de o Governo ter anunciado que a reavaliação do PNBEPH abrangeria apenas as obras que não se tinham iniciado. Em Gouvães não há qualquer intervenção”, escrevem em comunicado.

No comunicado emitido pela GEOTA e LPN, as associações ambientalistas apontam os impactos que estas barragens podem ter.

- Uma avaliação às barragens de Foz Tua, Fridão e Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET) aponta que **produzirão apenas 0,4% da energia do país** (2% da eletricidade);
- GEOTA e LPN estimam que os custos para o país e consumidores sejam **30 vezes superiores aos custos da denúncia dos contratos** do Fridão e Tâmega;
- Mantendo a construção do Fridão e SET, o Governo autoriza a EDP e a Iberdrola a tirar às famílias portuguesas 10,4 mil milhões de euros – equivalente a um **acréscimo médio na fatura elétrica de 5%**;
- Não foram avaliados os **impactos cumulativos** de todas estas barragens na degradação da qualidade da água, nos obstáculos à conectividade dos ecossistemas, na erosão costeira, no microclima que afetará a produção de vinho;
- A **declaração de impacte ambiental** do SET caducou em 2010 e a do Fridão em 2013;
- Não foi equacionada a eliminação dos **subsídios** à construção das novas barragens que, para as barragens já construídas ou autorizadas, ascenderá a **22 milhões de euros por ano**.

<http://www.noticiasdonordeste.pt/2016/04/pela-primeira-vez-ha-analises-e-revelam.html>

Noticias do Nordeste

DATA: 30-04-2016

30-04-2016 | Observador | Pela primeira vez há análises e revelam situação descontrolada. Glifosato: O herbicida que contamina Portugal

*Análises realizadas pela Plataforma Transgénicos Fora em colaboração com o [Detox Project](#) evidenciaram níveis inesperados e absolutamente assombrosos de glifosato (mais conhecido por Roundup), o pesticida químico sintético mais usado na agricultura portuguesa*1 – e até agora o mais ignorado.*

Há pelo menos dez anos que não se conhece qualquer análise oficial à sua presença em alimentos, solo, água, ar ou pessoas. Este vazio, inédito a nível europeu, é hoje preenchido parcialmente com os resultados das análises realizadas à urina de 26 voluntários portugueses e a algumas amostras de alimentos. Portugal tem agora de encontrar soluções a nível nacional e europeu que esclareçam as razões de tal contaminação humana e a reduzam em várias ordens de grandeza.

Muito embora o Ministério da Agricultura mantenha, ao longo de sucessivos governos, um plano anual de monitorização em alimentos que testa a presença de mais de 300 resíduos de pesticidas, o glifosato tem sido excluído das análises.*2 O mesmo se passa com a água de consumo, uma vez que o Ministério não inclui o glifosato na lista de substâncias a pesquisar pelas entidades fornecedoras.*3 Quando questionado formalmente no início deste ano o mesmo Ministério não apresentou quaisquer análises, nem mesmo as previstas pelas diretivas técnicas da União Europeia, afirmando que até à data tinha sido considerado desnecessário incluir este químico nas suas análises de rotina.*4

NOTÍCIAS DO NORDESTE

Mas as mais de 1600 toneladas de glifosato vendidas anualmente, que para além de fins agrícolas também se aplicam abundantemente em zonas urbanas de Norte a Sul do país para controlo de ervas em ruas e caminhos (salvo nalguns, poucos, municípios), não desaparecem sem deixar rasto. Elas representam um potencial de contaminação generalizado que até agora tinha ficado por testar. Hoje começa finalmente a traçar-se um primeiro quadro onde sobressai a gravidade dessa poluição silenciosa, invisível e provavelmente mortal (segundo a Organização Mundial de Saúde o glifosato é provavelmente carcinogénico em humanos e demonstradamente carcinogénico em animais de laboratório).*5

Em 26 voluntários portugueses, o glifosato foi detetado em 100% das análises efetuadas à urina. Na Suíça, em 2015, uma

iniciativa equivalente tinha detetado glifosato em apenas 38% dos casos e, em 2013, num outro levantamento realizado pela associação Amigos da Terra em 18 países europeus, estavam contaminadas 44% das pessoas.*6

O valor médio de glifosato na urina dos portugueses testados foi de 26.2 ng/ml (nanogramas por mililitro). Para referência tome-se a Diretiva da Qualidade da Água: na água de consumo o glifosato não pode ultrapassar os 0.1 ng/ml. Isto significa que a quantidade de glifosato agora detetada, se estivesse em água da torneira, contaminaria essa água 260 vezes acima do limite máximo legal!

A situação noutros países não é brilhante, mas apresenta-se muito menos grave do que a portuguesa. O estudo "Urinale 2015"*7, que abrangeu mais de 2000 alemães, encontrou uma média de apenas 1.1 ng/ml: cerca de 20 vezes abaixo dos resultados portugueses. Além disso, o valor mais alto detetado na Alemanha foi de 4.2 ng/ml, enquanto que os valores portugueses variaram entre 12.5 e 32.5 ng/ml. Ou seja, o português menos contaminado tem três vezes mais glifosato que o pior caso alemão. Outros estudos publicados tipicamente apresentam valores médios próximos dos alemães.

Mais alguns dados relevantes a retirar dos resultados nacionais:

- os três voluntários mais novos (com idades entre os 7 e os 19 anos) apresentaram um valor médio mais elevado (26.7 ng/ml) que o grupo global, uma desproporção que também foi identificada no estudo alemão;
- não se detetou diferença clara na média de valores dos 4 voluntários que, sendo jardineiros profissionais, poderiam estar mais contaminados do que os restantes (estes últimos, todos eles habitantes de uma zona urbana e sem exposição profissional);
- embora o caso com mais glifosato seja o de um jardineiro, o segundo lugar pertence a um não-jardineiro;
- os valores acima de 20 ng/ml constituem, face à literatura disponível, as maiores concentrações jamais medidas em pessoas sem exposição profissional.

Note-se ainda que os níveis de glifosato na urina representam apenas uma fração da exposição real (que é inevitavelmente várias vezes superior).*8

Alguns alimentos foram também objeto de análise. A Plataforma escolheu o trigo (em grão e em farinha), a aveia em grão e o leite. Este último não apresentou glifosato detetável, mas o mesmo não se pode dizer dos cereais. Enquanto que a aveia testada apresentava 10 ng/g (nanogramas por grama), o trigo não processado atingia os 43 ng/g. Já os resultados em farinha branca tipo 55 deixam entrever que o glifosato não se limita ao revestimento exterior: o glifosato detetado foi o mais elevado de todos, com 46 ng/g. Muito embora todos estes valores estejam abaixo dos limites legalmente estabelecidos eles mostram como o glifosato pode estar a entrar regularmente na alimentação dos portugueses, o que explicaria um quadro de exposição crónica.

As análises agora realizadas pela Plataforma Transgénicos Fora são em pequeno número e não permitem retirar conclusões definitivas, mas lançam ainda assim fortes alertas. O Ministério da Agricultura tem de sair do estado de negação profunda em que se encontra e encarar finalmente o glifosato como o químico tóxico e omnipresente que de facto é. Não se conhecem ao certo quais as principais vias de exposição, mas a alimentação e a água são candidatos óbvios e devem começar a ser amplamente testadas e as fontes de contaminação eliminadas.

Além disso, enquanto não puser a casa em ordem e reduzir drasticamente os níveis de contaminação em Portugal, o governo nacional não tem autoridade moral para votar em Bruxelas a favor da reautorização do glifosato (ou sequer abster-se). Essa votação está prevista já para este mês de maio num comité técnico onde tem assento o Ministério da Agricultura. A proibição do glifosato é, aliás, amplamente apoiada pelos europeus,*9 e os portugueses, face aos resultados aqui apresentados, dificilmente poderão nutrir qualquer outro sentimento.

A toxicidade do glifosato não é ainda um facto científico consensual e estabelecido. Além do cancro, existem na literatura científica diversas publicações que ligam o glifosato a efeitos teratogénicos (defeitos de nascimento)*10, desregulação hormonal*11, toxicidade hepática e renal*12 e até autismo,*13 mas muitos cientistas, nomeadamente os que têm algum tipo de ligação à indústria, discordam destes resultados. Na própria Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, uma estrutura da Comissão Europeia, 62% dos especialistas que integram o painel de avaliação de pesticidas apresentam conflitos de interesse face às empresas cujos produtos estão a avaliar.*14 De qualquer forma existem ainda muitas zonas de ignorância e incerteza que justificam uma profunda desconfiança face aos discursos de segurança das instituições oficiais.

Este cenário é agravado por dois aspetos adicionais. No caso da desregulação hormonal, por exemplo, não existem limiares de contaminação aceitável. Ou seja, qualquer concentração é perigosa e pode desencadear efeitos nefastos. Além disso o glifosato nunca é usado sozinho: os herbicidas comerciais possuem diversas outras substâncias, não indicadas no rótulo, que aumentam a agressividade do glifosato e podem ser, elas próprias, muito tóxicas.*15 Por isso a deteção do glifosato significa a presença adicional provável de outros químicos que não são de todo considerados quando se estabelecem os limites legais para cada pesticida.

Enquanto a investigação adicional não é feita e as dúvidas dissipadas, a única forma de proteger a saúde pública é através de medidas de precaução: no caso do glifosato isso implica votar NÃO à sua reautorização (que a Comissão Europeia pretende por mais 15 anos e o Parlamento Europeu por mais 7 anos).

Em nome da transparência deve notar-se que as análises foram realizadas por iniciativa exclusiva da Plataforma Transgénicos Fora que depois obteve a colaboração do Detox Project. O financiamento foi angariado em fóruns online e junto de empresas e associações. O custo total – mais de quatro mil euros – foi coberto da seguinte forma:

- diversas pessoas a título individual 250€
- duas empresas da área da agricultura biológica 2225€
- associações membros da Plataforma (Quercus, Agrobio, Gaia e MPI) 1580€

A Plataforma foi a única responsável pela condução do processo e pela redação deste comunicado. Estão disponíveis informações adicionais sobre o método analítico e os laboratórios envolvidos.*16

Referências:

Podem ser descarregadas em <http://www.tinyurl.com/refsglifosato2016>

- *1 – Vendas de produtos fitofarmacêuticos em Portugal - 2014
- *2 – Controlo nacional de resíduos de pesticidas em produtos de origem vegetal (2000 a 2014)
- *3 – Pesticidas a pesquisar em águas destinadas ao consumo humano (2012 a 2016)
- *4 – Esclarecimentos relativos ao glifosato
- *5 – IARC Monographs Volume 112: Evaluation of five organophosphate insecticides and herbicides
- *6 – Un herbicide contesté présent jusque dans votre urine; Determination of glyphosate residues in human urine samples from 18 european countries
- *7 – Auswertung von 2011 Humanurinproben auf ihren Glyphosatgehalt
- *8 – A critical review of glyphosate findings in human urine samples and comparison with the exposure of operators and consumers
- *9 – <http://tinyurl.com/jap8erm>
- *10 – Glyphosate-based herbicides produce teratogenic effects on vertebrates by impairing retinoic acid signaling
- *11 – Prepubertal exposure to commercial formulation of the herbicide glyphosate alters testosterone levels and testicular morphology
- *12 – Effect of the herbicide glyphosate on liver lipoperoxidation in pregnant rats and their fetuses; Glyphosate, hard water and

nephrotoxic metals: are they the culprits behind the epidemic of chronic kidney disease of unknown etiology in Sri Lanka?

*13 – The possible link between autism and glyphosate acting as glycine mimetic - A review of evidence from the literature with analysis

*14 – <http://tinyurl.com/h3gj65r>

*15 – Potential toxic effects of glyphosate and its commercial formulations below regulatory limits

*16 – Lab and method confirmation for glyphosate testing; Glyphosate exposure analysis report; Anresco results 1; Anresco results 2

A Plataforma Transgénicos Fora é uma estrutura integrada por onze entidades não-governamentais da área do ambiente e agricultura (AGROBIO, Associação Portuguesa de Agricultura Biológica; Campo Aberto, Associação de Defesa do Ambiente; CNA, Confederação Nacional da Agricultura; CPADA, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; GAIA, Grupo de Ação e Intervenção Ambiental; GEOTA, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; Associação IN LOCO, Desenvolvimento e Cidadania; LPN, Liga para a Proteção da Natureza; MPI, Movimento Pró-Informação para a Cidadania e Ambiente e QUERCUS, Associação Nacional de Conservação da Natureza) e apoiada por dezenas de outras. Contactos: info@stopogm.net e www.stopogm.net

<http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=fb1a7411-3d7d-45c0-b89c-0ce49ab84394>

Jornal Tinta Fresca

DATA: 09-05-2016

09-05-2016 | Jornal Tinta Fresca | Plataforma Transgénicos Fora denuncia: Glifosato é o herbicida que contamina Portugal

Glifosato é vendido comercialmente com a marca Roundup

Análises realizadas pela Plataforma Transgénicos Fora em colaboração com o Detox Project (detoxproject.org) evidenciaram níveis inesperados e absolutamente assombrosos de glifosato (mais conhecido por Roundup), o pesticida químico sintético mais usado na agricultura portuguesa*1 – e até agora o mais ignorado. Há pelo menos dez anos que não se conhece qualquer análise oficial à sua presença em alimentos, solo, água, ar ou pessoas. Este vazio, inédito a nível europeu, é hoje preenchido parcialmente com os resultados das análises realizadas à urina de 26 voluntários portugueses e a algumas amostras de alimentos. Portugal tem agora de encontrar soluções a nível nacional e europeu que esclareçam as razões de tal contaminação humana e a reduzam em várias ordens de grandeza.

Muito embora o Ministério da Agricultura mantenha, ao longo de sucessivos governos, um plano anual de monitorização em alimentos que testa a presença de mais de 300 resíduos de pesticidas, o glifosato tem sido excluído das análises.*2 O mesmo se passa com a água de consumo, uma vez que o Ministério não inclui o glifosato na lista de substâncias a pesquisar pelas entidades fornecedoras.*3 Quando questionado formalmente no início deste ano o mesmo Ministério não apresentou quaisquer análises, nem mesmo as previstas pelas diretivas técnicas da União Europeia, afirmando que até à data tinha sido considerado desnecessário incluir este químico nas suas análises de rotina.*4

Mas as mais de 1600 toneladas de glifosato vendidas anualmente, que para além de fins agrícolas também se aplicam abundantemente em zonas urbanas de Norte a Sul do país para controlo de ervas em ruas e caminhos (salvo nalguns, poucos, municípios), não desaparecem sem deixar rasto. Elas representam um potencial de contaminação generalizado que até agora tinha ficado por testar. Hoje começa finalmente a traçar-se um primeiro quadro onde sobressai a gravidade dessa poluição silenciosa, invisível e provavelmente mortal (segundo a Organização Mundial de Saúde o glifosato é provavelmente carcinogénico em humanos e demonstradamente carcinogénico em animais de laboratório).*5

Em 26 voluntários portugueses, o glifosato foi detetado em 100% das análises efetuadas à urina. Na Suíça, em 2015, uma iniciativa equivalente tinha detetado glifosato em apenas 38% dos casos e, em 2013, num outro levantamento realizado pela associação Amigos da Terra em 18 países europeus, estavam contaminadas 44% das pessoas.*6

O valor médio de glifosato na urina dos portugueses testados foi de 26.2 ng/ml (nanogramas por mililitro). Para

referência tome-se a Diretiva da Qualidade da Água: na água de consumo o glifosato não pode ultrapassar os 0.1 ng/ml. Isto significa que a quantidade de glifosato agora detetada, se estivesse em água da torneira, contaminaria essa água 260 vezes acima do limite máximo legal!

A situação noutros países não é brilhante, mas apresenta-se muito menos grave do que a portuguesa. O estudo "Urinale 2015"⁷, que abrangeu mais de 2000 alemães, encontrou uma média de apenas 1.1 ng/ml: cerca de 20 vezes abaixo dos resultados portugueses. Além disso, o valor mais alto detetado na Alemanha foi de 4.2 ng/ml, enquanto que os valores portugueses variaram entre 12.5 e 32.5 ng/ml. Ou seja, o português menos contaminado tem três vezes mais glifosato que o pior caso alemão. Outros estudos publicados tipicamente apresentam valores médios próximos dos alemães.

Mais alguns dados relevantes a retirar dos resultados nacionais: – os três voluntários mais novos (com idades entre os 7 e os 19 anos) apresentaram um valor médio mais elevado (26.7 ng/ml) que o grupo global, uma desproporção que também foi identificada no estudo alemão; – não se detetou diferença clara na média de valores dos 4 voluntários que, sendo jardineiros profissionais, poderiam estar mais contaminados do que os restantes (estes últimos, todos eles habitantes de uma zona urbana e sem exposição profissional); – embora o caso com mais glifosato seja o de um jardineiro, o segundo lugar pertence a um não-jardineiro; – os valores acima de 20 ng/ml constituem, face à literatura disponível, as maiores concentrações jamais medidas em pessoas sem exposição profissional. Note-se ainda que os níveis de glifosato na urina representam apenas uma fração da exposição real (que é inevitavelmente várias vezes superior).⁸

Alguns alimentos foram também objeto de análise. A Plataforma escolheu o trigo (em grão e em farinha), a aveia em grão e o leite. Este último não apresentou glifosato detetável, mas o mesmo não se pode dizer dos cereais. Enquanto que a aveia testada apresentava 10 ng/g (nanogramas por grama), o trigo não processado atingia os 43 ng/g. Já os resultados em farinha branca tipo 55 deixam entrever que o glifosato não se limita ao revestimento exterior: o glifosato detetado foi o mais elevado de todos, com 46 ng/g. Muito embora todos estes valores estejam abaixo dos limites legalmente estabelecidos eles mostram como o glifosato pode estar a entrar regularmente na alimentação dos portugueses, o que explicaria um quadro de exposição crónica.

As análises agora realizadas pela Plataforma Transgénicos Fora são em pequeno número e não permitem retirar conclusões definitivas, mas lançam ainda assim fortes alertas. O Ministério da Agricultura tem de sair do estado de negação profunda em que se encontra e encarar finalmente o glifosato como o químico tóxico e omnipresente que de facto é. Não se conhecem ao certo quais as principais vias de exposição, mas a alimentação e a água são candidatos óbvios e devem começar a ser amplamente testadas e as fontes de contaminação eliminadas.

Além disso, enquanto não puser a casa em ordem e reduzir drasticamente os níveis de contaminação em Portugal, o governo nacional não tem autoridade moral para votar em Bruxelas a favor da reautorização do glifosato (ou sequer abster-se). Essa votação está prevista já para este mês de maio num comité técnico onde tem assento o Ministério da Agricultura. A proibição do glifosato é, aliás, amplamente apoiada pelos europeus,⁹ e os portugueses, face aos resultados aqui apresentados, dificilmente poderão nutrir qualquer outro sentimento.

A toxicidade do glifosato não é ainda um facto científico consensual e estabelecido. Além do cancro, existem na literatura científica diversas publicações que ligam o glifosato a efeitos teratogénicos (defeitos de nascimento)¹⁰, desregulação hormonal¹¹, toxicidade hepática e renal¹² e até autismo,¹³ mas muitos cientistas, nomeadamente os que têm algum tipo de ligação à indústria, discordam destes resultados. Na própria Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, uma estrutura da Comissão Europeia, 62% dos especialistas que integram o painel de avaliação de pesticidas apresentam conflitos de interesse face às empresas cujos produtos estão a avaliar.¹⁴ De qualquer forma existem ainda muitas zonas de ignorância e incerteza que justificam uma profunda desconfiança face aos discursos de segurança das instituições oficiais.

Este cenário é agravado por dois aspetos adicionais. No caso da desregulação hormonal, por exemplo, não existem limiares de contaminação aceitável. Ou seja, qualquer concentração é perigosa e pode desencadear efeitos nefastos. Além disso o glifosato nunca é usado sozinho: os herbicidas comerciais possuem diversas outras substâncias, não indicadas no rótulo, que aumentam a agressividade do glifosato e podem ser, elas próprias, muito tóxicas.¹⁵ Por isso a deteção do glifosato significa a presença adicional provável de outros químicos que não são de todo considerados quando se estabelecem os limites legais para cada pesticida. Enquanto a investigação adicional não é feita e as dúvidas dissipadas, a única forma de proteger a saúde pública é através de medidas de precaução: no caso do glifosato isso implica votar NÃO à sua reautorização (que a Comissão Europeia pretende por mais 15 anos e o Parlamento Europeu por mais 7 anos).

Em nome da transparência deve notar-se que as análises foram realizadas por iniciativa exclusiva da Plataforma Transgénicos Fora que depois obteve a colaboração do Detox Project. O financiamento foi angariado em fóruns online e junto de empresas e associações. O custo total – mais de quatro mil euros – foi coberto da seguinte forma: - diversas pessoas a título individual 250€ - duas empresas da área da agricultura biológica 2225€ - associações

membros da Plataforma (Quercus, Agrobio, Gaia e MPI) 1580€ A Plataforma foi a única responsável pela condução do processo e pela redação deste comunicado. Estão disponíveis informações adicionais sobre o método analítico e os laboratórios envolvidos.*16

Referências: Podem ser descarregadas em www.tinyurl.com/refsglifosato2016

*1 – Vendas de produtos fitofarmacêuticos em Portugal – 2014

*2 – Controlo nacional de resíduos de pesticidas em produtos de origem vegetal (2000 a 2014) *3 – Pesticidas a pesquisar em águas destinadas ao consumo humano (2012 a 2016)

*4 – Esclarecimentos relativos ao glifosato

*5 – IARC Monographs Volume 112: Evaluation of five organophosphate insecticides and herbicides

*6 – Un herbicide contesté présent jusque dans votre urine; Determination of glyphosate residues in human urine samples from 18 european countries

*7 – Auswertung von 2011 Humanurinproben auf ihren Glyphosatgehalt

*8 – A critical review of glyphosate findings in human urine samples and comparison with the exposure of operators and consumers

*9 – <http://tinyurl.com/jap8erm>

*10 – Glyphosate-based herbicides produce teratogenic effects on vertebrates by impairing retinoic acid signaling

*11 – Prepubertal exposure to commercial formulation of the herbicide glyphosate alters testosterone levels and testicular morphology

*12 – Effect of the herbicide glyphosate on liver lipoperoxidation in pregnant rats and their fetuses; Glyphosate, hard water and nephrotoxic metals: are they the culprits behind the epidemic of chronic kidney disease of unknown etiology in Sri Lanka?

*13 – The possible link between autism and glyphosate acting as glycine mimetic - A review of evidence from the literature with analysis

*14 – <http://tinyurl.com/h3gj65r>

*15 – Potential toxic effects of glyphosate and its commercial formulations below regulatory limits

*16 – Lab and method confirmation for glyphosate testing; Glyphosate exposure analysis report; Anresco results 1; Anresco results 2

Plataforma Transgénicos Fora

A Plataforma Transgénicos Fora é uma estrutura integrada por onze entidades não - governamentais da área do ambiente e agricultura (AGROBIO , Associação Portuguesa de Agricultura Biológica; CAMPO ABERTO , Associação de Defesa do Ambiente; CNA, Confederação Nacional da Agricultura; CPADA, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente ; GAIA, Grupo de A ção e Intervenção Ambiental; GEOTA, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; Associação IN LOCO , Desenvolvimento e Cidadania ; LPN, Liga para a Proteção da Natureza; MPI, Movimento Pró - Informação para a Cidadania e Ambiente e QUERCUS, Associação Nacional de Conservação da Natureza) e apoiada por dezenas de outras. Contactos: info@stopogm.net e www.stopogm.net

Mais de 10 mil cidadãos portugueses reiteraram já por escrito a sua oposição aos transgénicos.

<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/associacoes-de-defesa-do-ambiente/baloes-sao-um-perigo-quando-se-tornam-lixo>

TVI 24

DATA: 23-05-2016

23-05-2016 | TVI 24 | Balões são um "perigo" quando se tornam lixo

Associações de defesa do ambiente alertaram para os efeitos negativos dos balões largados, nomeadamente nas festas de crianças, tanto para os bebés, que podem engasgar-se, como para os animais, que os confundem com alimento

2016-05-23 18:12Redação / AM

«Voar» numa cadeira preso a 90 balões (Reprodução YouTube)

Associações de defesa do ambiente alertaram hoje para os efeitos negativos dos balões largados, nomeadamente nas festas de crianças, tanto para os bebés, que podem engasgar-se, como para os animais, que os confundem com alimento.

Acreditamos que é possível a mobilização de todos, mantendo a cor e o forte simbolismo, mas sem balões. O ambiente agradece, e o ambiente somos todos nós", salienta um comunicado divulgado pela Associação Portuguesa de Lixo Marinho (APLM) e pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE).

As entidades "alertam para os impactos negativos das largadas de balões, propondo que sejam eliminadas e substituídas por alternativas de menor impacto".

As largadas de balões têm um simbolismo muito positivo aliado ao efeito da cor, reconhecem as associações, mas que contrasta com os impactos negativos quando aqueles caem e se tornam lixo, ficando disperso no ambiente.

As associações salientam que os balões caídos nas praias, em parques infantis e zonas de lazer representam "um perigo potencial para crianças pequenas ou bebés que, por curiosidade lhes podem pegar".

É que se deglutidos, os balões podem provocar engasgamento ou mesmo asfixia, explicam.

Os balões, inteiros ou rebentados, atraem animais que os confundem com alimento, principalmente nos oceanos, onde podem ser confundidos com alforrecas, acabando por ser ingeridos por tartarugas e outros animais marinhos.

As consequências para os animais podem ser graves, desde a obstrução mais ou menos temporária do tubo digestivo até à morte por asfixia ou inanição, explicam os ambientalistas.

São listados alguns "bons exemplos de eventos e comemorações" integrados em campanhas que, em vez de balões, optaram por bolas de sabão, caminhadas, cartazes, distribuição de fitas, iluminações de edifícios e outras manifestações com benefícios para o ambiente, como a plantação de árvores ou arbustos pela comunidade.

As associações realçam que os balões de látex, "ditos biodegradáveis, permanecem vários anos no ambiente, fragmentando-se em pedaços que são ingeridos por muitos animais".

O alerta surge a propósito do Dia Mundial da Biodiversidade, assinalado no domingo, do Dia Mundial do Ambiente, comemorado a 5 de junho e do Dia Mundial dos Oceanos, a 8 de junho, e tem o apoio de outras associações como o GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), Centro Português de Atividades Subaquáticas (CPAS), Associação de Ciências marinhas e Cooperação (SCIAENA) ou Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA).

| | |
|---|--|
| http://greensavers.sapo.pt/2016/06/02/aguas-de-portugal-co-organiza-conferencia-sobre-objectivos-do-desenvolvimento-sustentavel/ | |
|---|--|

| | |
|-------------------|------------------|
| Green Savers Sapo | DATA: 02-06-2016 |
|-------------------|------------------|

02-06-2016 | Green Savers Sapó | Águas de Portugal Co-Organiza Conferência Sobre Objectivos do Desenvolvimento Sustentável

O **Grupo AdP (Águas de Portugal)** é co-organizador da Conferência X, que decorre a 3 de Junho, amanhã, será dedicada a três dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): água potável e saneamento (ODS 6), proteger a vida marinha (ODS 14) e proteger a vida terrestre (ODS 15). O evento decorre na Culturgest, Lisboa, a partir das 9h30.

A abertura da conferência ficará a cargo do Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, mas a oradora principal será a Presidente Executiva da **Sanitation and Water for All**, Catarina Albuquerque.

A sessão integra ainda um painel dedicado ao tema da cooperação pela sustentabilidade, com a participação de várias Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) portuguesas (GEOTA, LPN, Quercus, WWF/PONG – Pesca e Zero).

O Grupo AdP, principal entidade gestora do ciclo urbano da água em Portugal e fortemente comprometido com a preservação e valorização dos recursos naturais e dos ecossistemas, irá apresentar o Programa Pegada Ecológica, que consistiu na recuperação e conservação da Lagoa Pequena, junto à Lagoa da Albufeira, em Sesimbra, zona húmida de importância internacional.

Esta conferência faz parte da 11.ª Edição da Semana da Responsabilidade Social, promovida pela **APEE (Associação Portuguesa de Ética Empresarial)** e pela UN Global Compact Network Portugal e decorre até amanhã na Culturgest, em Lisboa.

Dedicada ao tema “Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável”, a iniciativa visa lançar um debate sobre os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável que foram ratificados por 193 Estados-Membros da ONU a 25 de Setembro de 2015 e que a Agenda 2030 aponta como plano de acção para os próximos 15 anos.

<http://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=26000433&mostra=2>

Rostos.pt

DATA: 24-06-2016

02-06-2016 | Rostos.pt | Seminário «A Pequena Pesca: Potencial para a Sustentabilidade»

Decorre nos próximos dias 29 e 30 de Junho em Sesimbra

Decorre em Sesimbra, nos próximos dias 29 e 30 de Junho, o seminário “A Pequena Pesca: Potencial para a Sustentabilidade”. Este evento é organizado pela PONG-Pesca, Plataforma de Organizações não Governamentais Portuguesas para a Pesca, da qual faz parte a Quercus e as maiores Associações de Defesa de Ambiente nacionais.



A PONG-Pesca (Plataforma de Organizações Não Governamentais portuguesas sobre a pesca) é uma plataforma da qual fazem parte oito ONG de ambiente a trabalhar em Portugal na área das pescas e dos oceanos. O seu objectivo é promover a exploração sustentável dos recursos pesqueiros em todas as suas vertentes, ecológica, social e económica, tendo em vista a conservação dos ecossistemas marinhos e também o desenvolvimento das comunidades ligadas a esta atividade.

O Seminário “A Pequena Pesca: Potencial para a Sustentabilidade”, agora organizado pela PONG-Pesca, conta com a coorganização da Câmara Municipal de Sesimbra e da Mútua dos Pescadores e decorrerá no próximo dia 29 e 30 de junho 2016 em Sesimbra.

O tema deste Seminário, “a pequena pesca”, foi desde o início uma das principais preocupações da PONG-Pesca, possuindo um enorme potencial de sustentabilidade, tanto a nível ambiental, como económico e social. O referido evento visa a participação de todos os interessados na pequena pesca e na conservação do meio marinho, desde os pescadores e os seus representantes, responsáveis pela tutela, investigadores, empresários, autarcas, gabinetes de acção local, entre outros. O objectivo é abordar de forma detalhada e efectiva vários temas importantes, como o associativismo, a comercialização, a diversificação de actividades, higiene e segurança no trabalho e a investigação ligada à pequena pesca.

São ainda parceiros do evento a Docapesca – Portos e Lotas, SA, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), a Rede Europeia das Zonas de Pesca (FARNET) e a Low Impact Fishers of Europe (LIFE).

A PONG-Pesca é constituída pela Associação Portuguesa para o Estudo e Conservação dos Elasmobrânquios (APECE), o Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), o Observatório do Mar dos Açores (OMA), a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, a Associação de Ciências Marinhas e Cooperação (Sciaena), a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e a WWF Portugal – World Wildlife Fund for Nature.

<http://www.regiaodeleiria.pt/blog/2016/06/22/protesto-a-porta-da-gala-porco-douro-contra-descargas-de-efluentes-no-rio/>

Região de Leiria

DATA: 22-06-2016

02-06-2016 | Região de Leiria | Protesto “à porta” da gala Porco d’Ouro contra descargas de efluentes no rio

Publicado em 22 Junho 2016 às 4:53 pm. Tags: [ambiente](#), [descargas](#), [leiria](#), [porco d'ouro](#), [protesto](#), [rio lis](#), [sector suinícola](#)

"O nosso ouro é o ambiente" é o mote para um protesto marcado para hoje, às 19h30, às portas do Mercado de Santana, em Leiria, onde decorre esta noite a gala Porco d'Ouro.

A manifestação foi marcada por um grupo de cidadãos que se afirma preocupado "com a política ambiental e com a preservação dos recursos naturais" e descontente "pelo desrespeito e dano ambiental causado pela atividade suinícola que diariamente contamina as águas do rio Lis, no município de Leira, mas também em muitas outras linhas de água do país".

Numa nota de imprensa, os promotores da iniciativa, que conta com o apoio da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres, do GEOTA - Grupos de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente e do Bloco de Esquerda, adiantam que o evento se realiza "com o patrocínio da Câmara de Leiria e a participação de muitas empresas de suinicultura que lucram com a destruição ambiental que provocam".

"Não aceitamos que continuem impunemente a poluir as linhas de água da região e do país, a contaminar recursos hídricos e a destruir biodiversidade", destaca o grupo, que exige "a construção de Estações de Tratamento de Efluentes Suinícolas em dimensão apropriada à realidade da suinicultura da região", mas também a responsabilização dos infractores, a mobilização das entidades públicas, o fim das descargas ilegais e danosas para o ambiente e para a sociedade.

A iniciativa surge um dia depois de o BE ter repudiado, em comunicado, o apoio de 2.550 euros dado pela Câmara de Leiria para a realização da I Gala "Porco d'Ouro", que assinala o 35º aniversário da Federação Portuguesa das Associações de Suinicultores (FPAS).

Confrontado com a acusação, Raul Castro, presidente da Câmara de Leiria, manifestou-se surpreendido com a posição do BE e referiu que o apoio da autarquia decorre da cedência do espaço, sendo apenas logístico.

“É um sector de grande importância na economia regional” e “que nos merece o maior respeito face ao número de produtores que há no concelho e na região”, sublinhou o autarca em declarações ao REGIÃO DE LEIRIA, frisando que “a região é responsável por 30% da produção nacional”.

<http://www.sulinformacao.pt/2016/08/ambientalistas-exigem-que-caca-a-rola-brava-seja-proibida-ja-este-ano/>

Sul Informação

DATA: 16-08-2016

16-08-2016 | Sul Informação | Ambientalistas exigem que caça à rola-brava seja proibida «já este ano»

A caça à rola-brava deve ser proibida «já este ano», defendem as seis associações ambientalistas que compõem a Coligação C6. As organizações vieram a público alertar para o risco de extinção desta espécie, que está «a desaparecer a um ritmo galopante em Portugal e na Europa», a poucos dias da data de abertura da época de caça, prevista para 21 de Agosto.

Segundo a Coligação C6, composta pelas associações GEOTA, FAPAS, LPN (Liga para a Protecção da Natureza), Quercus, SPEA-Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e WWF Portugal, a população desta espécie migradora decresceu «73 por cento nos últimos 20 anos».

Uma situação «grave» que leva os ambientalistas lusos a exigir aos ministros da Agricultura e do Ambiente a proibição «com carácter de urgência, da caça à Rola-brava, de modo a prevenir a extinção desta magnífica espécie».

Os ambientalistas lembram que «na data prevista para a abertura da caça à rola, ainda durante o mês de Agosto, é provável a existência de muitas rolas em nidificação ainda com crias no ninho e, pontualmente, ovos de posturas tardias ou segundas posturas».

«Conjugada com a quantidade e a extensão dos incêndios florestais que têm ocorrido em Portugal, esta situação provocará uma quebra ainda maior nas já debilitadas populações selvagens de rola-brava», alegam.

«A Coligação C6 considera que a irresponsabilidade e insensibilidade demonstrada nesta matéria pelos sucessivos governos pode contribuir para a extinção da Rola-brava em Portugal a muito curto prazo.

Todos os anos as associações ambientalistas e algumas organizações do setor cinegético têm alertado publicamente os responsáveis políticos pelo problema premente do risco de extinção da Rola-brava», acusa as associações.

A rola-brava (*Streptopelia turtur*) foi incluída na lista vermelha de espécies ameaçadas da UICN – União Internacional de Conservação da Natureza, com o estatuto de vulnerável. «Esta inclusão na lista é um reconhecimento internacional e científico da ameaça de extinção que a espécie enfrenta», defende a coligação. Este apelo à proibição da caça da rola-brava vem sendo feito pelos ambientalistas nos últimos anos, sem qualquer sucesso.

<http://www.radioportalegre.pt/index.php/8-radio/6009-coligacao-c6-exige-proibicao-da-caca-a-rola-brava.html>

Rádio Portalegre

DATA: 18-08-2016

18-08-2016 | Rádio Portalegre | Coligação C6 exige proibição da caça à rola-brava

A coligação C6 exige a proibição da caça à rola-brava, já este ano, argumentando tratar-se de uma espécie migradora que está a desaparecer a um ritmo galopante em Portugal e na Europa.

Em declarações à Rádio Portalegre, Samuel Infante porta-voz da coligação C6 alertou que "a irresponsabilidade e insensibilidade" demonstrada nesta matéria pelos sucessivos governos, pode contribuir para a extinção da rola-brava em Portugal a muito curto prazo.

Desde há alguns anos atrás que as associações ambientalistas e algumas organizações do setor cinegético têm vindo a alertar os responsáveis políticos para o problema premente do risco de extinção da Rola-brava.

A coligação C6 é constituída pelo GEOTA, FAPAS, Liga para a Protecção da Natureza, Quercus, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e WWF Portugal.

| | |
|---|------------------|
| http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=ec6700c6-8b52-47d0-97e2-64b050e64783 | |
| Jornal Tinta Fresca | DATA: 17-08-2016 |

17-08-2016 | Jornal Tinta Fresca | Coligação C6 exige proibição já este ano da caça à Rola-brava, espécie em risco de extinção

Coligação C6 exige proibição já este ano da caça à Rola-brava, espécie em risco de extinção

A Rola-brava (*Streptopelia turtur*) é uma espécie migradora que está a desaparecer a um ritmo galopante em Portugal e na Europa. A situação da espécie na Europa é muito grave, estimando-se que a sua população tenha decrescido 73% nos últimos 20 anos.

Recentemente a Rola-brava (*Streptopelia turtur*) foi incluída na lista vermelha de espécies ameaçadas da UICN - União Internacional de Conservação da Natureza, com o estatuto de vulnerável. Esta inclusão na lista é um reconhecimento internacional e científico da ameaça de extinção que a espécie enfrenta.

Acresce que, na data prevista para a abertura da caça à rola, ainda durante o mês de Agosto, é provável a existência de muitas rolas em nidificação ainda com crias no ninho e, pontualmente, ovos de posturas tardias ou segundas posturas. Conjugada com a quantidade e a extensão dos incêndios florestais que têm ocorrido em Portugal, esta situação provocará uma quebra ainda maior nas já debilitadas populações selvagens de Rola-brava.

A Coligação C6 considera que a irresponsabilidade e insensibilidade demonstrada nesta matéria pelos sucessivos governos pode contribuir para a extinção da Rola-brava em Portugal a muito curto prazo. Todos os anos as associações ambientalistas e algumas organizações do setor cinegético têm alertado publicamente os responsáveis políticos pelo problema premente do risco de extinção da Rola-brava.

Não podemos esquecer o triste destino do Pombo-viajante americano, que foi considerado a ave mais abundante do mundo e cujo último exemplar morreu num jardim zoológico em 1914. A extinção é para sempre.

A Coligação C6 apela, assim, ao Ministro da Agricultura e ao Ministro do Ambiente que proibam, com carácter de urgência, a caça à Rola-brava, de modo a prevenir a extinção desta magnífica espécie.

A coligação C6 é constituída pelo GEOTA, FAPAS, LPN (Liga para a Protecção da Natureza), Quercus, SPEA-Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e WWF Portugal.

| | |
|---|------------------|
| http://www.noticiasdonordeste.pt/2016/09/ambientalistas-retiram-se-da-comissao.html | |
| Noticias do Nordeste | DATA: 22-09-2016 |

22-09-2016 | Noticias do Nordeste | Ambientalistas retiram-se da Comissão de Acompanhamento Ambiental da barragem de Foz Tua

A Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) decidiu suspender a sua representação na Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua (CAA-AHFT). Acusa aquele órgão de ser conivente com incumprimentos vários por parte da EDP.

Decorre amanhã, 23 de setembro, a 16.ª reunião plenária do órgão que acompanha o cumprimento das medidas de compensação e minimização a executar pela EDP como contrapartidas para a construção da barragem de Foz Tua.

O encontro não contará com a presença do GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, nem da Plataforma Salvar o Tua, coletivos indicados pela CPADA, em representação das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA), naquele fórum.

O enchimento da albufeira da barragem do Tua de forma ilegal foi a gota de água que fez transbordar o copo dos ambientalistas. Em comunicado, dirigido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, estrutura pública que preside à CAA – AHFT, justificam: “A Comissão e a sua coordenação não tem zelado pelo cumprimento da sua missão. O enchimento da albufeira antes de autorizado é o exemplo mais flagrante. Este ato, comprovadamente ilegal e não autorizado foi,

surpreendentemente, apadrinhado pelas autoridades competentes, com destaque para a Agência Portuguesa do Ambiente”.

As ONGAs queixam-se de “envio tardio de documentos para análise”, “atrasos na resposta a pedidos de esclarecimento”, “adiamento de reuniões em fases críticas das obras da barragem” e, por parte de alguns membros, o “desprezo pelo interesse público” e a “negligência” de certas entidades com “responsabilidades na fiscalização do empreendimento”.

Na mesma missiva, as associações declaram que apenas voltarão à CAA-AHFT quando “a coordenação e as autoridades competentes obrigarem ao devido cumprimento das medidas de minimização e compensação”.

Como sinal de boa fé, exigem “o esvaziamento da albufeira de Foz Tua e a suspensão do desenvolvimento do projeto de mobilidade até que o respetivo Projeto de Execução seja devidamente apresentado e aprovado na CAA, em cumprimento das exigências da Declaração de Impacte Ambiental”.

| | |
|---|--|
| http://ondalivrefm.net/2016/09/22/ambientalistas-nao-vaoparticipar-mais-na-comissao-de-acompanhamento-ambiental-do-aproveitamento-hidroeletrico-de-foz-tua/ | |
|---|--|

| |
|------------|
| Onda Livre |
|------------|

| |
|------------------|
| DATA: 22-09-2016 |
|------------------|

22-09-2016 | Onda Livre | Ambientalistas não vão participar mais na Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

A Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente decidiu suspender a sua representação na Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, por considerar que este órgão está a ser conivente com incumprimentos vários por parte da EDP.

Assim, amanhã, 23 de setembro, na 16.ª reunião plenária do órgão que acompanha o cumprimento das medidas de compensação e minimização a executar pela EDP, como contrapartidas para a construção da barragem de Foz Tua, não contará com a presença do GEOTA_– Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, nem da Plataforma Salvar o Tua, coletivos indicados pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, em representação das Organizações Não Governamentais de Ambiente naquele fórum.

Em causa estão as alegadas irregularidades ligadas a enchimentos que a Agência Portuguesa do Ambiente confirmou serem ilegais, e que os duas grupos consideraram ser “a gota de água” neste assunto.

Como sinal de boa fé, pedem “o esvaziamento da albufeira de Foz Tua e a suspensão do desenvolvimento do projeto de mobilidade até que o respetivo Projeto de Execução seja devidamente apresentado e aprovado na Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, em cumprimento das exigências da Declaração de Impacte Ambiental”.

| | |
|---|--|
| http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/barragem-do-tua/ambientalistas-denunciam-enchimento-da-albufeira-do-tua-de-forma-ilegal | |
|---|--|

| |
|-------|
| TV 24 |
|-------|

| |
|------------------|
| DATA: 22-09-2016 |
|------------------|

22-09-2016 | TV 24 | Ambientalistas denunciam enchimento da albufeira do Tua "de forma ilegal"

GEOTA e Plataforma Salvar o Tua abandonaram a Comissão de Acompanhamento da barragem de Foz Tua e acusam a Agência Portuguesa do Ambiente de "ser conivente com os incumprimentos da EDP"

As associações ambientalistas representadas na Comissão de Acompanhamento Ambiental (CAA) da barragem do Tua anunciaram, nesta quinta-feira, que decidiram suspender a sua

representação neste órgão, por alegados incumprimentos das medidas de compensação e contrapartidas.

As associações revelam, em comunicado, que está marcada para sexta-feira a 16.^a reunião da CAA, que “não contará com a presença do GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, nem da Plataforma Salvar o Tua, indicados pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente para representação das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)”, naquele fórum.

Os ambientalistas acusam a Comissão e Acompanhamento de “ser conivente com incumprimentos vários por parte da EDP”, a concessionária da barragem que se encontra em fase de conclusão no rio Tua, em Trás-os-Montes.

Aquela comissão, onde estão representadas várias instituições, acompanha o cumprimento das medidas de compensação e minimização a executar pela EDP como contrapartidas para a construção da barragem de Foz Tua.

O enchimento da albufeira da barragem do Tua de forma ilegal foi a gota de água que fez transbordar o copo dos ambientalistas”, alegam.

Em comunicado, dirigido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, estrutura pública que preside à Comissão de Acompanhamento, justificam que “a Comissão e a sua coordenação não têm zelado pelo cumprimento da sua missão”.

O enchimento da albufeira antes de autorizado é o exemplo mais flagrante. Este ato, comprovadamente ilegal e não autorizado foi, surpreendentemente, apadrinhado pelas autoridades competentes, com destaque para a Agência Portuguesa do Ambiente”, apontam. As ONGA queixam-se de “envio tardio de documentos para análise, atrasos na resposta a pedidos de esclarecimento, adiamento de reuniões em fases críticas das obras da barragem e, por parte de alguns membros, o desprezo pelo interesse público e a negligência de certas entidades com responsabilidades na fiscalização do empreendimento”.

No mesmo documento, as associações declaram que apenas voltarão à Comissão quando “a coordenação e as autoridades competentes obrigarem ao devido cumprimento das medidas de minimização e compensação”.

Para mudarem de posição, os ambientalistas “exigem o esvaziamento da albufeira e a suspensão do desenvolvimento do projeto de mobilidade até que o respetivo Projeto de Execução seja devidamente apresentado e aprovado na CAA, em cumprimento das exigências da Declaração de Impacte Ambiental (DIA)”.

O plano de mobilidade é uma das exigências da DIA como contrapartida à desativação da Linha do Tua, que vai ficar parcialmente submersa.

O projeto foi entregue ao empresário Mário Ferreira, conhecido pelos passeios turísticos de barco no rio Douro, que já deu início aos trabalhos de reabilitação do que resta da ferrovia.

A EDP disponibilizou 10 milhões de euros ao operador turístico para o projeto que inclui viagens de barco na nova albufeira, entre o Tua e Brunheda, e de comboio da Brunheda até Mirandela.

<http://ondalivre.fm.net/2016/09/23/comissao-de-acompanhamento-ambiental-do- aproveitamento-hidroeletrico-de-foz-tua-diz-nao-se-rever-na-decisao-das- associacao-ambientalistas/>

Onda Livre FM

DATA: 22-09-2016

22-09-2016 | Onda Livre FM | Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua diz não se rever na decisão das associações ambientalistas

“As demais entidades que compõem a Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua não se revêm na tomada de posição das Organizações Não Governamentais de Ambiente”, nomeadamente a GEOTA e a Plataforma Salvar o Tua.

Chega hoje a reacção à decisão destas duas entidades de suspenderem a sua participação na Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, por entender que esta entidade está a ser conivente com alegadas ilegalidades por parte da EDP.

Num comunicado enviado pela CCDR-Norte, em nome das restantes entidade que compõem esta comissão de acompanhamento, garante-se que todas as decisões têm sido tomadas com “rigor e transparência”.

Sobre o enchimento da albufeira da barragem, que terá sido a “gota de água” para os ambientalistas, por ilegalidades à altura confirmada pela Agência Portuguesa do Ambiente, diz-se no comunicado que foi autorizado por essa mesma entidade, em articulação com as restantes entidades. Já no que toca ao Plano de Mobilidade, também muito falado refere-se que este foi aprovado em fevereiro último, e que está a ter o devido acompanhamento.

Recorde-se que esta comissão é composta, para além da GEOTA e da Plataforma Salvar o Tua, que entretanto cessou a sua participação, por mais dez entidades, entre elas os municípios abrangidos pelo empreendimento hidroelétrico, como são Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor.

<http://observador.pt/2016/09/22/ambientalistas-abandonam-comissao-de-acompanhamento-da-barragem-do-tua/>

Observador

DATA: 22-09-2016

22-09-2016 | Observador | Ambientalistas abandonam Comissão de Acompanhamento da barragem do Tua

As associações ambientalistas decidiram suspender a sua representação neste órgão, por alegados incumprimentos das medidas de compensação e contrapartidas.

Partilhe

Os ambientalistas acusam a Comissão e Acompanhamento de “ser conivente com incumprimentos vários por parte da EDP”

As associações ambientalistas representadas na Comissão de Acompanhamento Ambiental (CAA) da barragem do Tua anunciaram esta quinta-feira que decidiram suspender a sua representação neste órgão, por alegados incumprimentos das medidas de compensação e contrapartidas.

As associações revelam, em comunicado, que está marcada para sexta-feira a 16.ª reunião da CAA, que “não contará com a presença do GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, nem da Plataforma Salvar o Tua, indicados pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente para representação das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)”, naquele fórum.

Os ambientalistas acusam a Comissão e Acompanhamento de “ser conivente com incumprimentos vários por parte da EDP”, a concessionária da barragem que se encontra em fase de conclusão no rio Tua, em Trás-os-Montes.

Aquela comissão, onde estão representadas várias instituições, acompanha o cumprimento das medidas de compensação e minimização a executar pela EDP como contrapartidas para a construção da barragem de Foz Tua.

“O enchimento da albufeira da barragem do Tua de forma ilegal foi a gota de água que fez transbordar o copo dos ambientalistas”, alegam.

Em comunicado, dirigido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, estrutura pública que preside à Comissão de Acompanhamento, justificam que “a Comissão e a sua coordenação não têm zelado pelo cumprimento da sua missão”.

“O enchimento da albufeira antes de autorizado é o exemplo mais flagrante. Este ato, comprovadamente ilegal e não autorizado foi, surpreendentemente, apadrinhado pelas autoridades competentes, com destaque para a Agência Portuguesa do Ambiente”, apontam.

As ONGA queixam-se de “envio tardio de documentos para análise, atrasos na resposta a pedidos de esclarecimento, adiamento de reuniões em fases críticas das obras da barragem e, por parte de alguns membros, o desprezo pelo interesse público e a negligência de certas entidades com responsabilidades na fiscalização do empreendimento”.

No mesmo documento, as associações declaram que apenas voltarão à Comissão quando “a coordenação e as autoridades competentes obrigarem ao devido cumprimento das medidas de minimização e compensação”.

Para mudarem de posição, os ambientalistas “exigem o esvaziamento da albufeira e a suspensão do desenvolvimento do projeto de mobilidade até que o respetivo Projeto de Execução seja devidamente apresentado e aprovado na CAA, em cumprimento das exigências da Declaração de Impacte Ambiental (DIA)”.

O plano de mobilidade é uma das exigências da DIA como contrapartida à desativação da Linha do Tua, que vai ficar parcialmente submersa.

O projeto foi entregue ao empresário Mário Ferreira, conhecido pelos passeios turísticos de barco no rio Douro, que já deu início aos trabalhos de reabilitação do que resta da ferrovia.

A EDP disponibilizou 10 milhões de euros ao operador turístico para o projeto que inclui viagens de barco na nova albufeira, entre o Tua e Brunheda, e de comboio da Brunheda até Mirandela.

<http://greensavers.sapo.pt/2016/09/22/movimento-menos-um-carro-o-manifesto-para-a-mobilidade-sustentavel/>

Green Savers Sapo.pt

DATA: 22-09-2016

22-09-2016 | Green Savers Sapo | Movimento Menos Um Carro: O Manifesto para a Mobilidade Sustentável

Foi durante a Cerimónia da Assinatura do Manifesto “Menos Um Carro”, que o Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, sugeriu a criação de uma plataforma onde o cidadão possa comprometer-se com a causa deste Movimento, desafiando-o a assumir o “compromisso” de agir e respeitar a mobilidade sustentável.

Duarte Cordeiro, Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, assinalou este dia como aquele que “representa o crescimento do Movimento ‘Menos Um Carro’”, acrescentando ainda que, a Câmara de Lisboa, partilha “integralmente e sensivelmente todos os objectivos do movimento”, uma vez que, “a mobilidade sustentável é, sem reservas, uma prioridade da Cidade”.

Na Assinatura do Manifesto “Menos Um Carro” marcaram presença a ACAM – Associação de Cidadãos Automobilizados, a APVE – Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico, a APVGN – Associação Portuguesa do Veículo a Gás Natural, a Carris, a CP – Comboios de Portugal, o Grupo Barraqueiro, o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, a Lisboa E-NOVA, a LPN – Liga para a Protecção da Natureza, o Mobiletric, a PRP – Prevenção Rodoviária Portuguesa, a UBER Portugal e a UGC – União Geral dos Consumidores, elevando para 34 o número de entidades parceiras do Movimento.

Criado em 2009, o Movimento “Menos Um Carro” conta na sua fundação com 20 entidades, nomeadamente, a ACAPO, a AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, a AMTL – Área Metropolitana de Lisboa, a ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental, a Associação Salvador, a Câmara Municipal de Lisboa, a Carris, a Direcção-

Geral de Saúde, a EMEL, a FPCUB – Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, a GEOTA, o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, o IPDJ – Instituto Português do desporto e da Juventude, o Metro de Lisboa, a PSP, a Quercus, a Siemens, os TIS – Consultores em Transportes, Inovação e Sistemas, e a Universidade Católica Portuguesa.

Durante a Semana Europeia da Ecomobilidade, o Movimento “Menos um Carro” deu mais um passo no cumprimento do objectivo de ganhar dimensão nacional, com a integração da Câmara Municipal de Almada, da ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, da Fertagus, da MTS – Metro Transportes do Sul, da TST – Transportes Sul do Tejo e da Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

No Manifesto as entidades comprometem-se a juntar esforços para sensibilizar a mudança de atitudes e comportamentos face aos padrões de deslocação quotidianos. Há também um compromisso em difundir e produzir informação sobre as iniciativas dedicadas ao tema da mobilidade sustentável, a desenvolver a plataforma www.menosumcarro.eu, e a contribuir para a expansão do Movimento “Menos Um Carro”. Pretende alcançar-se uma sociedade mais solidária, sustentável e ecoeficiente.

<http://ondalivre.fm.net/2016/09/22/ambientalistas-batem-com-a-porta-da-comissao-de-acompanhamento-ambiental-do-aproveitamento-hidroeletrico-de-foz-tua/>

Onda Livre FM

DATA: 22-09-2016

22-09-2016 | Onda Livre FM | Ambientalistas batem com a porta da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua

A Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente decidiu suspender a sua representação na Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua.

Assim, amanhã, naquela que será 16.ª reunião plenária do órgão que acompanha o cumprimento das contrapartidas, por parte da EDP, a que a construção da Barragem de Foz Tua a obriga, não conta com elementos da GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), nem da Plataforma Salvar o Tua, ambos, recorde-se, indicados pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, para representar as Organizações Não Governamentais de Ambiente.

O início do enchimento da barragem sem autorização, agindo em ilegalidade confirmada própria Agência Portuguesa do Ambiente, foi a “gota de água”, explica João Joanaz de Melo, coordenador da Plataforma Salvar o Tua.

“A gota de água que fez transbordar a taça foi o início do enchimento da barragem sem autorização.

A EDP começou a encher a barragem sem autorização da autoridade competente, neste caso a Agência Portuguesa do Ambiente, que acumula a função de Autoridade Nacional de Segurança de Barragens.

Entendemos que não devemos branquear a ação desta comissão, ou dignificá-la, com a nossa presença lá. Por isso decidimos suspender a nossa presença e denunciar publicamente que esta Comissão de Acompanhamento não serve para nada. Não está a fazer nada. O Estado português não está a cumprir as suas obrigações no que toca neste projeto, e não vamos compactuar com esta fraude.”

João Joanaz de Melo afirma que três requisitos fundamentais respeitantes a esta construção não estão a ser cumpridos, e tudo por culpa das instituições que deveriam estar a regulamentar a questão.

“Três aspetos fundamentais: um é o traçado de linha de alta tensão, que não cumpre os requisitos estabelecidos; outro é o projeto de mobilidade, que neste momento é apresentado como tendo fins apenas turísticos, vamos ver se terá sucesso ou não. É um projeto com pouca consistência. Está por demonstrar qual é o grau de sucesso que poderá ter como projeto turístico. O que não cumpre é o requisito de assegurar a mobilidade da população local; e depois, temos a salvaguarda do Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade, que tem um conjunto de requisitos do ponto de vista paisagístico, da garantia da integridade desse património, que também não estão garantidos.

E as instituições que deveriam assegurar que tudo está a ser cumprido, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente, a CCDR-Norte, enquanto coordenadora da Comissão de Acompanhamento, e também a Comissão Nacional da UNESCO, que ou estão a ser coniventes com a EDP, ou grosseiramente negligentes.”

Já a presidente da GEOTA, Marlene Marques, salienta ainda que os ambientalistas esperam que esta tomada de posição agite a opinião pública, e mesmo pedem o esvaziamento da albufeira da barragem, como um sinal de boa fé. E essa poderia ser, na opinião de Marlene Marques, a primeira decisão acertada sobre o Tua.

“Naturalmente que temos esperança que sim, assim como que o Governo mande parar o enchimento da albufeira, e ordene até o esvaziamento da mesma, como nós reivindicamos neste comunicado.

Isso sim, será entendido por nós como uma reação de boa vontade e de boa decisão em relação ao processo. Será certamente a primeira boa decisão, e um indicador que se querem seguir os procedimentos legais.”

O coordenador da Plataforma Salvar o Tua reconhece que as hipóteses de salvar o Vale do Tua são já reduzidas, mas espera que esta história possa salvar outros rios selvagens, como o Tâmega, que tem prevista a construção de quatro barragens.

E quem paga, são todos os contribuintes.

“Para todas as pessoas que nos estão a ouvir, isto não é só um problema do Vale do Tua, e de quem ainda lá vive, cada vez sem mais condições para o fazer.

Isto é um alerta para todos aqueles que vão pagar esta barbaridade. Porque os custos desta barragem e dos pseudo-planos de mobilidade que se andam a fazer são, eventualmente, os consumidores de eletricidade e os contribuintes. Isto, na verdade, só beneficia os promotores do projeto.”

A partir de amanhã, os ambientalistas escusam-se a participar na Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua.

<http://ondalivrefm.net/2016/09/29/ministro-do-ambiente-afirma-que-nada-de-ilegal-foi-feito-no-tua/>

Onda Livre FM

DATA: 29-09-2016

22-09-2016 | Onda Livre FM | Ministro do Ambiente afirma que nada de ilegal foi feito no Tua

João Pedro Matos Fernandes, em declarações captadas pelo canal do Parlamento na última audição, em que foi questionado pela deputada do Partido Ecologista os Verdes, Heloísa Apolónia, sobre a tomada de posição das associações ambientalistas GEOTA e da Plataforma Salvar o Tua, que resolveram afastar-se da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua.

João Pedro Matos Fernandes afirma que o Plano de Mobilidade foi aprovado antes dos enchimentos, e confessa “entender com dificuldade” a posição dos ambientalistas

O Ministro do Ambiente a afirmar que não foram cometidas ilegalidades no Tua.

<http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2016-10-16-Estaremos-condenados-a-continuar-viver-sob-ameaca-da-Central-Nuclear-de-Almaraz->

16-10-2016 | Visão | Estaremos condenados a continuar viver sob ameaça da Central Nuclear de Almaraz?

A central espanhola fica próxima dos distritos de Castelo Branco e Portalegre. E é arrefecida pelas águas do Tejo, depois trazidas para Portugal

Os espanhóis querem novo armazém de resíduos nucleares na central próxima da fronteira, mas o embaixador garante que nada justifica um conflito diplomático – pelo menos, para já

Em vez do encerramento – defendido pela maioria –, o governo espanhol ainda quer construir mais um armazém de resíduos na central arrefecida pelas águas do Tejo, a cem quilómetros de Portugal. A notícia caiu como uma bomba na Assembleia da República onde, ainda antes do verão, tinha sido aprovada – por unanimidade – uma resolução sobre o encerramento da central em funcionamento desde 1981.

Criticado pela oposição, que aponta o dedo ao ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, por ter descurado a pressão sobre Espanha, o Governo pôs em marcha a via diplomática. Em carta, já recebida pelos ministros espanhóis do Ambiente e da Economia, Portugal pede esclarecimentos.

É neste ponto, garantiu à VISÃO o embaixador de Portugal em Espanha, que a diplomacia se vai concentrar. “Não há nenhum instrumento legal que nos permita exigir o encerramento de Almaraz. Mas queremos garantir que Portugal seja envolvido no estudo de impacto ambiental. Até porque a isso obrigam os acordos bilaterais e internacionais”.

Apesar da polémica, Francisco Ribeiro de Menezes esclarece que “o novo armazém será necessário para guardar resíduos, mesmo que a central encerre”.

Nem a memória da má experiência de 1986, quando Espanha tentou criar um laboratório nuclear em Aldeadavila, no Douro Internacional, levando à crispação política entre os dois países, parece abalar a convicção do embaixador: “Nada me poderia levar a dizer que há segundas intenções por parte de Espanha. A relação é transparente”.

Em Portugal, o ministro do Ambiente, Matos Fernandes, alinha com a diplomacia. Incidentes publicitados, embora de grau zero em termos de segurança, de acordo com o relatório do Conselho de Segurança Nuclear (CSN), são vistos como demonstração de transparência.

O CSN deu parecer positivo ao novo aterro de resíduos (sob a forma de armazém), mas terão de ser ouvidos os Estados que possam sofrer de impacto transfronteiriço. “Sublinhámos que Portugal tem de participar na avaliação do impacto ambiental”, reitera o ministro.

LUCROS NUCLEARES

Apesar destas garantias, o Governo socialista não se livra das críticas da oposição pela forma como (não) conduziu o processo de Almaraz nos últimos meses. “Atirou-se para o chão e fez-se de morto”, aponta Bruno Coimbra, deputado do PSD. Lembrando que “o Parlamento decidiu pressionar Espanha a encerrar e o ministro desvalorizou”, Bruno Coimbra alerta para a “degradação da central, que não é tranquilizadora”.

Decidido a questionar o Governo de António Costa sobre este tema já na próxima audição, o deputado social-democrata admite que agora está expectante: “O ministro acordou. Já não é mau”.

Jorge Costa, do Bloco de Esquerda, elogia o pedido de esclarecimentos a Espanha, mas não tem dúvidas sobre a posição que Portugal deve defender: “Tornou-se evidente que o plano não é parar, mas sim aumentar. A continuação da central é totalmente inaceitável. Esta insistência só se justifica com os lucros dos acionistas”. É verdade que, de acordo com algumas organizações ambientalistas, a central, detida pela Endesa, Iberdrola e União Fenosa, representará lucros superiores a 160 milhões de euros por ano. Mas também não é menos certo que encerrar uma central nuclear será dos exercícios mais caros e complexos que se podem exigir a qualquer produtora de energia.

Imbróglia. Trapalhada. Berbicacho. São apenas três das expressões que os ambientalistas colam ao que significa parar a produção nuclear. “As centrais produzem vários tipos de resíduos. Alguns deles têm um período de vida superior a 50 mil anos. Nada humano está testado para este tempo. Não há formulação geológica que aguarde. Não há solução”, disse à VISÃO Carlos Pimenta, ex-secretário de Estado do Ambiente do governo de Cavaco Silva.

O fundador do GEOTA (Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente), João Joanaz de Melo, defende mesmo que o debate importante é outro: “Devíamos estar a discutir as implicações de encerrar uma central nuclear e não o alargamento. É preciso um plano de saída para o nuclear”.

Até porque, lembra Carlos Pimenta, “o desmantelamento custa centenas de milhões de euros e no fim de vida uma central não tem receita”. Há 40 anos dedicado ao estudo do nuclear, não hesita: “Almaraz já devia estar encerrada. É uma doente crónica, sem cura. Portugal deve exigir a Espanha o desmantelamento e a descontaminação de Almaraz. Não podemos admitir que se adie e se adie.”

Ainda as Selvagens

São históricas as querelas entre Portugal e Espanha por causa da gestão dos recursos hídricos ou das pescas, mas aquela que mais parece continuar a dividir os dois reinos são umas rochas (ou ilhas, a definição é um dos problemas) no meio do Atlântico. Em 1911 Espanha tenta incorporar o território nas Canárias. Portugal protesta e o direito internacional dá-lhe razão. Mas a questão continua a atrair atenções políticas – e visitas presidenciais. Mário Soares deu o mote, ao visitar as Selvagens em 1991, Cavaco Silva vai mais longe e passa aí uma noite de 2013, Marcelo Rebelo de Sousa, eleito este ano, fez desta uma das suas primeiras visitas institucionais. Para Portugal, trata-se de uma

ilha, com direito a Zona Económica Exclusiva. Para Espanha não passam de rochas, sem mais direitos acrescidos. A contenda promete continuar. Talvez por tanto ou mais tempo do que Almaraz.

<http://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/orcamento-do-estado/detalhe/associacoes-ambientalistas-dizem-que-taxa-bala-e-insuficiente>

Jornal de Negócios

DATA: 21-10-2016

21-10-2016 | Jornal de Negócios | Associações ambientalistas dizem que "taxa bala" é insuficiente

Seis associações ambientalistas defenderam hoje que uma taxa sobre munições de chumbo é insuficiente para reduzir os efeitos deste poluente na natureza e na saúde, e que as verbas obtidas deviam ser usadas para banir a substância nos cartuchos.

A Coligação C6 considera que "esta é uma medida insuficiente para reduzir ou compensar a poluição provocada por este contaminante em resultados da actividade cinegética, a solução passaria, sim, por dar um chumbo às utilizações de cartuchos com chumbo, interditando o seu uso e substituindo-os por materiais não poluentes", salienta um comunicado.

A proposta de Orçamento do Estado (OE2017), apresentada pelo Governo, na sexta-feira, propõe uma "taxa sobre munições de chumbo", de cerca de dois cêntimos de euro por cada cartucho com a substância, utilizado pelos caçadores.

Para a coligação, que junta o Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), o Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens FAPAS), a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), a Quercus, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e a WWF Portugal, a receita que o Governo venha a conseguir com a nova taxa não devia ser direccionada para a caça.

"As verbas provenientes de uma eventual taxa sobre as munições com chumbo, não deveriam ser usadas no investimento no sector da caça, conforme a proposta de Orçamento do Estado, mas sim em investimentos para despoluir, proteger espécies ameaçadas pelo chumbo" ou acabar com a utilização da substância, realçam os ambientalistas.

Aliás, especificam, a medida proposta "não é suficiente para resolver os graves problemas provocados nas cadeias tróficas, com consequente impacte na saúde humana", devido ao uso de munições com chumbo na caça, e a única medida eficaz seria a interdição da sua utilização e a substituição por ligas metálicas alternativas.

A utilização de cartuchos com chumbo na caça origina a libertação daquele metal pesado que resulta na contaminação dos solos e da água, com efeitos indirectos na fauna local e na saúde humana, pela ingestão de água ou alimentos cultivados em solos contaminados.

A substância é absorvida pelos organismos onde se acumula, de forma lenta, explicam as associações, citando estimativas a apontar que os adultos absorvem entre 5% a 15% do chumbo ingerido, retendo 5%, valor que é mais elevado nas crianças, podendo atingir 40%.

A contaminação por chumbo pode afectar o funcionamento do sistema nervoso ou da medula óssea e dos rins, e a Agência Internacional para a Pesquisa do Cancro (International Agency for Research on Cancer- IARC) considerou-o como um possível carcinogénico, segundo a C6.

O chumbo acumula-se igualmente nas cadeias tróficas, causando a morte por envenenamento de aves e mamíferos de espécies protegidas, sendo os patos dos grupos que mais sofrem da contaminação proveniente da caça, mas águias, abutres e lobos também "acumulam doses letais de chumbo no seu organismo ao consumirem presas contaminadas" com a substância.

Portugal é um dos poucos países europeus onde ainda é possível caçar com estas munições, uma prática que "não é aceitável numa sociedade informada e responsável", realçam os ambientalistas.

| | |
|---|--|
| http://www.acorianooriental.pt/noticia/ambientalistas-queriam-incentivos-a-eficiencia-energetica-e-produtos-com-mais-tempo-no-orcamento-do-estado | |
|---|--|

| | |
|-------------------|------------------|
| Açoriano Oriental | DATA: 22-10-2016 |
|-------------------|------------------|

22-10-2016 | Açoriano Oriental | Ambientalistas queriam incentivos a eficiência energética e produtos com mais tempo no Orçamento do Estado

Os ambientalistas gostariam que o Orçamento do Estado para 2017 contemplasse incentivos à eficiência energética, mais taxa de recursos hídricos para alguns setores, promoção do aumento do ciclo de vida dos produtos, maior imposto nos produtos açucarados e químicos agrícolas.

"A primeira medida que escolheria, seguindo preocupações já manifestadas, pelo menos no discurso pelo Governo, era criar incentivos, a sério, à eficiência energética, financiados com a redução dos subsídios perversos, como às novas barragens e as isenções de ISP [Imposto sobre Produtos Petrolíferos] para a grande indústria", disse hoje à agência Lusa João Joanaz de Melo.

O especialista do Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) comentava as medidas para a área do Ambiente da proposta do Orçamento do Estado para 2017 (OE2017), apresentada pelo Governo de António Costa, a 14 de outubro, e listava as decisões que defende deviam ter avançado.

O GEOTA considera ainda fundamental "pôr em prática a lei das finanças locais no que respeita à distribuição de uma parte do fundo geral municipal em função das áreas classificadas para a conservação da natureza".

Para a mesma questão, o presidente da Associação Sistema Sustentável - Zero, Francisco Ferreira elege "o aumento da taxa de recursos hídricos para determinados setores" e refere estar surpreendido pela "redução de 400 mil euros de receita" nesta área.

Outro ponto que gostaria de ver contemplado era a promoção do aumento do ciclo de vida dos produtos, nomeadamente "através da redução da taxa de IVA na reparação de equipamentos elétricos e eletrónicos" e de veículos, assim como o benefício fiscal em sede de IRS para investimentos na área de energias renováveis e eficiência energética.

O presidente da Quercus, João Branco, defendeu que o Governo "devia ter ido mais além" no imposto sobre os produtos açucarados, incidido sobre também em outros produtos alimentares processados, e ter avançado com um outro sobre os produtos de síntese para a agricultura", como os pesticidas ou os adubos químicos.

João Branco concorda com dois aspetos dos planos do Governo para 2017, um deles "tem a ver com possibilidade de dedução de despesas com transportes públicos, [e é] uma medida bastante positiva", pois fomenta a sua utilização em vez dos transportes individuais, embora não seja claro "se a dedução será suficiente para fazer a diferença e as pessoas utilizarem mais o transporte público".

A segunda medida positiva apontada relaciona-se com os "impostos sobre os produtos açucarados, conhecidos como refrigerantes".

Quanto à parte menos boa do OE2017 do Governo de António Costa, "há um fator extremamente negativo que é o corte em 10,5% no Ministério do Ambiente", refere a Quercus.

A despesa total consolidada prevista para o Ambiente é de 1.516,8 milhões de euros no orçamento ajustado para 2017, menos 10,5% que este ano, ou seja, uma quebra de 178 milhões de euros, justificada com a descida do valor atribuído ao subsector entidades públicas reclassificadas, área que tem menos 10,3% que em 2016.

Para a Zero, entre os pontos positivos, estão a introdução de uma contribuição no que respeita às munições com chumbo", metal pesado que acaba por contaminar os solos e é relevante na caça, decisão que "vai permitir obter verbas para a conservação da natureza", e os incentivos à mobilidade elétrica.

Francisco Ferreira aponta também "o compromisso e investimento grande que vai haver, espera-se, na finalização da remoção do amianto de um conjunto de edifícios que tem sido um problema já com vários anos e que faltava terminar, é muito oneroso e que, em termos de saúde pública, é claramente muito relevante".

Menos bom, continuou, é "o grande desenvolvimento que se pretende do regadio e que pode, um elemento de precaução, ser uma ameaça ambiental significativa" e a alteração do papel do grupo Águas de Portugal, pois, embora se desconheça alguns pontos, "levanta algumas reticências porque pode ser um sinal de desestabilização do que devem ser as políticas públicas, que devem ser duradouras".

João Joanaz de Melo admite a existência de "alguns sinais de que há alguma preocupação" nas áreas da energia e dos transportes, mas ainda "não há medidas eficazes".

No entanto, escolhe como aspeto mais negativo o agravamento da tendência do Ambiente "continuar a ser o parente pobre, em particular os aspetos que têm a ver com o território e a natureza" e com o "subfinanciamento ou as orientações para a destruição dos meios de gestão das áreas protegidas".

| | |
|---|--|
| http://24.sapo.pt/noticias/nacional/artigo/ambientalistas-queriam-incentivos-a-eficiencia-energetica-e-produtos-com-mais-tempo_21414687.html | |
|---|--|

| | |
|---------|------------------|
| 24 Sapo | DATA: 22-10-2016 |
|---------|------------------|

22-10-2016 | 24 Sapo | Ambientalistas queriam incentivos a eficiência energética e produtos com mais tempo

Os ambientalistas gostariam que o Orçamento do Estado para 2017 contemplasse incentivos à eficiência energética, mais taxa de recursos hídricos para alguns setores, promoção do aumento do ciclo de vida dos produtos, maior imposto nos produtos açucarados e químicos agrícolas.

"A primeira medida que escolheria, seguindo preocupações já manifestadas, pelo menos no discurso pelo Governo, era criar incentivos, a sério, à eficiência energética, financiados com a redução dos subsídios perversos, como às novas barragens e as isenções de ISP [Imposto sobre Produtos Petrolíferos] para a grande indústria", disse hoje à agência Lusa João Joanaz de Melo.

O especialista do Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) comentava as medidas para a área do Ambiente da proposta do Orçamento do Estado para 2017 (OE2017), apresentada pelo Governo de António Costa, a 14 de outubro, e listava as decisões que defende deviam ter avançado.

O GEOTA considera ainda fundamental "pôr em prática a lei das finanças locais no que respeita à distribuição de uma parte do fundo geral municipal em função das áreas classificadas para a conservação da natureza".

Para a mesma questão, o presidente da Associação Sistema Sustentável - Zero, Francisco Ferreira elege "o aumento da taxa de recursos hídricos para determinados setores" e refere estar surpreendido pela "redução de 400 mil euros de receita" nesta área.

Outro ponto que gostaria de ver contemplado era a promoção do aumento do ciclo de vida dos produtos, nomeadamente "através da redução da taxa de IVA na reparação de equipamentos elétricos e eletrónicos" e de veículos, assim como o benefício fiscal em sede de IRS para investimentos na área de energias renováveis e eficiência energética.

O presidente da Quercus, João Branco, defendeu que o Governo "devia ter ido mais além" no imposto sobre os produtos açucarados, incidido sobre também em outros produtos alimentares processados, e ter avançado com um outro sobre os produtos de síntese para a agricultura", como os pesticidas ou os adubos químicos.

João Branco concorda com dois aspetos dos planos do Governo para 2017, um deles "tem a ver com possibilidade de dedução de despesas com transportes públicos, [e é] uma medida bastante positiva", pois fomenta a sua utilização em vez dos transportes individuais, embora não seja claro "se a dedução será suficiente para fazer a diferença e as pessoas utilizarem mais o transporte público".

A segunda medida positiva apontada relaciona-se com os "impostos sobre os produtos açucarados, conhecidos como refrigerantes".

Quanto à parte menos boa do OE2017 do Governo de António Costa, "há um fator extremamente negativo que é o corte em 10,5% no Ministério do Ambiente", refere a Quercus.

A despesa total consolidada prevista para o Ambiente é de 1.516,8 milhões de euros no orçamento ajustado para 2017, menos 10,5% que este ano, ou seja, uma quebra de 178 milhões de euros, justificada com a descida do valor atribuído ao subsector entidades públicas reclassificadas, área que tem menos 10,3% que em 2016.

Para a Zero, entre os pontos positivos, estão a introdução de uma contribuição no que respeita às munições com chumbo", metal pesado que acaba por contaminar os solos e é relevante na caça, decisão que "vai permitir obter verbas para a conservação da natureza", e os incentivos à mobilidade elétrica.

Francisco Ferreira aponta também "o compromisso e investimento grande que vai haver, espera-se, na finalização da remoção do amianto de um conjunto de edifícios que tem sido um problema já com vários anos e que faltava terminar, é muito oneroso e que, em termos de saúde pública, é claramente muito relevante".

Menos bom, continuou, é "o grande desenvolvimento que se pretende do regadio e que pode, um elemento de precaução, ser uma ameaça ambiental significativa" e a alteração do papel do grupo Águas de Portugal, pois, embora se desconheça alguns pontos, "levanta algumas reticências porque pode ser um sinal de desestabilização do que devem ser as políticas públicas, que devem ser duradouras".

João Joanaz de Melo admite a existência de "alguns sinais de que há alguma preocupação" nas áreas da energia e dos transportes, mas ainda "não há medidas eficazes".

No entanto, escolhe como aspeto mais negativo o agravamento da tendência do Ambiente "continuar a ser o parente pobre, em particular os aspetos que têm a ver com o território e a natureza" e com o "subfinanciamento ou as orientações para a destruição dos meios de gestão das áreas protegidas".

<http://www.dn.pt/portugal/interior/ambientalistas-querem-incentivos-para-eficiencia-energetica-5459061.html?page=-1>

Diário Noticias

DATA: 24-10-2016

24-10-2016 | Diário Noticias | Associações de ambiente apresentaram propostas concretas que gostariam de ver contempladas no Orçamento de Estado para o próximo ano

Incentivos fiscais à eficiência energética e utilização de transportes coletivos, dedução no IRS e redução do IVA no autoconsumo de eletricidade e aquisição de equipamentos para a sua produção, ou ainda o aumento da taxa de recursos hídricos para setores como a agroindústria e a agricultura, eis algumas das medidas que os ambientalistas gostariam de ver contempladas na proposta de Orçamento de Estado para 2017, mas que não estão lá.

"Entregámos em outubro as nossas propostas ao governo e grupos parlamentares, falámos com todos e temos esperança de que algumas das medidas que propomos ainda possam ser incorporadas no documento", diz Francisco Ferreira, presidente da Associação Sistema Terrestre Sustentável Zero.

A mesma expectativa tem o dirigente do GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, João Joanaz de Melo. "Elegemos três áreas prioritárias, que são energia e clima, mobilidade e transportes e ordenamento do território e biodiversidade, no âmbito das quais fizemos propostas, e tivemos encontros com todos os grupos parlamentares, que foram muito positivos", explica Joanaz de Melo. "Nas discussões com os partidos nenhuma das nossas propostas foi contestada, por isso esperamos que algumas possam ser ainda incluídas no orçamento", nota o especialista do GEOTA, para quem "o ambiente permanece um dos parentes pobres da política".

Numa leitura geral do orçamento, Joanaz de Melo considera, aliás, que "não existe ali nenhuma alteração em relação à estratégica de fundo que tem sido seguida", mantendo-se, no essencial, "os aspetos errados e as omissões que duram há décadas", e que se refletem hoje nos "indicadores péssimos na área da mobilidade, na energia e no ordenamento do território". Em relação à primeira, a da energia, "que é transversal a toda a economia" e que tem nela um peso negativo porque não favorece a sua competitividade, Joanaz de Melo destaca a manutenção de "isenções fiscais e subsídios perversos que servem as grandes empresas do setor, à custa dos cidadãos e da própria eficiência do sistema energético". Nesta área, justamente, o GEOTA defende a criação de incentivos à eficiência energética e às energias renováveis descentralizadas, com "benefícios fiscais às famílias e empresas" para instalação de isolamentos e aquisição de equipamentos mais eficientes e de painéis solares. "Em vésperas de entrar em vigor o Acordo de Paris [aprovado na última cimeira do clima, em 2015], trata-se de agarrar a oportunidade para melhorar a eficiência energética, essencial para enfrentar as alterações climáticas".

Para Zero, a proposta de orçamento "não é uma desilusão, mas também fica aquém do que desejável", sublinha Francisco Ferreira, notando que ele contempla algumas das propostas que tinham sido feitas pela Zero, como a do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (IFP), que faz agora "uma maior diferenciação entre os preços da gasolina e do gasóleo, com a descida da primeira, refletindo o maior peso poluente dos veículos a gasóleo". Mas, na opinião da associação, há muitas outras medidas que deviam lá estar e não estão, como

incentivos a formas de mobilidade suaves, com deduções no IRS para a aquisição de bicicletas, ou ainda o aumento da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) para setores como a agroindústria e a agricultura, de forma a "equilibrar as enormes diferenças que ainda existem entre o que paga o setor residencial e os outros setores", de forma "gerar eficiência" na sua utilização.

A Zero aponta alguma incerteza relacionada com a utilização flexível das verbas destinadas ao ambiente pelo que uma apreciação mais fundamentada "vai depender de se conhecerem os pormenores e de avaliar a sua prática", resume Francisco Ferreira.

| | |
|---|--|
| http://www.tvi24.iol.pt/economia/salvar-o-clima/manifs-contraprospedcao-de-petroleo-em-portugal-em-novembro | |
|---|--|

| | |
|--------|------------------|
| TVI 24 | DATA: 26-10-2016 |
|--------|------------------|

26-10-2016 | TVI 24 | Manifs contra prospeção de petróleo em Portugal em novembro

Associações ambientalistas, partidos e outras organizações convocaram três manifestações para 12 de novembro, em Lisboa, no Porto e no Algarve. Data do protesto não foi escolhida ao acaso

Novembro será marcado por manifestações contra a prospeção e produção de [petróleo em Portugal](#). Associações ambientalistas, partidos e outras organizações convocaram três protestos para o dia 12, em várias regiões: Lisboa, no Porto e no Algarve.

“Sabemos que é necessário impulsionar uma transição energética no país e, perante o cenário atual, as dificuldades climáticas, os acordos internacionais, tudo isto é contraditório com a prospeção e a produção de petróleo em Portugal”, justificou à agência Lusa o porta-voz do movimento Peniche Livre de Petróleo, uma das organizações envolvidas nos protestos, Ricardo Vicente.

A data do protesto não foi escolhida ao acaso, já que a 12 de novembro decorre, em Marrocos, a 22.ª Cimeira do Clima. “Na última cimeira do clima, no final de 2015, estabeleceu-se como meta travar o aquecimento global entre 1,5 e dois graus Celsius. Perante esse acordo, recentemente ratificado pelo Governo português, temos em Portugal 15 concessões para prospeção e produção de petróleo”, referiu.

Se Portugal quiser “cumprir o acordado”, será necessário “garantir que cerca de 80% das energias fósseis conhecidas hoje têm de ficar no subsolo”.

Portanto, não faz sentido continuarmos a procurar petróleo em novos locais, porque a prospeção de hidrocarbonetos nesses novos locais não é viável, o nosso sistema climático não o suporta”.

Em 2015, foram renovados os contratos de prospeção e produção de petróleo com consórcios aos quais foram feitas concessões entre os 55 e os 60 anos. Os contratos abrangem 33 mil quilómetros quadrados de costa portuguesa.

“Em Portugal existem contratos do mar, que vão do Porto ao Algarve, que põem em risco toda a nossa faixa costeira e as atividades que dela dependem”, afirmou Ricardo Vicente. No entanto, “os problemas não se localizam só no mar, também existem em terra”.

Entre Caldas da Rainha e Soure existem concessões em terra, e no Algarve também, que permitem a produção de gás de xisto e óleo de xisto por via da tecnologia de ‘fracking’ [fraturamento hidráulico], que contamina lençóis freáticos e que rebenta com os nossos solos, tornando-os inapropriados para um conjunto de atividades diversificado, como a agricultura. Estes contratos foram assinados nas costas de toda a população portuguesa, em especial da de cada um destes locais”.

Referindo que “os impactos ambientais são desastrosos”, Ricardo Vicente recordou “o maior acidente *off shore* com elevadíssimas contaminações da água do mar e da linha costeira, com destruição massiva de biodiversidade, do turismo e da pesca” ocorrido no Golfo do México em 2010. “Os riscos que existiram lá também existem cá”, avisou.

Os locais e horas das manifestações serão entretanto divulgados no site [Salvar o Clima](#) e na [página de Facebook](#) do movimento.

Estão envolvidos a ASMAA - Associação de Surf e Atividades Marítimas do Algarve, Bloco de Esquerda, Climáximo, Coletivo Clima, Futuro Limpo, GEOTA - Grupo de Estudos de Ambiente e Ordenamento do Território, Movimento Algarve Livre de Petróleo, Partido Ecologista “Os Verdes”, Peniche Livre de Petróleo, PAN - Pessoas Animais Natureza, Plataforma Algarve Livre de Petróleo, Plataforma Não ao Tratado Transatlântico, Porto pelo Ambiente, Preservar Algarve - Aljezur, Quercus, Sciaena, SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, STOP Petróleo Vila do Bispo, Tavira em Transição e Zero.

| | |
|---|--|
| http://observador.pt/2016/10/26/manifestacoes-marcadas-para-novembro-contra-prospecao-de-petroleo-em-portugal/ | |
|---|--|

| | |
|------------|------------------|
| Observador | DATA: 26-10-2016 |
|------------|------------------|

26-10-2016 | Observador | Manifestações marcadas para novembro contra prospeção de petróleo em Portugal

Associações ambientalistas, partidos e outras organizações convocaram três manifestações para 12 de novembro, em Lisboa, no Porto e no Algarve, em protesto contra a prospeção e produção de petróleo.

Partilhe

Foram convocadas três manifestações para 12 de novembro, em Lisboa, no Porto e no Algarve, em protesto contra a prospeção e produção de petróleo em Portugal.

Associações ambientalistas, partidos e outras organizações convocaram três manifestações para 12 de novembro, em Lisboa, no Porto e no Algarve, em protesto contra a prospeção e produção de petróleo em Portugal.

“Sabemos que é necessário impulsionar uma transição energética no país e, perante o cenário atual, as dificuldades climáticas, os acordos internacionais, tudo isto é contraditório com a prospeção e a produção de petróleo em Portugal”, afirmou esta quarta-feira à agência Lusa o porta-voz do movimento Peniche Livre de Petróleo, uma das organizações envolvidas nos protestos, Ricardo Vicente.

A data do protesto não foi escolhida ao acaso, já que a 12 de novembro decorre, em Marrocos, a 22.^a Cimeira do Clima.

Na última cimeira do clima, no final de 2015, estabeleceu-se como meta travar o aquecimento global entre 1,5 e dois graus Celsius. Perante esse acordo, recentemente ratificado pelo Governo português, temos em Portugal 15 concessões para prospeção e produção de petróleo”, referiu.

Segundo Ricardo Vicente, se Portugal quiser “cumprir o acordado”, será necessário “garantir que cerca de 80% das energias fósseis conhecidas hoje têm de ficar no subsolo”.

Portanto, não faz sentido continuarmos a procurar petróleo em novos locais, porque a prospeção de hidrocarbonetos nesses novos locais não é viável, o nosso sistema climático não o suporta”, disse.

Em 2015, foram renovados os contratos de prospeção e produção de petróleo com consórcios aos quais foram feitas concessões entre os 55 e os 60 anos. Os contratos abrangem 33 mil quilómetros quadrados de costa portuguesa.

Em Portugal existem contratos do mar, que vão do Porto ao Algarve, que põem em risco toda a nossa faixa costeira e as atividades que dela dependem”, afirmou Ricardo Vicente.

No entanto, “os problemas não se localizam só no mar, também existem em terra”.

Entre Caldas da Rainha e Soure existem concessões em terra, e no Algarve também, que permitem a produção de gás de xisto e óleo de xisto por via da tecnologia de ‘fracking’ [fraturamento hidráulico], que contamina lençóis freáticos e que rebenta com os nossos solos, tornando-os inapropriados para um conjunto de atividades diversificado, como a agricultura, disse Ricardo Vicente, acrescentando que “estes contratos foram assinados nas costas de toda a população portuguesa, em especial da de cada um destes locais”.

Referindo que “os impactos ambientais são desastrosos”, Ricardo Vicente recordou “o maior acidente ‘off shore’ com elevadíssimas contaminações da água do mar e da linha costeira, com destruição massiva de biodiversidade, do turismo e da pesca” ocorrido no Golfo do México em 2010.

“Os riscos que existiram lá também existem cá”, disse.

Os locais e horas das manifestações serão entretanto divulgados no [site](http://www.salvaroclima.net) www.salvaroclima.net e na página de [Facebook](#) do movimento “Salvar o Clima, Parar o Petróleo”.

Neste movimento estão envolvidos a ASMAA – Associação de Surf e Atividades Marítimas do Algarve, Bloco de Esquerda, Climáximo, Coletivo Clima, Futuro Limpo, GEOTA – Grupo de Estudos de Ambiente e Ordenamento do Território, Movimento Algarve Livre de Petróleo, Partido Ecologista “Os Verdes”, Peniche Livre de Petróleo, PAN – Pessoas Animais Natureza, Plataforma Algarve Livre de Petróleo, Plataforma Não ao Tratado Transatlântico, Porto pelo Ambiente, Preservar Algarve – Aljezur, Quercus, Sciaena, SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, STOP Petróleo Vila do Bispo, Tavira em Transição e Zero.

| | |
|---|--|
| http://24.sapo.pt/noticias/nacional/artigo/manifestacoes-marcadas-para-novembro-contra-prospecao-de-petroleo-em-portugal_21429664.html | |
|---|--|

| | |
|---------|------------------|
| 24 Sapo | DATA: 26-10-2016 |
|---------|------------------|

26-10-2016 | 24 Sapo | Manifestações marcadas para novembro contra prospeção de petróleo em Portugal

Associações ambientalistas, partidos e outras organizações convocaram três manifestações para 12 de novembro, em Lisboa, no Porto e no Algarve, em protesto contra a prospeção e produção de petróleo em Portugal.

"Sabemos que é necessário impulsionar uma transição energética no país e, perante o cenário atual, as dificuldades climáticas, os acordos internacionais, tudo isto é contraditório com a prospeção e a produção de petróleo em Portugal", afirmou hoje à agência Lusa o porta-voz do movimento Peniche Livre de Petróleo, uma das organizações envolvidas nos protestos, Ricardo Vicente.

A data do protesto não foi escolhida ao acaso, já que a 12 de novembro decorre, em Marrocos, a 22.^a Cimeira do Clima.

"Na última cimeira do clima, no final de 2015, estabeleceu-se como meta travar o aquecimento global entre 1,5 e dois graus Celsius. Perante esse acordo, recentemente ratificado pelo Governo português, temos em Portugal 15 concessões para prospeção e produção de petróleo", referiu.

Segundo Ricardo Vicente, se Portugal quiser "cumprir o acordado", será necessário "garantir que cerca de 80% das energias fósseis conhecidas hoje têm de ficar no subsolo".

"Portanto, não faz sentido continuarmos a procurar petróleo em novos locais, porque a prospeção de hidrocarbonetos nesses novos locais não é viável, o nosso sistema climático não o suporta", disse.

Em 2015, foram renovados os contratos de prospeção e produção de petróleo com consórcios aos quais foram feitas concessões entre os 55 e os 60 anos. Os contratos abrangem 33 mil quilómetros quadrados de costa portuguesa.

"Em Portugal existem contratos do mar, que vão do Porto ao Algarve, que põem em risco toda a nossa faixa costeira e as atividades que dela dependem", afirmou Ricardo Vicente.

No entanto, "os problemas não se localizam só no mar, também existem em terra".

"Entre Caldas da Rainha e Soure existem concessões em terra, e no Algarve também, que permitem a produção de gás de xisto e óleo de xisto por via da tecnologia de 'fracking' [fraturamento hidráulico], que contamina lençóis freáticos e que rebenta com os nossos solos, tornando-os inapropriados para um conjunto de atividades diversificado, como a agricultura, disse Ricardo Vicente, acrescentando que "estes contratos foram assinados nas costas de toda a população portuguesa, em especial da de cada um destes locais".

Referindo que "os impactos ambientais são desastrosos", Ricardo Vicente recordou "o maior acidente 'off shore' com elevadíssimas contaminações da água do mar e da linha costeira, com destruição massiva de biodiversidade, do turismo e da pesca" ocorrido no Golfo do México em 2010.

"Os riscos que existiram lá também existem cá", disse.

Os locais e horas das manifestações serão entretanto divulgados no site www.salvaroclima.net e na página de Facebook do movimento "Salvar o Clima, Parar o Petróleo".

Neste movimento estão envolvidos a ASMAA - Associação de Surf e Atividades Marítimas do Algarve, Bloco de Esquerda, Climáximo, Coletivo Clima, Futuro Limpo, GEOTA - Grupo de Estudos de Ambiente e Ordenamento do Território, Movimento Algarve Livre de Petróleo, Partido Ecologista "Os Verdes", Peniche Livre de Petróleo, PAN - Pessoas Animais Natureza, Plataforma Algarve Livre de Petróleo, Plataforma Não ao Tratado Transatlântico, Porto pelo Ambiente, Preservar Algarve - Aljezur, Quercus, Sciaena, SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, STOP Petróleo Vila do Bispo, Tavira em Transição e Zero.

<http://www.jornaldenegocios.pt/economia/ambiente/detalhe/acordo-sobre-alteracoes-climaticas-entra-em-vigor-na-sexta-feira>

Jornal de Negócios

DATA: 02-11-2016

O acordo é histórico e aplaudido por todos os ambientalistas que alertam, contudo, que a sua aplicação exigirá uma mudança de comportamentos das pessoas.

O histórico acordo de Paris sobre alterações climáticas, alcançado em dezembro de 2015, entra em vigor amanhã, depois de ratificado por países que representam mais de 55% das emissões globais de gás com efeito de estufa (GEE).

O documento, adoptado em 21 de dezembro de 2015 na conferência da ONU sobre o clima (COP21) em Paris, vai entrar em vigor quatro anos antes do prazo limite de 2020 e a cada cinco anos os 197 signatários deverão rever as contribuições para o combate às alterações climáticas.

A China, com 20% das emissões globais de GEE, e os Estados Unidos, com 18%, ratificaram o acordo de Paris no início de setembro. A UE, responsável por 12% das emissões, ratificou o documento a 30 de setembro. Até 4 de outubro, apenas sete dos 28 Estados-membros tinham completado o processo de ratificação: Portugal, Alemanha, Áustria, Eslováquia, França, Hungria e Malta.

O documento entra em vigor antes da 22.^a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP22), que vai decorrer de 07 a 18 deste mês, em Marraquexe (Marrocos).

Acordo exige mudança de comportamentos

A entrada em vigor do acordo é, para os ambientalistas, uma revolução no combate às alterações climáticas, mas exige mudanças do estilo de vida.

Associações de defesa do ambiente contactadas pela Lusa fazem questão de lembrar que o acordo de Paris terá de ser acompanhado pelo abandono dos combustíveis fósseis e pela aposta na eficiência energética e nos transportes limpos.

Para João Joanaz de Melo, do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), "a rapidez com que o acordo foi ratificado significa que uma grande parte dos países a nível mundial tem consciência que a alteração climática é um assunto verdadeiramente importante e sério".

O presidente da associação ambientalista Zero, Francisco Ferreira, falou de uma "revolução à escala mundial em prol do combate às alterações climáticas", mas lembrou que conter o aquecimento global nos 1,5 graus celsius em relação à era pré industrial, "implica que a sociedade mude de forma radical, com uso muitíssimo menor de combustíveis fósseis" e com o sistema energético muito mais exigente e baseado em energias renováveis. "Isso terá implicações óbvias no nosso estilo de vida".

As mudanças na área energética, tal como nos transportes, são referidas por todos os ambientalistas, como a Quercus que realçou a necessidade de Portugal "acelerar a reabilitação urbana com requisitos ambiciosos de eficiência energética".

| | |
|---|--|
| http://expresso.sapo.pt/blogues/bloguet_economia/blogue_econ_diogo_agostinho/2016-11-07-E-a-sustentabilidade-ambiental-pa- | |
|---|--|

| | |
|----------|------------------|
| Expresso | DATA: 07-11-2016 |
|----------|------------------|

07-11-2016 | Expresso | E a sustentabilidade ambiental pá?

Qual ambiente? Isto agora já nem dá para as estações intermédias, as quase míticas Primavera e Outono. Agora é Inverno ou Verão.

Ainda sou do tempo em que havia meia estação. Outros tempos. Já não é do tempo climatérico, que é o nosso. No dia 4 de Novembro entrou em vigor o Acordo Internacional que foi assinado em Paris, em 2015. Ainda se lembra da Conferência do Clima de Paris (COP21)? Essa mesma, aquela que juntou 195 países reunidos nessa cidade fantástica, sob a égide das Nações Unidas, em que foi assinado o primeiro acordo universal de luta contra as alterações climáticas e o aquecimento global, envolvendo, pela primeira vez, o compromisso sério dos Estados Unidos da América, China, União Europeia e Índia (nada menos que os maiores emissores de dióxido de carbono).

Aquele tema que parece sempre ser de uma minoria, daqueles senhores da Quercus, do GEOTA ou da Greenpeace, ou seja, coisa de ambientalistas que fazem manifestações excêntricas. Errado. Completamente errado.

A temperatura do nosso planeta, este ano, registou valores cerca de 1,38 graus Celsius acima dos medidos no século XIX. É uma subida que coloca em causa a sustentabilidade ambiental do planeta, a prazo estamos a falar da cada vez maior impossibilidade da vida na Terra, não só a da sociedade humana, mas do resto do ecossistema global. Os países comprometeram-se a implementar medidas que limitem a subida das temperaturas globais até ao máximo de 1,5 ° C. Apesar deste compromisso para um esforço global, ainda assim é uma medida que coloca em causa certos países que são ilhas, de reduzida altitude, e que podem ficar em sério risco.

Há uma mensagem que ficou implícita da COP21. É necessário substituir rapidamente, e à escala global, as fontes de energia primária energia fósseis, nomeadamente os hidrocarbonetos (petróleo, carvão e gás) pela chamada energia “verde”.

Este é um projecto a nível global, um objectivo para a Humanidade. Não dá para ser feito apenas por uma empresa, país ou família. É um compromisso de todos, que obriga e envolve todos, já que é para o futuro de todos. Desde políticos a empresários. Todos somos chamados a ajudar a diminuir as emissões de dióxido de carbono e outros gases com efeito de estufa. Todos, dada a proporção enorme do problema, não podem existir desistentes.

Este será um tema forte na agenda que António Guterres, enquanto Secretário-Geral das Nações Unidas, terá de liderar, perante a natureza global do problema e o papel de charneira que a organização que lidera tem desempenhado, desde a Conferência de Estocolmo em 1972. Contudo não é uma agenda apenas para Convenções, políticos, burocratas, líderes empresariais e ambientalistas. Deve ser uma agenda com os calendários bem estipulados e pontos de situação, bem como mecanismos de percepção de quem cumpre ou não e com o envolvimento dos cidadãos, este não é um ideal de elites é antes um problema grave, que exige e cujo sucesso depende do envolvimento de todos os seres humanos.

O mundo é hoje um espaço mais aberto, mais estudado e mais curto. A mobilidade de pessoas e as tecnologias de informação e comunicação aproximaram-nos a todos. É espantoso como este tema não mereceu grande destaque na campanha eleitoral dos EUA. Sintomático do tempo que a maior potência mundial vive, onde o ambiente mediático tem um grande número de cépticos das mudanças climáticas.

E no meio de diversões, casos secundários e fait divers esquecemo-nos, não raras vezes, do essencial. Que se passe rápido das palavras e ideais aos actos. Estamos numa era que carece de uma nova revolução. Desta vez não será industrial, mas sim uma mudança estrutural no modo de vida de toda a Humanidade. Sim, o mundo precisa de ser mais amigo do ambiente.

| |
|---|
| http://24.sapo.pt/noticias/nacional/artigo/portugal-entre-os-melhores-nas-politicas-contra-alteracoes-climaticas-indice-ccpi_21517321.html |
|---|

| | |
|---------|------------------|
| 24 Sapo | DATA: 16-11-2016 |
|---------|------------------|

06-11-2016 | 24 Sapo | Portugal entre os melhores nas políticas contra alterações climáticas - índice CCPI

Portugal subiu sete posições e está entre os 10 países industrializados com melhores desempenhos quanto às políticas relacionadas com as alterações climáticas, segundo um índice cujos resultados são hoje conhecidos.

O índice do Climate Change Performance Index (CCPI) mais atual é apresentado hoje na 22.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a decorrer em Marraquexe, Marrocos. Coloca Portugal em

11.º lugar, o equivalente a um 8.º já que os três primeiros lugares não foram preenchidos, e é uma subida de sete lugares relativamente ao ano passado.

O CCPI 2017, este ano em 12.ª edição, é da responsabilidade da organização não-governamental de ambiente GermanWatch e da Rede Europeia de Ação Climática. A classificação compara o desempenho de 58 países que, no total, são responsáveis por mais de 90% das emissões de dióxido de carbono associadas à energia.

Tem por objetivo aumentar a pressão política e social, nomeadamente dos países que não têm feito o trabalho necessário no que respeita às alterações climáticas, como explica em comunicado a ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, que faz parte da Rede Europeia de Ação Climática.

Explica a Zero que a metodologia se centra essencialmente em indicadores objetivos, sendo 80% da avaliação baseada em indicadores de emissões, eficiência (energética) e recurso a energias renováveis.

Os outros 20% baseiam-se na avaliação de cerca de 280 peritos dos países analisados. Em Portugal foram consultados peritos da ZERO e da GEOTA, outra organização ambientalista. A ZERO explica no comunicado que há na opinião dos peritos "uma insatisfação generalizada" quanto às medidas tomadas pelos países para assegurarem um aumento de temperatura global inferior a 2/1,5 graus em relação à era pré-industrial.

O CCPI 2017 (que se centra especialmente na política nas áreas das energias renováveis e da eficiência energética) mantém Portugal no mesmo nível quanto às emissões, penaliza o país pelo peso do uso do carvão nas centrais térmicas, regista uma melhoria quanto ao tráfego rodoviário, à eficiência energética e ao uso das energias renováveis, e penaliza o "recente desinvestimento" na área.

No que Portugal melhora muito, nota a ZERO, é na política climática internacional, nomeadamente por ter sido dos primeiros países a ratificar o Acordo de Paris, embora seja penalizado quanto à política climática nacional, "por ser revelar pouco ambicioso em relação aos objetivos a atingir, ficando-se por compromissos que praticamente já atingiu".

Marrocos, país anfitrião da Cimeira, está na 8.ª posição e é um líder no continente africano, nomeadamente pelos investimentos significativos em energias renováveis e pelos objetivos ambiciosos a médio e longo prazo.

A França, na 4.ª posição, lidera o índice (não foram preenchidos os três primeiros lugares), resultado da diplomacia que permitiu o Acordo de Paris sobre o clima, no ano passado. A Suécia e o Reino Unido sucedem-se à França.

<http://www.jn.pt/nacional/interior/portugal-entre-os-melhores-nas-politicas-contra-alteracoes-climaticas-5500613.html?page=-1>

Jornal de Notícias

DATA: 16-11-2016

16-11-2016 | Jornal de Notícias | Portugal entre os melhores nas políticas contra alterações climáticas

Portugal subiu sete posições e está entre os 10 países industrializados com melhores desempenhos quanto às políticas relacionadas com as alterações climáticas.

O índice do Climate Change Performance Index (CCPI) mais atual é apresentado, esta quarta-feira, na 22.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a decorrer em Marraquexe, Marrocos. Coloca Portugal em 11.º lugar, o equivalente a um 8.º já que os três primeiros lugares não foram preenchidos, e é uma subida de sete lugares relativamente ao ano passado.

O CCPI 2017, este ano em 12.^a edição, é da responsabilidade da organização não-governamental de ambiente GermanWatch e da Rede Europeia de Ação Climática. A classificação compara o desempenho de 58 países que, no total, são responsáveis por mais de 90% das emissões de dióxido de carbono associadas à energia.

Tem por objetivo aumentar a pressão política e social, nomeadamente dos países que não têm feito o trabalho necessário no que respeita às alterações climáticas, como explica em comunicado a ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, que faz parte da Rede Europeia de Ação Climática.

Explica a Zero que a metodologia se centra essencialmente em indicadores objetivos, sendo 80% da avaliação baseada em indicadores de emissões, eficiência (energética) e recurso a energias renováveis.

Os outros 20% baseiam-se na avaliação de cerca de 280 peritos dos países analisados. Em Portugal foram consultados peritos da ZERO e da GEOTA, outra organização ambientalista. A ZERO explica no comunicado que há na opinião dos peritos "uma insatisfação generalizada" quanto às medidas tomadas pelos países para assegurarem um aumento de temperatura global inferior a 2/1,5 graus em relação à era pré-industrial.

O CCPI 2017 (que se centra especialmente na política nas áreas das energias renováveis e da eficiência energética) mantém Portugal no mesmo nível quanto às emissões, penaliza o país pelo peso do uso do carvão nas centrais térmicas, regista uma melhoria quanto ao tráfego rodoviário, à eficiência energética e ao uso das energias renováveis, e penaliza o "recente desinvestimento" na área.

No que Portugal melhora muito, nota a ZERO, é na política climática internacional, nomeadamente por ter sido dos primeiros países a ratificar o Acordo de Paris, embora seja penalizado quanto à política climática nacional, "por ser revelar pouco ambicioso em relação aos objetivos a atingir, ficando-se por compromissos que praticamente já atingiu".

Marrocos, país anfitrião da Cimeira, está na 8.^a posição e é um líder no continente africano, nomeadamente pelos investimentos significativos em energias renováveis e pelos objetivos ambiciosos a médio e longo prazo.

A França, na 4.^a posição, lidera o índice (não foram preenchidos os três primeiros lugares), resultado da diplomacia que permitiu o Acordo de Paris sobre o clima, no ano passado. A Suécia e o Reino Unido sucedem-se à França.

<http://observador.pt/2016/11/16/portugal-entre-os-melhores-nas-politicas-contra-alteracoes-climaticas/>

Observador

DATA: 16-11-2016

16-11-2016 | Observador | Portugal entre os melhores nas políticas contra alterações climáticas

Portugal ocupa o sétimo lugar do índice do Climate Change Performance Index, uma subida de sete lugares relativamente ao ano passado.

Partilhe

O índice do Climate Change Performance Index mais recente será apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas

Portugal subiu sete posições e está entre os dez países industrializados com melhor desempenho quanto às políticas relacionadas com as alterações climáticas, segundo um índice cujos resultados são conhecidos esta quarta-feira.

O índice do Climate Change Performance Index (CCPI) mais atual será apresentado na 22.^a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a decorrer em Marraquexe, Marrocos. Coloca Portugal em 11.^o lugar, o equivalente a um 8.^o já que os três primeiros lugares não foram preenchidos, e é uma subida de sete lugares relativamente ao ano passado.

O CCPI 2017, que já vai na 12.^a edição, é da responsabilidade da organização não-governamental de ambiente GermanWatch e da Rede Europeia de Ação Climática. A classificação compara o desempenho de 58 países que, no total, são responsáveis por mais de 90% das emissões de dióxido de carbono associadas à energia.

Tem por objetivo aumentar a pressão política e social, nomeadamente dos países que não têm feito o trabalho necessário no que respeita às alterações climáticas, como explica em comunicado a ZERO — Associação Sistema Terrestre Sustentável, que faz parte da Rede Europeia de Ação Climática. A metodologia centra-se essencialmente em indicadores objetivos, sendo 80% da avaliação baseada em indicadores de emissões, eficiência (energética) e recurso a energias renováveis.

Os outros 20% baseiam-se na avaliação de cerca de 280 peritos dos países analisados. Em Portugal foram consultados peritos da ZERO e da GEOTA, outra organização ambientalista. A ZERO explica no comunicado que há, na opinião dos peritos, "uma insatisfação generalizada" quanto às medidas tomadas pelos países para assegurarem um aumento de temperatura global inferior a 2/1,5 graus em relação à era pré-industrial.

O CCPI 2017 (que se centra especialmente na política nas áreas das energias renováveis e da eficiência energética) mantém Portugal no mesmo nível quanto às emissões, penaliza o país pelo peso do uso do carvão nas centrais térmicas, regista uma melhoria quanto ao tráfego rodoviário, à eficiência energética e ao uso das energias renováveis, e penaliza o "recente desinvestimento" na área.

No que Portugal melhora muito, nota a ZERO, é na política climática internacional, nomeadamente por ter sido dos primeiros países a ratificar o Acordo de Paris, embora seja penalizado quanto à política climática nacional, “por ser revelar pouco ambicioso em relação aos objetivos a atingir, ficando-se por compromissos que praticamente já atingiu”.

Marrocos, país anfitrião da Cimeira, está na 8.^a posição e é um líder no continente africano, nomeadamente pelos investimentos significativos em energias renováveis e pelos objetivos ambiciosos a médio e longo prazo. A França, na 4.^a posição, lidera o índice (não foram preenchidos os três primeiros lugares), resultado da diplomacia que permitiu o Acordo de Paris sobre o clima, no ano passado. A Suécia e o Reino Unido sucedem-se à França.

ANEXO 3 - LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS E REUNIÕES EXTERNAS – 2016

JANEIRO

06-01-2016 - Reunião de Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

08-01-2016 – Reunião com o Ministério do Ambiente para debater os temas da Conservação da Natureza, Reforma Fiscal Ambiental e Plano Nacional de Barragens de elevado Potencial Hidroelétrico, Lisboa, João Joanaz de Melo, Marlene Marques e Ana Brazão

11-01-2016 – Reunião Ministra do Mar para debater a Política Nacional para o Mar, Lisboa, João Joanaz de Melo, Eduardo Zúquete, Marlene Marques e José Maria Candeias

12-01-2016 - Reunião com o Deputado André Silva do PAN para expor as preocupações que levaram a criação da PALP, AR, Lisboa, Ana Brazão

12-01-2016 – Participação de João Joanaz de Melo no Programa “Opinião Pública” da SIC Noticias sobre as cheias e as barragens

12-01-2016 - Reunião de Direção da PASC Casa da Cidadania, Lisboa, Hélder Careto

13-01-2016 - Entrevista sobre o GEOTA, RTP Programa Bom dia Portugal, Lisboa, Marlene Marques

14-01-2016 – Reunião com o partido PAN, sobre o PNBEPH, na Assembleia da República. Ana Brazão, João Joanaz de Melo e Pedro Santos

14-01-2016 – Reunião com o Secretário de Estado da Energia para debater os temas Política Energética, economia Verde e Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico, Lisboa, João Joanaz de Melo, Ana Brazão e Marlene Marques

18-01-2016 - Reunião sobre estratégia para a PONG Pesca, Lisboa, Hélder Careto e José Maria Candeias

18-01-2016 – Reunião com Luís Avelar do movimento “Vamos salvar o Jamor”. Com Ana Brazão.

19-01-2016 – Evento GEOTA e Academia Cidadã: Cine Café Transatlântico: documentário "One For The River: The Vjosa Story e debate, Ana Brazão e Pedro Santos

19-01-2016 - Cerimónia de entrega de prémios do projecto “Ventos de Poupança”, Oeste Sustentável, Caldas da Rainha, Teresa Lemos

19-01-2016 - Reunião com ENMC Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis no âmbito da PALP, Lisboa, Ana Brazão

22-01-2016 – O GEOTA participou no Evento da Bandeira Azul no Instituto Politécnico de Leiria com uma banca, José Maria Candeias

25-01-2016 - Reunião C6 com SOS Salvem o SURF, Lisboa, Irina Gomes e Ana Brazão

26-01-2016 - Reunião de Direção da PASC Casa da Cidadania, Lisboa, Hélder Careto

FEVEREIRO

02-02-2016 - "Acelerar rumo à Economia Circular, Sociedade Ponto Verde, Lisboa, Hélder Careto e Marlene Marques

03-02-2016 – Reunião do Grupo do Mar da PASC, Lisboa, Hélder Careto

03-02-2016 – Reunião com Eng. Oliveira e Carmo da DGPM para discutir possíveis parcerias com o GEOTA, Lisboa, Marlene Marques e José Maria Candeias

12-02-2016 – Colóquio “políticas Ambientais e o Território da Lourinhã”, Lourambi, Lourinhã, Marlene Marques

17-02-2016 – Reunião PONG Pesca, Lisboa, José Maria Candeias

17/19 -02-2016 - Formação sobre Desenho de Projectos e Elaboração de Candidaturas, Médicos do Mundo, Porto, Hélder Careto

22-02-2016 - Participação na Comissão de Acompanhamento do POMAR2020, Lisboa, José Maria Candeias

25-02-2016 - Cerimónia de encerramento projeto cidadania ativa da PASC, Lisboa, Hélder Careto

25-02-2016 - Audição Pública "A ameaça da atividade cinegética na preservação da biodiversidade: Malcata e outros", PAN, Lisboa, João Joanaz de Melo

25/26-02-2016 - Segundo evento do projeto "AC4ACP: Active Citizens for Active Climate Protection" inserido no âmbito do Programa "Europe For Citizens - Democratic Engagement and Civic Participation, Câmara Municipal de Espinho, Badajoz, Nádía Pedroso

MARÇO

01-03-2016 – Reunião com PS

02-03-2016 - Reunião do Grupo do Mar da PASC, Lisboa, Hélder Careto

03-03-2016 - Diálogo Técnico do Projeto BRODISE, Câmara Municipal do Seixal, Seixal, Marlene Marques e Hélder Careto

03-03-2016 - Fórum Mobilidade e Sistema Metropolitano de Transportes: Direito à Mobilidade com Transportes Públicos Sustentáveis, Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa, Patrícia Tavares

09-03-2016 - PASC Assembleia de representantes, Lisboa, Hélder Careto e Marlene Marques e José Maria Candeias

11-03-2016 - Conversa ecologista sobre o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, sob o lema "TTIP? Não Obrigado!", Os Verdes, Lisboa, Patrícia Tavares

12-03-2016 – Assembleia Geral da CPADA, Lisboa, Carlos Sacramento

13-03-2016 - Colaboração do GEOTA na edição de 2016 do Festival Terras Sem Sombra – Alentejo "Mãos à obra pelo litoral de Sines: o projecto Coastwatch – monitorização voluntária do litoral", Sines, Carla Pacheco

17-03-2016 - Encontro Cidade-Piloto - Agenda 21 para a Cultura, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Marlene Marques e João Joanaz de Melo

17/18-02-2016 - Formação das ONGs da PONG-Pesca, Iniciativa Gulbenkian Oceanos, Lisboa, Hélder Careto, Irina Gomes e José Maria Candeias

22-03-2016 - 58.ª Reunião plenária do Conselho Nacional da Água, Lisboa, João Joanaz de Melo

28-03-2016 – Reunião no Ministério do Ambiente sobre reavaliação do Programa Nacional de Barragens, Lisboa, Marlene Marques, João Joanaz de Melo, João Roquette (Esporão) e Ana Brazão

29-03-2016 – Entrevista SIC. Carnaxide. João Joanaz de Melo + João Roquette. A propósito da campanha "Último ano do Tua".

30-03-2016 – Entrevista Porto Canal. Alijó. João Joanaz de Melo. A propósito da campanha "Último ano do Tua".

30-03-2016 - Assembleia Geral da Rede DLBC Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Marlene Marques

31-03-2016 - "DEBATE CONSUMO|TRANSPORTES: os direitos dos passageiros não podem continuar à espera", DECO, Lisboa, Patrícia Tavares

ABRIL

01-04-2016– Reunião PONG Pesca e Formação em redes sociais para ONG, Lisboa, José Maria Candeias

04-04-2016 – Reunião do Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

05-04-2016 - Sessão do Fórum de Sustentabilidade da The Navigator Company, Navigator, Setúbal, Hélder Careto

07-04-2016 - Convite Simplex Juventude, IPDJ, Lisboa, Irina Gomes

08-04-2016 – Tertúlia "Rio Tâmega: Poluição e Barragens". Coorganizada com AmoChaves e Quercus. Participação Ana Brazão, presença de Ana Bento e Pedro Santos

10-04-2016 – Assembleia Geral da PATO, Tornada, Teresa Lemos

12-04-2016 - 1.ª Reunião do Grupo de Trabalho Temático "Mobilidade e Transportes" da Coligação Crescimento Verde, Lisboa, Eduardo Zúquete

12-04-2016 - 2ª Reunião da "Aliança ODS Portugal", Global Compact, Lisboa, Irina Gomes

13-04-2016 - 1.ª Reunião do Grupo de Trabalho Temático "Energia e Clima" da Coligação Crescimento Verde, Lisboa, João Joanaz de Melo

13-04-2016 - Sessão de Apresentação do "Energy Policies of IEA Countries-Portugal 2016 Review",

13-04-2016 – Assembleia Geral da PASC, Lisboa, Marlene Marques e Hélder Careto

15-04-2016 - Sessão de informação sobre o programa comunitário Erasmus+ Juventude, IPDJ, Lisboa, Hélder Careto

15-04-2016 – Reunião com o Partido Ecologista “Os Verdes”, Lisboa, Pedro Santos e João Joanaz de Melo

18-04-2016 – Sessão de apresentação no Ministério do Ambiente sobre resultados da reavaliação do Plano Nacional de Barragens, Lisboa, Marlene Marques, João Joanaz de Melo e Pedro Santos

18-04-2016 - PASC cidadania activa, Lisboa, Hélder Careto

19-04-2016 - Reunião de Direção da PASC Casa da Cidadania, Lisboa, Hélder Careto

19-04-2016 - Seminários EXECPLAN: Gestão de Alta Performance & Big Data // Planeamento & Orçamento, Lisboa, Hélder Careto

20/22-04-2016– Formação em Direito do Mar, Proteção do Ambiente Marinho e Legislação Europeia. Projeto SOPHIA, Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa, José Maria Candeias

21-04-2016 - "Debate “Consumo|Sustentabilidade:O Dilema Dos Consumidores”, DECO, Lisboa, Patrícia Tavares

22-04-2016 - Conferência COP 21 - Desafios de Portugal depois da conferência de Paris, Lisboa, Patrícia Tavares

26-04-2016 - Reunião de Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

27/28-04-2016 – Reuniões em Bruxelas com C6 (CAP, ONGAs, DG Environment). Ana Brazão

28-04-2016 - Seminário "A Valorização Energética de Resíduos. Situação em Portugal e as Perspectivas Europeias", APESB, Lisboa, Hélder Careto

MAIO

04-05-2016 - Conselho Estratégico do PNSAC, ICNF, Rio Maior, João Joanaz de Melo

04-05-2016 – Reunião do Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

04-05-2016 - Reunião Manifestação Ibérica Anti-Nuclear, Partido Ecologista “Os Verdes”, Lisboa, Hélder Careto

10-05-2016 – Visita de campo para reportagem de João Joanaz de Melo e Pedro Santos com jornalistas do Público e Notícias Magazine em Foz Tua, em representação da PST

10-05-2016 - Seminário "Promoção da Economia Circular. Os desafios e as oportunidades", APESB, Lisboa, Hélder Careto e Olga Romão

16-05-2016 – Think Tank ODS: Discussão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para Portugal. Participação na discussão sobre os objetivos centrados no mar, Lisboa, Hélder Careto e José Maria Candeias

17-05-2016 - Assembleia Geral da ATTCEI, Setúbal, Hélder Careto

19-05-2016 – Participação na Conferência Nacional de Avaliação de Impactes, Évora, apresentação resultados Tese Mestrado, parceria GEOTA. João Joanaz de Melo e Ana Bento.

19-05-2016 - Audição em sede da 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança da AML, CML, Lisboa, Marlene Marques, Eduardo Zúquete, Irina Gomes, Nádia Pedroso, e Pedro Costa

20-05-2016 - Celebração da tomada de posse do 14º Presidente e Vice-Presidente de Taiwan, Lisboa, Marlene Marques e Hélder Careto

21-05-2016 - Seminário sobre Árvores de Lisboa, realidade, mitos e políticas, Plataforma em Defesa das Árvores, Lisboa, Hélder Careto

24-05-2016 - "DEBATE CONSUMO | COLABORATIVO: Os novos modelos de negócios e de consumo disruptivos", DECO, Lisboa, Patrícia Tavares

24-05-2016 - Seminário Agendas Locais para a Gestão dos Recursos, NERSANT e CM Chamusca, Chamusca, Hélder Careto

25-05-2016 – Sessão de Educação Ambiental no Instituto Espanhol, Algés. Ana Brazão e Ana Bento.

25-05-2016 – Entrevista João Joanaz de Melo para o programa “Ir é o Melhor Remédio”, no Rio Tua, SIC.

30-05-2016 – Saída campo para Vale do Tâmega Ana Brazão + Pedro Santos para reportagem para programa Biosfera, Farol de Ideias/RTP2

31-05-2016 - XIV Simpósio Luso-Alemão de Energia ‘Eficiência Energética em Edifícios Públicos e Privados’ e Contactos de Negócio, Câmara Comercio e Industria Luso-Alemã, Lisboa, Hélder Careto

JUNHO

- 01-06-2016 – Reunião do Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto
- 01-06-2016 – Reunião sobre Barragens, DECO, Lisboa, João Joanaz de Melo, Ana Brazão e Ana Bento
- 02-06-2016 - Fechar Almaraz - Conferência de Imprensa, Plataforma Fechar Almaraz, Lisboa, Hélder Careto
- 03-06-2016 - Workshop “Economia Azul – Transferência de conhecimento e inovação para alavancar a economia do mar”, Autoridade de Gestão do PO Mar 2020, Lisboa, José Maria Candeias
- 03-06-2016 – Participação na Oceans Business Week PONG Pesca: Colaboração no stand da PONG na Oceans Business Week. Divulgação das atividades de PONG e do GEOTA, no âmbito do mar, José Maria Candeias
- 06-06-2016 – Colóquio “As Alterações Climáticas – A Cimeira de Paris – Riscos Hídricos no Continente Português”, Sociedade Geografia de Lisboa, Lisboa, Ana Brazão
- 06-06-2016 - Convite: Sessão Nacional de Divulgação do programa LIFE 2014-2020, Lisboa, Miguel Jerónimo e Hélder Careto
- 08-06-2016 - Audiência com GP Bloco de Esquerda, Lisboa, João Joanaz de Melo, Marlene Marques, Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento
- 08-06-2016 - Reunião de Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto
- 11-06-2016 - Manifestação Ibérica Pelo Encerramento da Central de Almaraz, Irina Gomes, Pedro Santos, Ana Bento e Marlene Marques
- 21-06-2016 - Reunião de Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto
- 22-06-2016 - Sessão de informação|Protocolo do Capital Natural, Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e o BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, Lisboa, Olga Romão
- 23-06-2016 - Sessão de Homenagem ao Secretário – Geral da Associação, Jorge Morgado, em que se procederá igualmente à apresentação do livro “Em Homenagem a Manuel Cabeçadas Ataíde Ferreira – II Volume”, DECO, Lisboa, Patrícia Tavares
- 22/24-06-2016 – Presença no San Sebastian Surf Film Festival, Espanha, para apresentação da campanha no Last Days of Tua, parceria Patagonia®. Ana Brazão e Pedro Santos.
- 23-06-2016 - Conferência Inovação e mudanças no sector hidroelétrico suíço no quadro das transições energéticas em curso na Europa, APRH, Lisboa, Ana Bento
- 24-06-2016 - Sessão de Apresentação da Diretiva AIA, APA, Lisboa, Ana Bento
- 25/26-6-2016 - X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, com o lema “Mais força para vencer”, Lisboa, Pedro Santos
- 28-06-2016 - Workshops do Projeto de Adaptação às Alterações Climáticas no Alentejo, Vila Nova de Mil Fontes, Antonio Lambe, Maria do Rosário Oliveira, Justin Roborg-Söndergaard e Miguel Jerónimo
- 29-06-2016 - Reunião com o Prof. Nuno Garoupa, Presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, Marlene Marques, Helder Careto e Irina Gomes

JULHO

- 05-07-2016 - Workshop de Crowdfunding, CoatI - Consultoria para o Desenvolvimento, Lisboa, Hélder Careto
- 07-07-2016 – Reunião do órgão de gestão do DLBC Rural do Alto Oeste, Leader Oeste, Cadaval, Teresa Lemos
- 13-07-2016 - Reunião de Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto
- 13/15-7-2016 - NGO Study Trip PONG Pesca: Participação nas reuniões e workshops promovidos pela Iniciativa Gulbenkian Oceanos e New Economics Foundation em Londres. Discussão e troca de ideias com ONG britânicas. Apresentação dos projetos individuais de cada ONG da PONG Pesca, José Maria Candeias
- 14-07-2016 - Conferência ISDRS, apresentação publicação científica FCT-UNL e GEOTA, *Saving the last wild rivers in Portugal*. João Joanaz de Melo e Ana Brazão.
- 14-07-2016 – Conferência/Debate “Dilemas e Oportunidades no Sector dos Resíduos Regulação e Necessidades de Investimento. Novas Licenças do Sigre e Novas Metas do Persu, Tratalixo, Cascais, Hélder Careto
- 18-7-2016 - Urban Brekfast: Desafios Urbanos e Desenvolvimento Sustentável, Marlene Marques
- 19-07-2016 – 1ª reunião do grupo de trabalho (GT) que identificará e planejará a remoção de infraestruturas hidráulicas obsoletas, Conselho Nacional da Água, Lisboa, Ana Brazão

21/24-07-2016 - Festival "Oste Fest", Foz do Arelho, participou o Centro Ecologico Educativo do Paul de Tornada com a dinamização da atividade "Coastwatch"

22-07-2016 – Participação na reunião da PONG Pesca: Continuação da discussão da estratégia e discussão sobre a comissão de acompanhamento da sardinha, Lisboa, José Maria Candeias

22-07-2016 – Participação na reunião PASC Mar: Discussão dos diferentes grupos de trabalho envolvidos no projeto. Discussão das atividades a realizar no final do ano, Lisboa, José Maria Candeias

23-07-2016 - Mesa Redonda 'Os Oceanos e o Ambiente' no navio italiano Amerigo Vespucci, WWF, Lisboa, Marlene Marques, João Joanaz de Melo, Ana Catarina Miranda e Nuno Joanaz de Melo

26-07-2016 – Reunião da PONG com o grupo parlamentar Os Verdes: Apresentação da PONG Pesca e das diferentes atividades. Lobbying político, Lisboa, José Maria Candeias

28-07-2016 – Comemorações do 40º Aniversário do Parque Natural da Arrábida, ICNF, Palmela, Irina Gomes e Pedro Ricca

AGOSTO

02-08-2016 – Reunião do Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

04/7-08-2016 – Presença no Festival de Salinas Surf, Music & Friends, Espanha, para apresentação da campanha no Last Days of Tua, parceria Patagonia®. Ana Brazão

11-08-2016 – COP22, reunião na Embaixada de Marrocos, Lisboa, Marlene Marques

19/28-08-2016 - Stand na Feira Nacional de Hortofruticultura - Frutos 2016, Caldas da Rainha, Carla Pacheco, Teresa Lemos

SETEMBRO

06-09-2016 - Reunião de Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

06-09-2016 - 1º grande inquérito sobre Sustentabilidade em Portugal, Lisboa, Marlene Marques

07-09-2016 – Reunião do Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

09-09-2016 – Reunião PASC Mar: Discussão sobre a conferência anual e o projeto de cidadania ativa, Lisboa, Hélder Careto e José Maria Candeias

12-09-2016 - 6ª Reunião da Coligação para o Crescimento Verde, Lisboa, Marlene Marques

13-09-2016– Reunião Web Seas at Risk. Preparação do Seminário Biogeográfico Natura 2000, José Maria Candeias

15/17-09-2016 – Participação da 1ª Conferência Portuguesa sobre Lixo Marinho APLM: Apresentação dos resultados da tese José Candeias e participação nas atividades da conferência, Lisboa, José Maria Candeias

16-09-2016 - 1ª Conferência Portuguesa sobre Lixo Marinho FCUL, Lisboa, Carla Pacheco, Teresa Lemos

16-09-2016 – Assinatura do Manifesto Menos Um Carro, momento que decorrerá no Fórum Global Ecomobilidade, Movimento Menos Um Carro, Almada, Marlene Marques

22-06-2016 - Reunião de Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

21-09-2016 - Urban_Wins Kick Off conference, reunião de trabalho na FCT/UNL com a equipa portuguesa do projeto, Olga Romão e Helder Careto

27/29-09-2016 – Participação no Marine Natura 2000 Biogeographic Seminar, Malta: Participação como membro das ONG acompanhantes no processo de decisão das regiões Natura 2000, em termos de suficiência no cumprimento das diretivas internacionais, José Maria Candeias

27-09-2016 - Projeto Urban Wins, Cremona, Itália, Seminário e participação na reunião do European Advisory Board. O projeto Urban_Wins tem como objetivo desenvolver e testar métodos/metodologias para a elaboração e implementação de planos estratégicos inovadores e sustentáveis de Prevenção e Gestão de Resíduos em seis países Europeus (Áustria, Itália, Roménia, Portugal, Espanha e Suécia), Hélder Careto

28/30-09-2016 – Participação na Tools for Grassroots Activists conference: Europe, organização Patagonia®. Início criação movimento europeu defesa de rios. Ana Brazão

29-09-2016 – Reunião com a Associação Zero, Lisboa, Marlene Marques

30-09-2016 – Representação com um stand na eco-mostra do Dia das Bandeiras Verdes Eco-Escolas 2016, Aveiro, Carla Pacheco, Teresa Lemos

OUTUBRO

- 06-10-2016 - Conferencia sobre Sustentabilidade e Economia Circular, Tratalixo, Estoril, Helder Careto
- 6/9-10-2016 - Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia do Ambiente (ENEEA), FCT-NOVA, Monte da Caparica,
- 11-10-2016 - Atividades de acolhimento do veleiro Spirit of Oysterheaven, Lisboa, Marlene Marques
- 12-10-2016 – Reunião do Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto
- 17-10-2016 – Reunião da Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, Tornada, Teresa Lemos
- 19-10-2016 – Reunião da Coligação C6, Lisboa, Hélder Careto e Ana Brazão
- 20-10-2016 – 2ª Reunião do Grupo de Trabalho Temático Energia e Clima, Coligação para o Crescimento Verde, Lisboa, João Joanaz de Melo
- 24-10-2016 – Reunião no Ministério do Ambiente para discussão das propostas para o Orçamento de Estado 2017, Lisboa, Pedro Mota e João Joanaz de Melo
- 25-10-2016 - Conferência Alterações Climáticas | 11ª CAOTDPLH, CNADS, Lisboa, Marlene Marques, Irina Gomes e Pedro Mota
- 28-10-2016 - Colóquio Turismo Natureza, CNADS, Lisboa, Teresa Lemos, Olga Romão e Ana Bento
- Comemoração do 105º aniversário do Dia Nacional da República da China, Lisboa, Marlene Marques

NOVEMBRO

- 02-11-2016 - 04-05-2016 – Reunião do Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto
- 03-11-2016 – Participação de João Joanaz de Melo no Programa "A Praça" dedicado ao Tua da RTP, Mirandela
- 04-11-2016 - Conferência Internacional de Turismo Outdoor, CM Mafra, Ericeira, Hélder Careto
- 09-11-2016 - Reunião, "Por uma Lisboa Habitável", Academia Cidadã, Lisboa, Irina Gomes
- 10-11-2016 – 1º Encontro “Uma Ca(u)sa Comum: Educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral”, Fundação Gonçalo da Silveira e da Associação Casa Velha, Lisboa, Olga Romão e Patrícia Tavares
- 10-11-2016 - 2º Encontro de Stakeholders Nacionais do Projeto MINATURA, LNEG, Lisboa, Hélder Careto
- 12-11-2016 – Manifestação Salvar O Clima Parar o Petróleo
- 14/15/11/2016 - Dam Removal Europe workshop, Leon, Spain, Ana Brazão
- 18-11-2016 – Reunião PONG Pesca: Preparação da reunião com o grupo parlamentar PAN. Ponto de situação do carapau e da xávega, Lisboa, José Maria Candeias
- 24-11-2016 - Convite Mesa Redonda 'Consumo Sustentável de Pescado em Portugal', WWF-Portugal, Lisboa, Olga Romão
- 26-11-2016 - Encontro Nacional de ONGA /Associações de Defesa do Ambiente - "As organizações de ambiente no caminho do futuro", Marlene Marques, João Joanaz de Melo e Hélder Careto

DEZEMBRO

- 03-12-2016 - Workshop do Memotrade, São Teotónio, Patrícia Neves dos Santos
- 06-12-2016 - Conferência Clima, Barragens, Petróleo, SOS Surf Portugal, Lisboa, Ana Brazão
- 12-12-2016 – Cerimónia de Apresentação do Conselho Municipal de Ambiente de Vila Nova de Gaia, CM Vila Nova Gaia, Ana Catarina Miranda
- 13-12-2016 – CAA-SET, Acompanhamento da obra do Sistema Eletroprodutor do Tâmega, Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento
- 12-12-2016 - RTP reunião de rateio de tempo de antena para 2017, RTP, Lisboa, Hélder Careto
- 14-12-2016 - Conferência - Benefícios fiscais para quem protege o ambiente, Nucleo Ambiente AEESAC, Coimbra, Pedro Mota
- 14-12-2016 - Sessão de lançamento da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, APA, Lisboa, Carla Pacheco.
- 21-12-2016 – 59ª Reunião do Conselho Nacional da Água, Ministério do Ambiente, Lisboa, Ana Brazão
- 22-12-2016 - Entrevista sobre o PNBEFH, “É Apenas Fumaça”, Lisboa, Ana Brazão e Pedro Santos

ANEXO 4 - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2016

(Ordenada por tipos de entidades e por ordem alfabética, por qualquer tipo de apoio)

Entidades Públicas

| | |
|---------------------------------------|---|
| APA – Agência Portuguesa do Ambiente | CM Paredes |
| Área Metropolitana de Lisboa | CM Penafiel |
| CCDR Algarve | CM Peniche |
| CCDR LVT | CM Ponta Delgada |
| Centro de Educação Ambiental de Marim | CM Portimão |
| Parque Natural da Ria Formosa | CM Povoação |
| Centro de Educação Ambiental Funchal | CM Ribeira Grande |
| CM Águeda | CM Sintra |
| CM Albufeira | CM Torres Vedras |
| CM Alcobaça | CM V. R. Stº António |
| CM Alcochete | CM V.N.Gaia |
| CM Aljezur | CM Vagos |
| CM Amadora | CM Vila do Bispo |
| CM Barreiro | CM Vila do Campo |
| CM Batalha | CM Vila do Porto |
| CM Cadaval | CM Vila franca de Xira |
| CM Caldas da Rainha | CM Vila Real de Stº António |
| CM Cartaxo | Direção Geral da Educação |
| CM Cascais | Direção Geral do Território |
| CM Felgueiras | Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares |
| CM Figueira da Foz | Direção Regional da Educação dos Açores |
| CM Funchal | Ecoteca do Faial |
| CM Horta | Ecoteca do Pico |
| CM Ílhavo | Ecotecas dos Açores (Faial, Pico, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Stª Maria) |
| CM Lagos | EMARP |
| CM Lisboa | Governo Regional dos Açores |
| CM Loures | ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta |
| CM Mafra | Instituto Português do Desporto e Juventude |
| CM Moita | JF Odeceixe |
| CM Monchique | Junta de Freguesia de Santo Antão do Tojal |
| CM Montijo | Junta de Freguesia Nossa Sra. do Pópulo (Caldas da Rainha) |
| CM Nazaré | |
| CM Odivelas | |
| CM Oeiras | |
| CM Oliveira de Azeméis | MA - Ministério do Ambiente |

| | |
|---|--|
| Ministério da Educação e Ciência | PNRF(Parque Natural da Ria Formosa) |
| Ministério do Ambiente | RNET (Reserva Natural do Estuário do Tejo) |
| OMA –Observatório do Mar dos Açores | Reserva Natural Local do Paul de Tornada (Câmara Municipal de Caldas da Rainha) |
| Parque Biológico e Águas de Gaia | S. M. Loures & Odivelas |
| PNA (Parque Natural da Arrábida) | Secretaria de Estado do Ambiente |
| PNLN (Parque Natural Litoral Norte) | |
| União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto | |

Escolas e Universidades

| | |
|--|---|
| Agrupamento de Escolas S. João do Estoril. | FCSH/UNL |
| Centro de Formação Orlando Ribeiro | FCT/UNL |
| Cercina | Fundação da FCT |
| Ciência Viva Algarve (Tavira, Olhão, Faro) | Instituto Piaget |
| Colégio Pedro Arrupe | IST/UTL |
| Escola Básica 2, 3 Roque Gameiro | Liceu Camões |
| Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste | SCIENA -. Associação de Ciências Marinhas e Cooperação |
| Escola EB1 nº 1 do Laranjeiro | Universidade de Évora |
| Escola Superior de Educação de Coimbra - IPC | Universidade de Lisboa |
| Escola Superior de Educação de Coimbra - IPC | Universidade do Algarve |
| Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche | Universidade dos Açores |
| Externato Penafirme | Universidade Lusíada do Porto |
| Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNL | |

Organizações Não Governamentais

| | |
|---|---|
| AAMARG (Associação dos Amigos dos Moinhos e Ambiente da Região da Gândara) | Centro de Educação Ambiental Funchal |
| ADACE | Centro Português de Atividades Subaquáticas (CPAS) |
| ADES | CIBIO |
| ADP Madalena | Clube da Montanhismo da Arrábida |
| ADP Mértola | Clube do Ambiente – Sta Mª da Feira |
| AEAT | Clube Pesca e Náutica Desportiva – Albufeira |
| Agência Oeste Sustentável | CNE – Corpo Nacional de Escutas |
| AMCPN | COREMA |
| Amigos da Beira | CPADA |
| APECE | CPADA |
| Associação Ecológica Amigos dos Açores - S. Miguel | DECO |
| Associação PATO | EEB |
| AZÓRICA (Faial) | EG ATLAS - Ambiente em Movimento |
| C6 | Espeleoclube Torres Vedras |
| Centro de Arqueologia de Almada | Gê-Questa (Ilha Terceira) |
| | Geração 21 |

Grupo Ecológico de Cascais

Grupo Flamingo

Grupo Montanheiros

LPN

MAVA Fontation pour la Nature

OIKOS – Leiria

Onda Verde - Vila Nova de Gaia

Ordem dos Engenheiros

PALP

PASC CC

Plataforma Salvar o Tua

PONG Pesca

Quercus – ANCN

Seas-at-risk

Seixal Surfing

SERS – Sindicato dos Engenheiros

SETA

Soc. Afonso Chaves - Expolab

SPEA

Entidades Privadas ou Empresariais Públicas

Anthony Frank Lambe

Designways

EPAL

INVESTIRE

MUSAMI

Senso Comum

TETRA PACK

TRATOLIXO

VALORCAR

VALORPNEU

ANEXO 5 - GEOTA na Rede

Recursos educativos e de informação do GEOTA

Lista de links de páginas do GEOTA na Internet

Página institucional do GEOTA: www.geota.pt

Página do Projeto O Meu Eco-Sistema: www.omeueco-sistema.pt

Página do O Meu Eco-ponto: www.omeuecoponto.pt (em integração com a página OMES)

Centro Ecológico Educativo Prof. João Evangelista e Reserva Natural Local do Paul de Tornada: www.ceept.pt

Projeto Rios Livres <http://rioslivresgeota.org/>

Blogues e páginas do Facebook:

GEOTA (página institucional do facebook) <https://www.facebook.com/www.geota.pt>

Geotàlupa (informação geral sobre ambiente): <http://geotalupa.blogspot.com/> e

BiodiverCidade (Projeto de ambiente urbano) <http://biodivercidade-geota.blogspot.com/> e <https://www.facebook.com/BiodiverCidade>

O Meu Eco-Sistema (blogue do Projeto O Meu Eco-Sistema) <http://omeueco-sistema.blogspot.com/> e <http://www.facebook.com/omeuecosistema>

Coastwatch (Blogue do Projeto Coastwatch) <http://coastwatch-coastwatch.blogspot.com/> e <http://www.facebook.com/pages/Coastwatch/193434474051232>

Pelos Rios Livres - Sem Mais Barragens (Página do facebook) <https://www.facebook.com/rioslivres> <http://rioslivresgeota.org/>

CEEPT <http://ceept.blogspot.pt/> e <https://www.facebook.com/pages/Centro-Ecol%C3%B3gico-Educativo-do-Paul-de-Tornada-Prof-Jo%C3%A3o-Evangelista/360549383968680>

RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2016

Análise de Contas

(mapas da contabilidade codificados segundo o SNC)

26 de Março de 2017

Análise de Contas (mapas da contabilidade codificados segundo o SNC)

GEOTA - GRUPO ESTUDOS ORD. TERRITÓRIO E AMBIENTE

Tv Moinho Vento 17 C/V Drt

1200 727 Lisboa

NIF 501716610

ANÁLISE DE CONTAS

(Euros)

| | 2016 | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|---------|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|---------|----------|----------|---------|
| | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | Total |
| CONTAS DE BALANÇO | | | | | | | | | | | | | |
| 11 Caixa | | | | | | | | | | | 120 | 120 | 120 |
| 12 Bancos | 1 587 | 519 | 59 451 | 55 365 | 49 119 | 44 634 | 34 821 | 21 819 | 7 872 | 2 560 | 84 240 | 80 292 | 80 292 |
| 21 Clientes | 6 510 | 7 289 | 10 321 | 9 228 | 4 361 | 620 | 1 421 | -394 | 1 471 | 16 531 | 15 361 | 1 296 | 1 296 |
| 22 Fornecedores | -16 312 | -16 437 | -13 422 | -12 518 | -12 297 | -12 327 | -11 841 | -12 464 | -12 386 | -11 838 | -11 587 | -10 187 | -10 187 |
| 23 Pessoal | -4 653 | -5 318 | -5 733 | | | -5 669 | | | | | | | |
| 24 Estado | -2 558 | -2 845 | -3 435 | -3 085 | -3 056 | -3 056 | -3 410 | -3 443 | -3 410 | -3 395 | -3 218 | -3 668 | -3 668 |
| 25 Financiamentos obtidos | | -645 | -704 | -491 | -342 | -1 481 | -1 032 | -689 | -922 | -268 | -430 | -1 612 | -1 612 |
| 26 Accionistas/sócios | | | | | | | | | | | | | |
| 27 Outras contas a rec./pagar | 51 506 | 49 679 | -22 433 | -21 926 | -21 545 | -21 684 | -20 685 | -21 905 | -21 974 | -20 407 | -18 310 | -18 450 | -18 450 |
| 28 Diferimentos | -1 600 | -1 600 | -1 600 | -1 600 | -1 600 | -1 600 | -1 600 | -1 600 | -1 600 | -1 600 | -1 600 | -1 590 | -1 590 |
| 29 Provisões | | | | | | | | | | | | | |
| CONTAS DE RESULTADOS | | | | | | | | | | | | | |
| 621 Subcontratos | | | | | | | | | | | | | |
| 6221 Trabalhos especializados | 431 | 381 | 308 | 308 | 308 | 3 008 | 347 | 308 | 308 | 861 | 1 208 | 308 | 8 080 |
| 6222 Publicidade e propaganda | | | | 25 | 98 | 450 | 656 | 13 | | | | 27 | 1 270 |
| 6223 Vigilância e segurança | | | | | | | | | | | | | |
| 6224 Honorários | | | 955 | | | | 1 990 | 3 188 | 3 136 | 2 427 | 1 718 | 7 057 | 20 470 |
| 6225 Comissões | | | | | | | | | | | | | |
| 6226 Conservação e reparação | | | | | 35 | 47 | | | | | | | 82 |
| 6228 Outros serv. especializados | | | | | | | | | | | | | |
| 6231 Ferramentas e utensílios | | | | | | | | | | | | | |
| 6232 Livros e documentação técnica | | | | 1 | | | | | | | | | 1 |
| 6233 Material de escritório | | 104 | 82 | 222 | 26 | 161 | 141 | 99 | 18 | | 136 | 221 | 1 210 |
| 6234 Artigos para oferta | | | | | | | | | | | | | |
| 6238 Outros materiais | | | | | | | 5 | | | | | | 5 |
| 6241 Electricidade | 121 | 220 | 93 | 121 | 53 | 87 | 179 | 132 | 156 | | 218 | 138 | 1 518 |
| 6242 Combustíveis | | | | | | | | | | | | | |
| 6243 Água | 9 | 59 | 7 | 61 | 8 | 85 | 42 | 66 | 8 | 68 | 7 | 64 | 483 |
| 6248 Outros fluidos | | | | | | | | | | | | | |
| 6251 Deslocações e estadas | 319 | 413 | 1 317 | 2 023 | 526 | 1 491 | 2 250 | 1 906 | 558 | -670 | 1 699 | 3 478 | 15 311 |
| 6252 Transportes de pessoal | | | | | | | | | | | | | |
| 6253 Transportes de mercadorias | | | | | | | | | | | | | |
| 6258 Outras deslocações | | | | | | | | | | | | | |
| 6261 Rendas e alugueres | 723 | 1 121 | 723 | 851 | 775 | 723 | 951 | 723 | 868 | 723 | 723 | 748 | 9 655 |
| 6262 Comunicação | 136 | 134 | 146 | 442 | 124 | 250 | 143 | 137 | 344 | 207 | 156 | 199 | 2 419 |
| 6263 Seguros | | | | | | | 205 | | | | | | 371 |
| 6264 Royalties | | | | | | | | | | | | | |
| 6265 Contencioso e notariado | | | | | | | -36 | | | 50 | | 31 | 46 |
| 6266 Despesas de representação | | | | | | | | | | | | | |
| 6267 Limpeza, higiene e conforto | | | 2 | | | 1 | 1 | | | 3 | | | 7 |
| 6268 Outros serviços | 43 | 11 | 26 | 32 | 11 | 19 | 25 | 435 | 66 | 23 | 75 | 1 618 | 2 384 |
| 63 Gastos com o pessoal | 7 189 | 7 804,96 | 10 248 | 8 789 | 8 957 | 8 714 | 8 694 | 9 312 | 8 694 | 8 945 | 8 975 | 8 945 | 105 269 |
| 64 Gastos de depreciação | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 1 398 | 16 777 |
| 65 Perdas por imparidade | | | | | | | | | | | | | |
| 66 Perdas redução justo valor | | | | | | | | | | | | | |
| 67 Provisões do período | | | | | | | | | | | | | |
| 68 Outros gastos e perdas | 0 | 43 | 185 | 150 | 0 | 751 | 24 | | 0 | 121 | | 10 | 1 285 |
| 69 Gastos de financiamento | | | | | | | | | | | | | |
| 6 Total de gastos | 10 370 | 11 691 | 15 489 | 14 422 | 12 320 | 17 149 | 17 051 | 17 718 | 15 555 | 14 158 | 16 313 | 24 408 | 186 644 |
| 71 Vendas | | | | | | | | | | | | | |
| 72 Prestações de serviços | 6 213 | 6 478 | 5 925 | 15 583 | 620 | 578 | 13 920 | | 1 915 | 25 324 | 345 | 1 668 | 78 569 |
| 73 Variações invent. produção | | | | | | | | | | | | | |
| 74 Trabalhos p/própria entidade | | | | | | | | | | | | | |
| 75 Subsídios à exploração | | | | | | | | | 64 644 | | 3 835 | 34 253 | 102 732 |
| 76 Reversões | | | | | | | | | | | | | |
| 77 Ganhos aumentos justo valor | | | | | | | | | | | | | |
| 78 Outros rendimentos | 1 | | | 0 | | | | | | | | 8 901 | 8 902 |
| 79 Juros, div. e rend. similares | | | | | | | | | | | | | |
| 7 Total de rendimentos | 6 213 | 6 478 | 5 925 | 15 583 | 620 | 578 | 13 920 | | 66 559 | 25 324 | 4 180 | 44 823 | 190 203 |
| 811 Resultado antes de impostos | -4 157 | -5 212 | -9 564 | 1 161 | -11 700 | -16 571 | -3 130 | -17 718 | 51 004 | 11 166 | -12 133 | 20 415 | 3 559 |